

EMERGÊNCIA DOS DADOS

Como o **Índice de Transparência da Covid-19** impulsionou a abertura de dados da pandemia no Brasil



OPEN KNOWLEDGE
BRASIL

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD
Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior — CRB 8/9949

O61e Open Knowledge Brasil

Emergência dos dados [recurso eletrônico]: Como o Índice de Transparência da Covid-19 impulsionou a abertura de dados da pandemia no Brasil / Open Knowledge Brasil.
— São Paulo : Open Knowledge Brasil, 2021.

115 p. : il. ; PDF ; 7.9 MB.

ISBN: 978-65-993954-2-0 (Ebook)

1. Dados. 2. Dados abertos. 3. Publicação de dados.
4. Administração pública. 5. Pandemia — Covid-19.
6. Índice de Transparência da Covid-19 (ITC-19). I. Título.

2021-1538

CDD: 005.13

CDU: 004.62



Open Knowledge Brasil (OKBR) é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos e apartidária legalmente constituída no país desde 2013. Durante a última década, vem desempenhando papel-chave na promoção dos dados governamentais abertos, por meio de uma combinação de mobilização de pessoas para fortalecer o controle social, desenvolvimento de software e materiais de capacitação, e engajamento da comunidade de software livre em projetos de tecnologia cívica.

E-MAIL: contato@ok.org.br

SITE: <https://ok.org.br>

Índice de Transparência da Covid-19

é uma iniciativa da OKBR para avaliar a qualidade dos dados e informações relativos à pandemia do novo coronavírus publicados pela União e pelos estados brasileiros em seus portais oficiais. Lançado em 3 de abril de 2020, o Índice se desenvolveu em três diferentes versões, compostas por mais indicadores, até o fim de 2021.

E-MAIL: transparenciacovid19@ok.org.br

SITE: <https://transparenciacovid19.ok.org.br>

Outubro 2021

ORGANIZAÇÃO E EDIÇÃO

Danielle Bello

Fernanda Campagnucci

APOIO EDITORIAL

Murilo Machado

BALANÇO E LINHA DO TEMPO DO ITC-19

Taís Seibt

SISTEMATIZAÇÃO E RELATO DE CASOS

Katia Brembatti

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Mórula_Oficina de Ideias

Este ebook conta com o apoio do “Fundo de Apoio a Instituições que Fortalecem a Gestão Pública no Enfrentamento dos Impactos da Covid-19”, iniciativa da “Aliança para Lideranças de Impacto no Setor Público e no Terceiro Setor”, formada pela Fundação Brava, Fundação Lemann, Instituto Humanize e República.org.



Nosso conteúdo está disponível sob a licença **Creative Commons Atribuição 4.0** Internacional, e pode ser compartilhado e reutilizado para trabalhos derivados, desde que citada a fonte.

QUEM FEZ PARTE DO ITC-19

COORDENAÇÃO GERAL

Fernanda Campagnucci

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Danielle Bello

Camille Moura | ATÉ SETEMBRO/2020

EQUIPE DE PESQUISA

Carolina Sciarotta

Maria Gabriela da Silva

Isabela Luisi | ATÉ MAIO/2021

COMUNICAÇÃO

Isis Reis

Jamille Nunes

Aline Oliveira | ATÉ AGOSTO/2021

Thiago Teixeira | ATÉ DEZEMBRO/2020

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES

Murilo Machado

DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO SITE

Ariane Alves

Giulio Carvalho

Mário Sérgio Queiroz | ATÉ ABRIL/2021

NOVO DESIGN DO SITE

Café.art

APOIO EXTERNO À PESQUISA

AGOSTO-DEZEMBRO/2020

Fernanda Távora

Rosângela Lotfi

Taís Seibt

Thays Lavor

PARCEIROS

Fundo Aliança para Lideranças de Impacto no Setor Público e no Terceiro Setor (Fundação Brava, Fundação Lemann, Instituto Humanize e República.org.)

Instituto Hivos

Instituto Galo da Manhã

Instituto de Governo Aberto

Lagom Data

Medida SP

Open Society Foundations

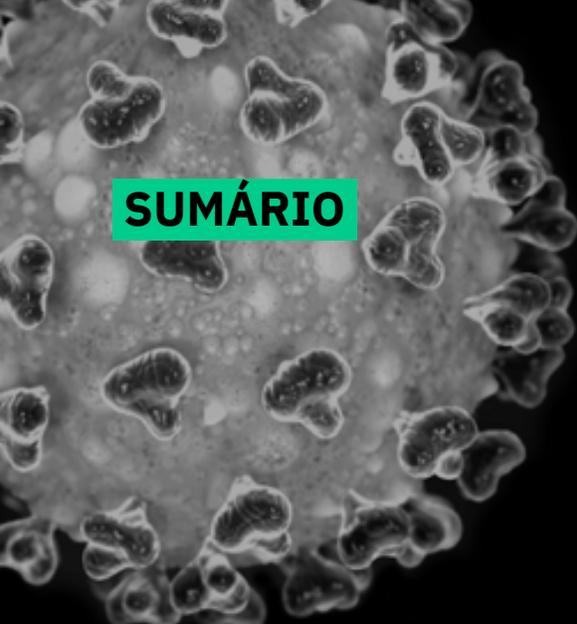
Plataforma de Ciência de Dados aplicada à Saúde (PCDaS),

da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Todos os links apresentados ao longo desta publicação estão ativos na data de seu lançamento, em outubro de 2021. Encontrou algum link quebrado? Avise-nos em transparenciacovid19@ok.org.br

Todas as referências citadas ao longo da publicação estão em formato de links clicáveis. Para acessar a relação completa, acesse [aqui](#) ou pelo QR Code ao lado:





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DA COVID-19: ADVOCACY COM IMPACTO REAL	9
LINHA DO TEMPO: HISTÓRIA, IMPACTOS E CONTEXTOS DO ITC-19	34
CASOS DE ABERTURA	49
ALAGOAS	50
AMAZONAS	61
ESPÍRITO SANTO	71
RIO GRANDE DO SUL	82
MANAUS	91
MACAPÁ	100
RECOMENDAÇÕES E APRENDIZADOS	108
CONHEÇA OUTRAS PUBLICAÇÕES DA OPEN KNOWLEDGE BRASIL	114

Apresentação

Em março de 2020, quando o novo coronavírus começava a dar sinais de devastação na Europa, cientistas, jornalistas e outras vozes já alertavam para a necessidade de conhecer o inimigo invisível. Sem **profunda transparência** — frisaram, à época, epidemiologistas italianos — não seria possível enfrentar a pandemia.

O prospecto era preocupante no Brasil: apesar de contar com um Sistema Único de Saúde (SUS) com ampla capacidade de fazer frente à crise, a **articulação** do governo federal seria fundamental para liderar estados e municípios nas medidas de enfrentamento, além da coleta e do compartilhamento de dados. Aos primeiros indícios de que isso não aconteceria de forma adequada, a sociedade civil organizada agiu em diversas frentes.

O Índice de Transparência da Covid-19 (ITC-19) foi uma delas. A avaliação surgiu como uma proposta da Open Knowledge Brasil (OKBR) para estabelecer padrões mínimos de transparência sobre o contágio e a infraestrutura de saúde necessária para conter a doença. Com ela, o próprio governo federal e, principalmente, estados e municípios, tiveram à mão um instrumento para balizar a **abertura de dados**, priorizando os esforços para aquilo de que a sociedade precisa. Levamos em conta lacunas do debate público, bem como a opinião de diferentes setores, sobre o que era fundamental abrir.

Também consideramos a própria capacidade dos entes: não era uma régua impossível de atingir. Pelo contrário, os casos de abertura que esta publicação traz, com exemplos de estados e capitais, mostram que medidas simples de **governança** e de **valorização das equipes técnicas** foram suficientes para, rapidamente, colocar de pé iniciativas bem-sucedidas de transparência. Os gestores e gestoras que entrevistamos contaram que, em meio à emergência, ter o ITC-19 como um guia objetivo e receber o incentivo político do ranking foram elementos fundamentais para o convencimento da alta gestão.

Nos primeiros meses da pandemia, o governo federal divulgava apenas dados agregados por estado, sem detalhar por município e pelo perfil das pessoas contaminadas. Em um país como o Brasil, em que as **desigualdades** se manifestam de diversas formas em seu vasto território, a situação era inaceitável. Muitos estados

que tomaram a iniciativa de divulgar dados o faziam sem muito critério sobre a forma de divulgação, dificultando a vida de muitos que tentavam fazer análises e comparações sobre a disseminação da Covid-19 pelo país. Esta publicação procura mostrar, por meio de depoimentos e exemplos práticos, como o ITC-19 contribuiu para mudar esse quadro com a velocidade que a pandemia exige.

Com esta publicação, buscamos sistematizar a experiência do ITC-19 e contribuir com as reflexões sobre processos de **incidência em políticas públicas**. Avaliar o **impacto** de ações de advocacy é sempre uma tarefa desafiadora. Mas, coletando dados semana a semana, pudemos medir os avanços e ajustar os esforços à medida que o cenário mudava. Também pudemos observar como atores de outras áreas se apropriaram desse instrumento — imprensa, academia, judiciário, legislativo e a própria sociedade civil —, potencializando seus efeitos muito além do que imaginamos ao começar o projeto.

Ao final do livro, também trazemos uma lista de **recomendações e aprendizados** sobre o processo. Essa, aliás, tem sido a tônica de toda a iniciativa até aqui: não só avaliar, mas também colaborar com a abertura, fornecendo suporte e apoiando a formação de quem está à frente dos processos de abertura. O objetivo maior é contribuir para fortalecer as capacidades dos governos para uma gestão de políticas públicas baseadas em evidências, o que buscamos fazer também por meio de outro programa da OKBR, a Escola de Dados.

A “emergência” dos dados tem, para nós, esse duplo sentido: a urgência com que eles devem ser tratados, mas também o reconhecimento de que, com governança e colaboração, eles podem emergir da opacidade. Esperamos que toda a mobilização em torno da abertura de dados da Covid-19 deixe um legado para a administração pública brasileira muito além da área da saúde.

Boa leitura!

Fernanda Campagnucci

DIRETORA-EXECUTIVA DA OKBR

Danielle Bello

COORDENADORA DE ADVOCACY E PESQUISA DA OKBR

O **Índice de Transparência da Covid-19 (ITC-19)** avalia a qualidade dos dados e informações relativos à pandemia publicados pela União, pelos estados e capitais brasileiras em seus portais oficiais. Para sua composição, foi definido um conjunto de dados essenciais (conteúdo) e parâmetros para que sejam publicados (granularidade e formato). A versão mais recente da avaliação (3.0) tem mais de 30 itens distribuídos nas três dimensões:

- **conteúdo**, com itens como notificações de casos, idade, sexo e raça/cor de pacientes e de pessoas vacinadas; informações sobre grupos prioritários e cobertura da vacinação; além de dados sobre a infraestrutura de saúde, como ocupação de leitos, testes disponíveis e aplicados e doses de vacina recebidas e distribuídas;
- **granularidade**, avaliando se os casos e dados de pessoas vacinadas estão disponíveis de forma individual e anonimizada; além do grau de detalhamento sobre a localização (por município ou bairro, por exemplo); e
- **formato**, tendo como pontos positivos a publicação de painéis analíticos, planilhas em formato editável e navegação simples.

A nota metodológica completa, bem como todos os boletins e demais produtos da iniciativa podem ser acessados em: <https://transparencia-covid19.ok.org.br>

Índice de Transparência da Covid-19: advocacy com impacto real

Criado pela Open Knowledge Brasil para monitorar a transparência de dados sobre a pandemia no país, o ITC-19 mexeu com estruturas internas de governos municipais e estaduais para abrir dados, pressionou o governo federal, influenciou decisões jurídicas e projetos de lei, pautou a imprensa, ofereceu subsídios a pesquisas acadêmicas e inspirou novos rankings de transparência; conheça a história e o legado dessa iniciativa

Um mês depois de confirmado o primeiro caso de Covid-19 no Brasil, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) minimizava a pandemia em rede nacional, contrariando recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do próprio Ministério da Saúde. Estados e municípios que defendiam o isolamento social para conter a disseminação entraram em rota de colisão com o presidente. A instabilidade política aumentava enquanto o país avançava em direção ao caos sanitário totalmente às cegas. Não havia dados mínimos disponíveis para dimensionar o avanço da nova doença que começava a contabilizar as primeiras vítimas no Brasil em março de 2020.

Quanto mais a cobertura da imprensa sobre a pandemia se tornava densa, mais a opacidade de dados públicos sobre o novo coronavírus se evidenciava, acendendo o sinal de alerta no embrionário Programa de Advocacy e Pesquisa da Open Knowledge Brasil (OKBR). “Nossa primeira manifestação foi por meio de um [artigo sobre a importância da transparência](#) olhando para alguns países, como a Itália, onde pesquisadores já haviam publicado uma carta aberta falando que sem dados não iriam conseguir entender o avanço da epidemia, antes ainda de a pandemia ser declarada pela OMS”, lembra a diretora-executiva da OKBR, Fernanda Campagnucci.

Os problemas de transparência pontuados no artigo serviram de base para um [ofício da Defensoria Pública da União \(DPU\) ao Ministério da Saúde](#), pedindo providências do governo para melhorar a divulgação de dados sobre a Covid-19 no país.

A repercussão imediata deu o impulso que faltava para a OKBR conceber uma forma sistemática de monitorar a transparência na pandemia, oficialmente declarada pela OMS em 11 de março e reconhecida no Brasil no dia 20 do mesmo mês. Criar um mecanismo para comparar e estimular a abertura de dados também nos estados foi a aposta do [Índice de Transparência da Covid-19](#) (ITC-19) ante os sinais de que o governo federal seria reticente na divulgação de informações, como já vinha sendo em outros temas desde o início da gestão Bolsonaro.

Ainda sem uma equipe propriamente dita à sua disposição, a área de Advocacy e Pesquisa conduziu o trabalho de coleta e análise de dados em conjunto com a direção executiva da OKBR. A equipe de Inovação Cívica da organização também entrou em cena, ajudando a colocar um site experimental no ar para divulgar os resultados, feito com software livre e utilizando recursos gratuitos para visualização dos dados. Do [primeiro boletim](#), publicado em 3 de abril de 2020, avaliando conteúdo, formato e nível de detalhamento (granularidade) das informações divulgadas sobre a pandemia nos portais estaduais e do governo federal, surgiram novas versões com foco nas capitais e na Amazônia, além de relatórios temáticos que passaram a ser publicados no ano seguinte, somando mais de 30 publicações.

Em 2021, diante da maior complexidade e persistência dos efeitos da pandemia, o projeto precisou crescer ainda mais: o Índice passou a ser apenas uma das iniciativas que compõem o **Transparência Covid-19**. No conjunto de avaliações para monitorar a disponibilidade de informações sobre a pandemia, a OKBR adicionou o [Monitor de Leitos](#) e o [Monitor da Vacinação](#), dois painéis automatizados que trazem um panorama da qualidade dos dados publicados pelo Ministério da Saúde.

O ITC-19 virou referência para reportagens, pesquisas acadêmicas, peças jurídicas e projetos de lei sobre transparência de dados públicos. Mais do que isso, forneceu parâmetros de boas práticas para abertura de dados, seja atendendo a gestão pública diretamente — a equipe trocou mais de 300 e-mails e mensagens com pessoas atuando em estados e capitais —, seja fornecendo materiais de referência para disponibilização de informações. A experiência do ITC-19 inspirou até mesmo a criação de um novo curso na Escola de Dados da OKBR, dirigido a gestoras e gestores de informação no poder público. De quebra, o Índice atraiu parcerias e financiamento para a organização, o que permitiu efetivar a área de Advocacy e Pesquisa na OKBR, compondo uma equipe dedicada a ela.

“O ITC-19 é um caso de advocacy bem-sucedido, houve uma intervenção muito perceptível, conseguimos mover as estruturas do poder público a partir desse monitoramento”, comemora Campagnucci. Na avaliação da diretora-executiva da OKBR,

o ITC-19 superou até mesmo a experiência com o [Open Data Index](#), que foi a referência da organização na concepção do ranking da Covid-19. “Há alguns elementos de conjuntura que contribuíram para o sucesso do Índice, pode ser difícil reproduzir esse impacto em outros contextos”, analisa a diretora.

O sentido de urgência diante da crise sanitária é um desses fatores, reforçado pelo sentido político que o ranking conseguiu fomentar. O sentido político, por sua vez, foi estimulado pela cobertura da imprensa, que teve o respaldo de uma organização com expertise no tema para pivotar a estrutura. “Há um legado institucional importante também, pois a OKBR ganhou projeção com o Índice e pôde se posicionar como autoridade no assunto”, conclui Campagnucci.

Para chegar a esse resultado, foi preciso manter a frequência de atualização. Na primeira fase, a revisão do ranking era semanal. Pelo menos três dias de trabalho das duas avaliadoras internas da OKBR ficavam comprometidos com atividades de coleta, checagem, avaliação dos resultados, redação e edição dos boletins analíticos. “Desde o início, houve um grande cuidado de checagem, um rigor na análise que estava sendo realizada”, descreve a coordenadora de Advocacy e Pesquisa da OKBR, Danielle Bello.

Com o passar do tempo, a maioria dos estados apresentou melhora nos padrões mínimos do ITC-19, mas as informações sobre a Covid-19 no país ainda eram insuficientes. Na virada para o segundo semestre de 2020, com a pandemia sem dar sinais de trégua, a OKBR revisou a metodologia do Índice e subiu a régua da avaliação, passando a cobrar mais detalhamento de dados e a comparar também as capitais.

O processo de coleta e checagem teve reforço de quatro avaliadoras externas nessa [versão 2.0](#) do Índice, que atuaram graças ao apoio da Plataforma de Ciência de Dados aplicada à Saúde (PCDaS), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Com a inclusão de mais indicadores e entes, a publicação passou a ser quinzenal, de forma alternada entre as avaliações de estados e governo federal e a das capitais.

A melhora dos indicadores foi nítida: em abril de 2020, 90% dos entes avaliados não publicavam dados suficientes para acompanhar a disseminação da Covid-19; em agosto, todos os estados apresentavam nível alto ou bom de transparência. Nas capitais, o ano terminou com um balanço menos satisfatório, mas ainda assim houve evolução. “As equipes gestoras vinham ativamente comunicar melhorias, de acordo com as exigências do Índice. Isso aumentou ainda mais nossa responsabilidade técnica, porque acabamos atuando num vácuo deixado principalmente pelo governo federal ao não assumir esse papel de articulação para a transparência”, comenta Bello.

Os impactos transversais do monitoramento contínuo do ITC-19 são igualmente relevantes. Alguns são mais evidentes, como a citação nominal em reportagens ou

peças jurídicas. Outros são menos visíveis, como a qualificação de fontes primárias para pesquisas e a própria cobertura da imprensa, já que o Índice estabeleceu parâmetros mínimos desejáveis. “A escolha desses indicadores, principalmente na versão 2.0, quando cobramos mais detalhamento de dados, foi uma construção colaborativa”, conta a coordenadora de Advocacy da OKBR. “A equipe conversou com jornalistas, pesquisadores, sanitaristas, analisou estudos científicos e acompanhou o noticiário diariamente para entender o que deveria ser informado pelos governos”.

Ao observar os destaques de cada boletim no contexto do cenário da pandemia ao longo dos nove meses de avaliação em 2020, não surpreende que indicadores como capacidade de testagem fossem opacos na maioria dos entes avaliados, e na sequência viessem à tona denúncias sobre a [falta de reagentes](#) disponíveis para processar os testes. O Índice também passou a cobrar informações mais detalhadas sobre o total de leitos disponíveis, não só os destinados ao atendimento de Covid-19, muito antes de se confirmar o colapso do sistema hospitalar que se espalhou do Norte ao Sul do Brasil, de Manaus a Porto Alegre, intensificado a partir de dezembro de 2020.

Em 2021, as novas frentes de avaliação focaram sobretudo na qualidade dos dados da pandemia, e o Índice chegou à sua terceira versão, incluindo indicadores sobre a vacinação no país. “O contexto de permanência da crise sanitária demanda que o monitoramento que temos realizado desde abril do ano passado também continue, e em diferentes níveis e escopos de análise, garantindo o controle social sobre os demais entes além do governo federal”, disse Campagnucci à época do [lançamento](#) do ITC-19 3.0, em junho.

O Índice de Transparência da Covid-19 deixa um legado múltiplo, que pode ser mensurado em diferentes esferas. A jornada teve apoio direto da Hivos, Instituto de Governo Aberto, PCDaS/Fiocruz, Open Society Foundations e Instituto Galo da Manhã. Também teve aporte do Fundo Aliança para Lideranças de Impacto no Setor Público e no Terceiro Setor, formado por Fundação Brava, Fundação Lemann, Instituto Humanize e República.org, entidades que realizaram uma chamada pública em setembro de 2020, na qual a OKBR foi contemplada.

Outro valioso apoio foi o da equipe da [Café.art](#), que redesenhou a plataforma do ITC-19 e tornou a visualização de dados mais interativa e dinâmica — o site ganhou o bronze no prêmio Brasil Design Award, e ficou entre os finalistas do Prêmio Bornancini. Ainda, a Rede de Embaixadoras de Inovação Cívica da OKBR, com mais de 100 integrantes, e as comunidades da Escola de Dados, compostas principalmente por pessoas atuando na comunicação, na pesquisa e no desenvolvimento de tecnologias, foram fundamentais para discutir os desafios da transparência sobre a Covid-19 no Brasil.

Para detalhar como essa engrenagem tem funcionado, sobretudo em 2020, quando os processos de abertura se iniciaram, consolidamos os principais resultados do ITC-19 nesta publicação, contando com depoimentos de profissionais de várias áreas.

SEM DADOS SOBRE TESTES: O ITC-19 CONTRA A SUBNOTIFICAÇÃO

“Temos uma mensagem simples para todos os países: teste, teste, teste”, disse o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, em entrevista coletiva em Genebra, em 16 de março de 2020. Cinco dias antes, o Brasil teria a primeira morte causada pelo novo coronavírus confirmada.

Governos de diversos estados e municípios começaram a recomendar medidas de distanciamento social, como a suspensão de aulas e eventos, além do fechamento de comércio e serviços não essenciais. Somente no dia 20 daquele mês seria publicada no Diário Oficial da União a [Portaria nº 454](#) do Ministério da Saúde, que declarou, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus.

Dias depois, em 24 de março, o presidente Jair Bolsonaro faria um [pronunciamento](#) em rede nacional dizendo que havia uma “histeria” da imprensa em torno da pandemia. Criticou medidas restritivas, pediu a “volta à normalidade” e mencionou que, em seu caso particular, não precisaria se preocupar com a Covid-19 devido ao seu “histórico de atleta”, pois teria no máximo uma “gripezinha” se contraísse o vírus. Já nesse pronunciamento, propagandeou a cloroquina para o tratamento da doença. À época, o medicamento, que é usado no controle da malária, ainda estava sendo testado contra Covid-19. Posteriormente, comprovou-se não somente a [ineficácia](#) no combate à doença, mas também a existência de [riscos e efeitos colaterais graves](#). Sobre testes, o presidente nada falou.

O número de testes aplicados nos estados foi um indicador cobrado desde a primeira avaliação do Índice de Transparência da Covid-19 e houve melhora logo no [segundo boletim](#), publicado em 9 de abril: aumentou em 60% — de 13 para 21 — o número de entes que informava sobre testes aplicados, mas somente um estado publicava a quantidade de testes disponíveis. O governo federal passou a publicar a quantidade de kits de testagem distribuídos por estado em um painel, também entre a primeira e a segunda edição do ranking.

O apelo da OMS se intensificou nas semanas seguintes, com ênfase para que países das Américas ampliassem a testagem. O debate em torno da subnotificação

da pandemia no Brasil crescia ao mesmo tempo em que se iniciavam os pagamentos do [auxílio emergencial](#) de R\$ 600 por parte do governo federal. A discussão sobre a reabertura da economia se intensificava. Atento ao contexto, o [quarto boletim do ITC-19](#), divulgado em 23 de abril, enfatizaria que “sem informações sobre testes, população e gestores públicos lidam com a pandemia às cegas”. Apenas quatro estados (ES, GO, PE e PR) divulgavam a quantidade de testes disponíveis à época e 43% não publicavam informações sobre Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) ou outras doenças respiratórias, que ajudariam a estimar a subnotificação da Covid-19.

A quantidade de entes com dados disponíveis sobre testes aplicados só apresentou alguma melhora no [sétimo boletim do ITC-19](#), quando 11 deles (39%) estavam publicando a informação; nove estados ainda não divulgavam casos de SRAG. Enquanto isso, [Nelson Teich](#) não conseguia se firmar no cargo de ministro da Saúde e pediu demissão em 15 de maio, menos de um mês depois de assumir o lugar de Luiz Henrique Mandetta, este demitido pelo presidente por insistir na defesa de medidas de distanciamento social para frear o contágio, enquanto Bolsonaro participava de aglomerações sem máscara e evocava a reabertura do comércio e serviços.

No quesito testes, a versão 2.0 do ITC-19 passou a observar com maior detalhamento não só os exames aplicados, mas também os disponíveis por tipo (rápido ou RT-PCR) e a capacidade de testagem. Logo na primeira rodada de análise da situação nas capitais, em 17 de julho, o [boletim](#) revelou que a população de 81% dessas cidades estava no escuro com relação à quantidade de testes disponíveis, e entre os 19% que publicavam essa informação, nenhum município detalhava o tipo de teste à disposição. Em 30 de julho, [a imprensa](#) destacou que 9,8 milhões de testes estavam parados no Ministério da Saúde por falta de reagentes para processar as amostras, um retrato da importância de se acompanhar a capacidade de testagem, como a OKBR vinha fazendo por meio do Índice. No dia 8 de agosto, o país atingiria a marca de [100 mil mortes](#) por Covid-19.

À medida que a incerteza sobre novas ondas de contágio crescia no Brasil e no mundo, a estratégia de manter ou ampliar os níveis de testagem era apresentada por especialistas como uma das formas mais eficientes de resposta do poder público. Mas o [sexto boletim do ITC-19 2.0 – Capitais](#), publicado em 22 de outubro, mostrou que em 62% das capitais brasileiras ainda não havia informação pública sobre o estoque de testes, apenas seis (23%) divulgavam informação especificando o tipo de teste ofertado e a capacidade de testagem era divulgada por 11 prefeituras (42%).

“Toda a política de reabertura das atividades é fundamentada na informação sobre a curva de contágio, se está subindo ou descendo. Mas, se não sabemos

quantos e quais testes estão sendo realizados ou mesmo quantos e quais testes a cidade ainda pode fazer, perdemos esse contexto fundamental”, observou Fernanda Campagnucci, diretora-executiva da OKBR, na publicação.

Um mês depois, em 22 de novembro, veio a notícia de que o Ministério da Saúde poderia [descartar 6,8 milhões de testes](#) de Covid-19 que estavam prestes a perder a validade. A Anvisa prorrogou, excepcionalmente, a validade dos lotes, mas a distribuição e as informações sobre testagem no país fecharam o ano de 2020 em baixa, enquanto a contaminação apresentava sinais de crescimento, apesar da subnotificação.

Em 2021, a [política de testagem no país](#) seguiu sendo um ponto crítico no enfrentamento à pandemia. Com base na quantidade de testes realizados por mil habitantes, o [ranking](#) da Universidade de Oxford, *Our World in Data*, apontava o índice de testagem do Brasil apenas como o 88ª colocado entre 111 países em maio. No mesmo mês, vieram à tona novamente notificações sobre [perda de testes](#), emitidas pelo próprio Ministério da Saúde ao Ministério Público Federal.

A [primeira avaliação](#) do ITC-19 em 2021, já em sua terceira fase, mostrou que a transparência do tema também permanecia um gargalo: em junho, 13 estados e o governo federal haviam deixado de publicar dados sobre aplicação e disponibilidade de testes ou passado a publicar dados parciais em comparação à [avaliação](#) realizada seis meses antes. Entre as capitais, a opacidade em relação aos estoques de testes [também aumentou](#), consolidando o indicador entre os menos atendidos do Índice.

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO HOSPITALAR DESCONHECIDA: RUMO AO COLAPSO

A história foi parecida no que se refere à disponibilidade de leitos hospitalares. Já na edição de estreia, em 3 de abril de 2020, o [boletim do ITC-19](#) destacou que nenhum estado divulgava a proporção de leitos ocupados sobre o total disponível, sobretudo em UTIs.

Um dia após sofrer [revés no Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#), que reafirmou a autonomia de estados e municípios para impor medidas de distanciamento social e a responsabilidade compartilhada destes com a União para definir ações de combate à pandemia, Bolsonaro demitiu o então ministro da Saúde, [Luiz Henrique Mandetta](#), em 16 de abril. Na mesma data, o [terceiro boletim do ITC-19](#) mostrava que em 78% dos estados não havia informações públicas sobre a ocupação de leitos.

Em 7 de maio, o Brasil já se aproximava da marca de 10 mil mortes por Covid-19, e os epicentros da pandemia, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que tinham metade dos óbitos no país, perderam pontos no [sexto boletim](#). No até então mais crítico momento da pandemia, o Estado do Rio de Janeiro deixou de publicar dados sobre doenças preexistentes e o governo de São Paulo parou de divulgar a ocupação de leitos para toda a rede de saúde. Ao mesmo tempo, o governo federal deixou de atualizar o boletim epidemiológico e o painel sobre vírus respiratórios saiu do ar. Na semana seguinte, o [sétimo boletim](#) voltou ao assunto, chamando a atenção para o fato de que a taxa total de ocupação de leitos estava disponível em apenas cinco estados e outros 12 divulgavam somente a ocupação de leitos exclusivos para Covid-19.

Passados três meses da confirmação do primeiro caso de Covid-19 no Brasil, com leve queda nos indicadores de óbitos e internações, os estados começavam a debater e anunciar medidas para a flexibilização da quarentena — ainda sem transparência sobre a ocupação de leitos de toda a rede hospitalar. Um levantamento minucioso da OKBR cruzou anúncios dos governos com os dados disponíveis e identificou que a ocupação de leitos de toda a rede era divulgada por apenas cinco dos 15 estados que haviam anunciado medidas para reabertura naquela semana, conforme o [nono boletim do ITC-19](#), divulgado em 28 de maio.

Quando as capitais passaram a ser avaliadas, a divulgação de dados completos de ocupação de leitos, detalhando também a quantidade de leitos operacionais gerais e exclusivos para Covid-19, foi um dos primeiros gargalos identificados. Em 30 de julho, o [segundo boletim do ITC-19 2.0 – Capitais](#) mostrou que apenas um quarto das cidades divulgava informações sobre a situação geral da rede hospitalar, enquanto 63% informavam apenas a ocupação provocada pela Covid-19.

Uma das explicações para a opacidade seria a falta de integração entre os sistemas de gestão da rede hospitalar, que acontece de forma compartilhada com os estados e municípios. Mas, mesmo olhando para os estados, que foram avaliados logo na sequência, em 6 de agosto, pouco mais da metade informava a quantidade de leitos operacionais (57%) e de leitos ocupados (53%) de forma geral, não somente os exclusivos para Covid-19, conforme o [terceiro boletim do ITC-19 2.0 – Estados](#).

Na [sétima edição do ITC-19 2.0 – Estados](#), publicada em 30 de novembro, a equipe da OKBR contextualizou novamente a dificuldade de monitoramento dos dados diários sobre as condições de infraestrutura de saúde, em especial a quantidade de leitos clínicos e de UTI existentes e ocupados. “Isso acontece porque, diferentemente do sistema de notificação obrigatória de agravos de saúde (como a própria Covid-19, SRAG, dengue etc.), não existia uma forma de coletar esses dados

de forma centralizada”, diz o relatório. Sem sistemas para fazer esse acompanhamento, o que se verificou na maioria dos entes foi o controle manual dos leitos exclusivos para Covid-19, com informações enviadas pelas equipes das unidades por e-mail, formulários ou preenchimento de planilhas.

“Além de divergências, esse tipo de controle não permite o monitoramento do sistema de saúde como um todo. Isso dificulta compreender a sobrecarga que o sistema pode estar enfrentando e o atendimento a outras doenças que pode estar deixando de ser feito”, comentou a diretora-executiva da OKBR, Fernanda Campagnucci, na publicação.

A doença continuaria com curvas aceleradas de contágio no país até dezembro, quando o sistema de saúde deu os primeiros sinais de colapso, a começar por Manaus (AM). O ano de 2020 terminou na iminência da marca de 200 mil mortes por Covid-19, que seria alcançada logo nos primeiros dias de 2021. Os planos de contingência já não davam conta de atender as pessoas contaminadas pelo novo coronavírus em diversas partes do país. Leitos de UTI foram improvisados em outros espaços hospitalares e a estrutura geral de saúde precisou ser mobilizada para responder à emergência sanitária.

Para a coordenadora de Advocacy e Pesquisa da OKBR, Danielle Bello, o caos estava anunciado: “Já se podia ver o colapso acontecer, a ciência já estava dizendo o que iria acontecer. Quando chega no final do ano, o que estava se desenhando pelo nosso acompanhamento dos dados se confirma”.

Uma portaria do Ministério da Saúde publicada em abril de 2020 determinou o preenchimento diário obrigatório do Censo Hospitalar, no sistema e-SUS Notifica, para aferir a ocupação dos leitos e as internações decorrentes do novo coronavírus. Os dados preliminares desse sistema começaram a ser disponibilizados somente em outubro no OpenDataSUS, em uma API (do inglês *Application Programming Interface*, um mecanismo que permite o consumo dos dados por meio de linguagens de programação). Uma versão em planilha, mais acessível, só foi publicada em março de 2021. No entanto, o arquivo não continha todas as variáveis obtidas por meio da API: dados de oferta de leitos em cada estabelecimento, fundamentais para calcular as taxas de ocupação, ficaram de fora. Além disso, até setembro, não havia uma versão consolidada de dados por estado e/ou município nos portais federais.

No marco de um ano do Censo Hospitalar, em 8 de abril de 2021, a OKBR publicou um relatório aprofundado sobre esses dados. O [estudo revelou](#) que quase 70% dos dados de ocupação de leitos acessados via API apresentavam ao menos um problema, como inconsistência no preenchimento (87% dos estabelecimentos

com UTI tinham taxas de ocupação exorbitantes), desatualização (31%) ou divergência com dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) (18%).

“A partir dos dados que analisamos, é muito difícil pensar que essas informações estão sendo consideradas para o enfrentamento da pandemia pelo Ministério da Saúde, pois estão ou bastante defasadas ou distorcidas com a falta de padrão”, ressaltou Fernanda Campagnucci, diretora-executiva da OKBR, na publicação. “Se esses forem os únicos dados disponíveis, podemos considerar que o país está se planejando no escuro”.

No mês seguinte, a OKBR lançou um [monitor de qualidade](#) do Censo Hospitalar, que oferece uma fotografia diária do preenchimento dos dados relacionados à ocupação de leitos em todo o país. Alimentado por meio da API, o painel também mostra dados de oferta de leitos e disponibiliza para download a série história contendo todas as variáveis desde o início do monitoramento, em fevereiro de 2021.

AMAZÔNIA: UM CAPÍTULO À PARTE NA OMISSÃO DE DADOS

A partir de setembro de 2020, com apoio da Hivos, por meio de sua iniciativa Todos os Olhos na Amazônia, o Índice de Transparência da Covid-19 passou a publicar uma série de boletins especiais com foco nos estados da região. Em 22 de setembro, o [primeiro boletim do ITC-19 2.0 – Amazônia](#) destacou que, depois de mais de seis meses do início da pandemia no Brasil, o país ainda não conhecia a real extensão da Covid-19 na população indígena. Revelou ainda que centenas de casos nessa população não estavam sendo contabilizados pelo Ministério da Saúde.

O relatório apontava problemas de gestão da informação e de falta de transparência que dificultaram o atendimento a povos indígenas na Amazônia Legal, sendo que 62% dos óbitos de pessoas identificadas como indígenas nas bases oficiais estavam nessa região. Em todo o país, 82% dos estados davam transparência com relação ao quesito raça/cor, número que caía para 58% nas capitais. Se considerada apenas a região da Amazônia Legal, esses valores se reduziam a 78% dos estados e 44% das capitais.

A omissão nos dados era ainda maior no indicador etnias indígenas: apenas 57% dos estados divulgavam o dado, enquanto 15% das capitais o faziam. Na Amazônia Legal, a média era de 56% e 22%, respectivamente. Apesar de ser um item obrigatório no sistema de registro, um a cada quatro casos (25%) de Covid-19 e SRAG suspeitos na região não informava raça/cor.

Para a equipe da Hivos no Brasil, a inclusão de indicadores para povos indígenas na versão 2.0 do ITC-19 foi um dos aspectos importantes para a reivindicação de assistência em saúde ao governo federal e de acesso adequado aos dados sobre o tratamento e sobre a contabilização de mortes dessa população. “Essa iniciativa se soma a estratégias de visibilidade nacional, como a plataforma [Emergência Indígena](#) da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que denuncia a política governamental discriminatória, potencializada pela pandemia da Covid-19, que por sua vez se somou às já conhecidas violências políticas e perseguições aos povos indígenas no país”, pontua a organização, por meio de nota enviada à OKBR.

A Hivos trabalha globalmente para promover a transparência em uma perspectiva de dados abertos não apenas nos aspectos de disponibilização, mas também na facilidade com que demonstram a execução de políticas públicas para apoiar o efetivo controle e participação social. Nesse sentido, a parceria com a OKBR foi acompanhada de uma estratégia de aproximação inédita do tema de transparência em saúde e da capacidade técnica de leitura de dados públicos aos parceiros da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). “Tal acesso foi fundamental para estruturar estratégias amplas de acesso à saúde para povos indígenas na Amazônia brasileira, além de fundamentar ações em advocacy junto a atores políticos, como também em ações junto ao sistema judiciário”, segue a Hivos, em nota.

Em 3 de novembro, o [segundo boletim do ITC-19 2.0 – Amazônia](#) revelou que 67% das capitais localizadas na Amazônia Legal não publicavam microdados (registros detalhados) ou publicam variáveis insuficientes, índice maior do que o encontrado considerando todas as capitais brasileiras (58%). Mais da metade dos estados (56%) da região não publicavam microdados, enquanto a média nacional era de 37%. Na análise seguinte, publicada em 12 de novembro, o [terceiro boletim especial](#) mostrou que as capitais no geral apresentavam baixa transparência sobre quantidade de leitos operacionais (38%) e ocupados (38%) nas redes de saúde de todo o país, enquanto na Amazônia o cumprimento era um pouco mais alto: 44% e 39% dos entes, respectivamente. As capitais da região se destacaram no detalhamento de casos por unidade de saúde, 16 pontos percentuais à frente da média nacional.

Pouco depois dessa avaliação, Manaus (AM) se tornaria o epicentro da pandemia no país, com superlotação de hospitais e falta de oxigênio nas UTIs. Ainda, uma nova cepa do coronavírus foi identificada na região, variante que logo se tornaria prevalente em território brasileiro.

Para a Hivos, o colapso do sistema de saúde na cidade aparece como resultado do que foi evidenciado pelos relatórios do ITC-19 sobre Amazônia desde setembro

de 2020. “É resultado da incapacidade institucional do Estado brasileiro de atuar em políticas públicas de atenção à saúde que levem em conta o monitoramento contínuo de dados e indicadores, promovidos pela atuação vigilante de relatórios como o ITC-19”, destaca a nota a organização, que segue: “O apagão em relação aos dados públicos sobre o atendimento à Covid-19 compõe um gargalo estrutural, que se acentua de maneira sem precedentes na conjuntura do atual governo federal, seja pela não publicação de dados, pela dificuldade de acessar dados existentes ou por criminosamente ignorá-los”.

Essas lacunas puderam ser observadas, novamente, nos dados da vacinação. Em março de 2021, o [quarto boletim especial](#), já na versão 3.0 do ITC-19, revelou uma queda brusca no ritmo da imunização de povos indígenas desde o final de janeiro, quando a segunda dose começou a ser aplicada. Baseada nos microdados da vacinação, a análise também apontava a aplicação mais lenta na comparação com outros grupos prioritários definidos no Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19. No caso de indígenas vivendo na Amazônia Legal, o gargalo era ainda maior: apesar de concentrar cerca de 60% da população indígena do país, menos da metade das primeiras doses haviam sido aplicadas ali.

Havia problemas de preenchimento e inconsistências, como a classificação de pessoas vacinadas no grupo prioritário de povos indígenas e, ao mesmo tempo, com outras categorias de raça/cor (amarela, branca, preta e parda). Mas uma barreira ainda maior para o acompanhamento efetivo da imunização dessas populações é a ausência do campo “etnia” nos dados de pessoas vacinadas.

O cenário é agravado pela definição usada pelo Ministério da Saúde sobre quem seriam as pessoas indígenas priorizadas: inicialmente considerando apenas aquelas atendidas pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígenas (SASISUS) — ou seja, aldeadas em terras demarcadas —, o plano passou a incluir também indígenas habitando em terras não homologadas, atendendo à medida cautelar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709. No entanto, o Ministério seguiu ignorando pessoas indígenas vivendo em cidades: de acordo com o último censo realizado pelo IBGE, há 10 anos, havia 896.917 indígenas no país — mais que o dobro da população priorizada nos planos de imunização em 2021 (413.749).

PAINÉIS FORA DO AR, ATAQUE CIBERNÉTICO, ELEIÇÕES, APAGÃO: DADOS EM RISCO E O ITC-19 COMO INSTRUMENTO DE PRESSÃO

Ao longo da trajetória do ITC-19, os dados da pandemia estiveram sob ameaça de diversas maneiras. Ora por vontade política, com as mudanças constantes de critérios de divulgação de dados pelo governo federal ou a opção de prefeituras por retirar painéis do ar durante a campanha eleitoral. Ora por fatores externos, como o apagão literal que deixou o Amapá sem energia elétrica por mais de três semanas, ou ataques cibernéticos que geraram instabilidades nos sistemas compartilhados pelos entes públicos nas diferentes esferas de administração. Sem contar a [exposição de dados, muitos deles sensíveis](#), de milhares de pessoas por falhas de segurança no Ministério da Saúde.

O Índice não apenas acompanhou e registrou essas ocorrências como influenciou diversas medidas e manifestações a respeito dos riscos de um apagão real de dados. A [Rede de Pesquisa Solidária](#), que reúne mais de 100 cientistas, [citou o ITC-19](#) para denunciar a opacidade do governo federal. “O ITC-19 nos ajudou como pesquisadores para entender que há um problema além de uma falta de transparência sobre um determinado assunto ou determinado banco de dados disponibilizado por um determinado governo. É preciso discutir a transparência de forma mais abrangente, mostrar a grave consequência que isso tem para as políticas públicas”, analisa Lorena Barberia, professora do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), integrante da Rede de Pesquisa Solidária. “Também nos ajudou para melhor entender a obrigação dos governos de cumprir com as leis de transparência, e entender quais são os critérios mínimos de dados públicos transparentes”, complementa.

Para Barberia, organizações como a OKBR exercem um papel-chave no ecossistema de informação, pois ajudam a fortalecer a rede de pessoas pesquisadoras, jornalistas, gestoras, e de organizações da sociedade civil na demanda por transparência. Editor do Estadão Dados, Daniel Bramatti concorda com a observação da pesquisadora. “É fundamental a exigência pública de transparência feita pela entidade através do ranking. Muitas vezes, estamos divulgando um pacote de dados que creditamos como verdadeiro, por ter caráter oficial, mas sem ter certeza de como os dados foram gerados, se estão de fato sendo apresentados como deveriam”, pontua Bramatti.

O Estado de S. Paulo é um dos integrantes do Consórcio de Veículos de Imprensa criado em junho de 2020, quando o governo federal ensaiou divulgar apenas casos

novos de Covid-19 registrados no dia e retirar do ar bases de dados com série histórica, conforme registrou o [décimo primeiro boletim do ITC-19](#), em 12 de junho. Também fazem parte do [consórcio](#) para levantar informações nos portais estaduais UOL, Folha de S.Paulo e os veículos do grupo Globo.

O episódio da retirada de dados do Painel Coronavírus do ar, em 5 de junho de 2020, embora não tenha sido um fato isolado, foi o ponto mais crítico de ameaça à transparência em todo o período de monitoramento. Naquele momento, o Brasil registrava 35 mil mortos pela doença. Nos dias anteriores, o Ministério da Saúde [passou a atrasar a divulgação](#) dos dados visando à não divulgação dos números no Jornal Nacional, da TV Globo. Mensagens internas de membros do governo federal, [relatadas em dezembro](#) pela agência internacional Reuters, usavam tom imperativo para determinar que cessasse a publicação dos dados acumulados, na véspera do dia em que a decisão foi tomada.

Enquanto isso, Carlos Wizard, um empresário que assumiria a secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde [dizia que os dados eram “fantasiosos ou manipulados”](#) e pedia uma “recontagem” desses números, além do fim da publicação do dado cumulativo. Todos esses movimentos tornavam nebulosas as já escassas informações às quais a sociedade brasileira tinha acesso, e o consórcio para coleta dos dados foi uma das respostas a essa instabilidade.

“O consórcio foi uma construção emergencial, diante de uma sequência de mudanças que tornavam os dados menos transparentes e uma evidente intenção de evitar que os dados da pandemia fossem divulgados no programa de maior audiência da TV brasileira, que é o Jornal Nacional”, conta Bramatti. “Mexeram nos horários de divulgação dos balanços diários, na composição dos números, tudo isso com uma clara intenção de reduzir o impacto da mortalidade, ou seja, evitar que a realidade dos fatos se impusesse”.

A escolha dos veículos para driblar a medida foi por buscar dados nas secretarias estaduais de Saúde. Além disso, uma [decisão liminar](#) do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes determinou o restabelecimento da divulgação integral, em caso que teve participação da OKBR como *amicus curiae* (veja relato mais adiante). Sem alternativa, o governo federal recuou e voltou a divulgar as informações. “Percebemos que a coleta em alguns estados é muito dependente das ferramentas que o próprio governo federal oferece, como os sistemas e-SUS e Sivep-Gripe”, observa Bramatti. “Se esses sistemas fossem tirados do ar, se houver uma ação deliberada do governo federal, poderemos evitar um apagão informativo?”, questiona.

A preocupação é legítima, tanto que a disponibilidade de dados esteve ameaçada por decisões deliberadas de algumas gestões de retirar painéis do ar durante o período de campanha eleitoral em 2020, como citado no [quarto boletim do ITC-19 2.0 – Capitais](#), em 28 de agosto. Algumas capitais retiraram informações mais detalhadas da situação da pandemia sob a justificativa de atender a legislação eleitoral, que impede a propaganda governamental durante a disputa. O uso dessa prerrogativa, contudo, é controverso, já que atualizações sobre a pandemia são informações de interesse público, e não publicidade.

Em 30 de novembro, o [sétimo boletim do ITC-19 2.0 – Estados](#) tratou do apagão literal que o Estado do Amapá sofreu no dia 2 daquele mês. O estado vinha apresentando alto desempenho na transparência em relação aos dados da pandemia desde julho. Além de intensificar o risco sanitário, devido à falta de energia elétrica e ao acesso restrito a água e alimentos, a interrupção no fornecimento de energia e consequente instabilidade nas comunicações inviabilizou o monitoramento da pandemia pelo estado. O abastecimento só foi restabelecido integralmente em 24 de novembro, 22 dias após a interrupção. Alguns itens sobre a situação epidemiológica amapaense, como os microdados, seguiram desatualizados até o fechamento do boletim, em 27 de novembro. Em contato com a OKBR, a equipe de Macapá também relatou dificuldades para manter a atualização, mas a cidade conseguiu permanecer no topo do ranking em todo o período, até que teve uma queda acentuada na última avaliação do ano, em 18 de dezembro.

Outra ocorrência foi o ataque cibernético sofrido pelo Ministério da Saúde em 5 de novembro, seguido da desativação de parte do sistema por questões de segurança, conforme alegou o órgão. A ação atrasou ou mesmo impediu que os balanços de casos e óbitos fossem atualizados pelos estados de forma parcial ou completa por pelo menos oito dias, gerando mais nebulosidade no monitoramento da pandemia.

Na edição de 11 de dezembro, os ataques cibernéticos ainda tiveram seu reflexo captado pelo [sétimo boletim do ITC-19 2.0 – Capitais](#). Devido a um ataque como esse, a obtenção de dados atualizados nas capitais ficou prejudicada, mesmo após mais de duas semanas da ocorrência. O site da Prefeitura de Vitória e todos os seus serviços online, por exemplo, saíram do ar em 7 de novembro, e 18 dias depois, quando foi feita a coleta de dados para o ranking, a prefeitura ainda não havia restabelecido o canal. Isso inviabilizou o acesso a qualquer informação sobre a situação epidemiológica no município, que sempre apresentou nível alto de transparência, e despencou para a última posição do ranking naquela rodada de avaliação.

A dependência de governos estaduais e municipais dos sistemas federais continuou sendo uma preocupação em março de 2021, quando uma [nova mudança](#) promovida pelo Ministério da Saúde nos campos de preenchimento obrigatório e critérios para confirmação de óbitos por Covid-19 resultou em queda de registros — logo após o país bater novo recorde de mortes, com mais de 3 mil vítimas em um único dia. “Todas essas ameaças que tivemos, provocando o represamento de dados, evidenciam o peso que o governo federal tem nesses registros”, comenta o editor do Estadão Dados, Daniel Bramatti. “Alguns estados mantêm seus próprios sistemas e alimentam os sistemas federais a posteriori, outros abastecem apenas o sistema federal. Num cenário catastrófico, não temos nenhuma garantia de que teremos números desses estados”, conclui.

IMPrensa: IMPACTO INDIRETO NA QUALIDADE DA COBERTURA

O ranking publicado periodicamente pela OKBR nos boletins do Índice de Transparência da Covid-19 ganhou ampla visibilidade, tanto na imprensa nacional, como regional e até mesmo internacional. A luta das organizações e coletivos por mais transparência da Covid-19 no Brasil, incluindo a OKBR, foi tema de reportagem no portal de tecnologia [Rest of World](#), e o jornal argentino [La Nación](#) destacou as análises da OKBR sobre o “apagão de dados no Brasil”.

Foram mais de 200 inserções em jornais, revistas, portais e programas jornalísticos televisivos e radiofônicos brasileiros. O Índice foi assunto na TV Globo (Jornal Nacional, Bom Dia Brasil, Globo News e nos jornais televisivos locais de Goiás, Tocantins, Pernambuco, São Paulo, Bahia, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), [Rádio CBN](#), [G1](#), [Jornal O Globo](#), [UOL](#), [Folha de S.Paulo](#), [Valor Econômico](#), [O Estado de S. Paulo](#), [Correio Braziliense](#), [Zero Hora](#), [Deutsche Welle](#), [Nexo Jornal](#), entre muitos outros.

A cobertura da imprensa foi fundamental para estimular os governos a melhorar sua pontuação nas edições seguintes, o que se torna ainda mais evidente nos veículos locais. “Mesmo que a gente esteja diariamente pedindo dados e produzindo conteúdo no jornal local, a partir do momento que você tem a chancela de uma organização como a OKBR, que observa isso nacionalmente, compara com outros estados, isso vira uma baliza, até para a própria imprensa”, avalia Cristiano Martins, repórter do jornal O Tempo, de Minas Gerais.

Martins já estava monitorando dados da pandemia em território mineiro antes da criação do Índice. O jornalista mantinha um [site independente](#) com a intenção de abrir e sistematizar os dados, que na época eram disponibilizados basicamente em PDF e sem padronização. Depois, passou a colaborar também com o [Brasil.io](#), projeto do ativista e desenvolvedor Álvaro Justen que reúne voluntários para fazer a atualização diária de um painel de dados da Covid-19. Por essa atuação, o repórter tinha contato direto e constante com a assessoria e a controladoria do estado, e reconhece que a criação do Índice contribuiu para que Minas Gerais melhorasse muito — e rápido. “Uma vantagem é que o Índice aponta exatamente o que você está fazendo melhor e pior que os outros estados, isso ganha manchete nacional e com certeza passa a ser de interesse direto do governo, nem que seja só pelo ponto de vista do marketing institucional, não estar mal avaliado”, analisa Martins.

Ter a chancela de uma organização respeitada na área para colocar a falta de transparência do governo nas manchetes locais também é considerado por Marcel Hartmann, repórter do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, um trunfo jornalístico. “Quando existe um relatório técnico, com uma metodologia, isso permite trazer uma visão especializada sobre um problema de transparência, até porque o nível de detalhamento é mais alto do que um jornalista de redação teria condições de avaliar no seu dia a dia”, explica Hartmann. “Além do valor noticioso, vejo também um valor didático, porque a partir do momento que isso vira notícia, o ente analisado sabe exatamente o que precisa melhorar”.

O governo gaúcho reconheceu a necessidade de melhorias logo no primeiro contato do repórter para solicitar o contraponto. Um sintoma de que o assunto havia sido levado a sério internamente é que a resposta foi enviada diretamente pelo chefe de Comunicação do governo, com uma nota extensa, respondendo ponto a ponto o que havia sido questionado — que era basicamente os elementos que o Índice de Transparência da Covid-19 havia classificado como insatisfatório. Também foi citado na mesma publicação o ranking da Transparência Internacional – Brasil sobre compras na pandemia.

Na live semanal seguinte à publicação da [reportagem](#), o governador Eduardo Leite citou a matéria, repetiu trechos da nota e reforçou o compromisso com melhorias. A repercussão ultrapassou os limites do Palácio Piratini, segundo o repórter, com diversas interações do público nos canais digitais do jornal e contatos de cientistas da região agradecendo o fato de, após a publicação da reportagem, o governo ter melhorado a oferta de dados sobre a Covid-19 no Rio Grande do Sul. “De fato, mudou toda a forma de publicar os dados, com painel novo, permitindo download em csv e microdados, o que não era disponível antes”, lembra Hartmann.

A qualificação nos formatos disponibilizados foi um impacto percebido também pelo jornalista Marcelo Soares, que criou uma série de mapas da Covid-19 no site Lagom Data e sofreu para obter dados abertos e padronizados ao longo da produção. “Essa bagunça de formatos só mudou quando a ONG Open Knowledge Brasil criou um ranking de transparência dos estados com os dados da Covid-19. Para subir no ranking, cada estado pôs pressão em suas equipes para melhorar o formato de divulgação dos dados. Em dois meses, os maiores fiascos de março eram modelos de transparência”, afirmou em artigo para o [Blog de Ciência da Unicamp](#).

MICRODADOS: O PAPEL DO ITC-19 NA MELHORIA E ABERTURA DE DADOS PRIMÁRIOS

A disponibilização de microdados de casos de Covid-19 — registros em que cada caso é cadastrado individualmente em uma linha, com as várias características detalhadas nas colunas — foi o critério avaliado pelo ITC-19 menos atendido entre os entes, conforme o [boletim especial do ITC-19 2.0](#), divulgado em 18 de dezembro de 2020. As médias de atendimento em nível bom ou alto fecharam o ano em 46% dos estados e apenas 19% das capitais. Com mais de 7 milhões de casos confirmados e quase [200 mil mortes](#) por Covid-19, o país ainda não tinha dados suficientes sobre as características das vítimas da pandemia no final de 2020.

“Uma questão inicial que deve ser pontuada é que, quando falamos da disponibilização de microdados, estamos tratando de um critério mais avançado de transparência, por essa razão talvez tenha sido um dos parâmetros que, além de demorar muito para ser disponibilizado por alguns entes governamentais, ainda continue indisponível em outros”, pondera o pesquisador Fabiano Maury Raupp, professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Udesc. “Por outro lado, não podemos nos aquietar diante dessas questões e não exigir que a disponibilização de microdados ocorra e possa se desenvolver”, completa.

Desde o início, o ITC-19 cobrou a disponibilização de microdados mínimos, contendo variáveis como sexo, faixa etária e fatores de risco. Mas foi a partir de julho, com a [versão 2.0](#) do Índice, que a exigência aumentou, cobrando maior detalhamento, incluindo dados de raça/cor, e casos entre profissionais de saúde. Entre os novos indicadores do Índice, não necessariamente em microdados, também passaram a ser cobrados casos entre pessoas privadas de liberdade e a especificação

de etnias indígenas. De acordo com Raupp, a importância desse nível de detalhamento é inegável para fomentar pesquisas em políticas públicas e sociais. Dados detalhados também são fundamentais para a produção de conteúdo jornalístico. “Sem microdados, ficamos reféns de análises prontas, que chegam com o olhar do governo, não podemos fazer nossas próprias análises”, comenta Marcel Hartmann, do jornal Zero Hora.

Para incentivar e orientar a publicação de microdados, a OKBR criou um [guia](#) contendo um template que poderia ser utilizado para disponibilizar essas informações. “A aproximação que tivemos com pessoas atuando nos governos evidenciou que muitas vezes há a intenção de melhorar o trabalho que é feito e a informação que é publicada, mas acabam não encontrando um material, uma referência, por isso buscamos desenvolver ferramentas de apoio técnico, como o template de microdados”, conta a coordenadora de Advocacy e Pesquisa da OKBR, Danielle Bello. A adesão foi nítida: “Muitas vezes, as colunas eram exatamente as mesmas do template e a própria construção dos painéis tinha nomes de seções idênticos aos quesitos avaliados no Índice”.

Ao lado do [Ranking criado pela Transparência Internacional — Brasil](#) para aferir a divulgação das compras públicas, o ITC-19 foi tema de [reportagem da Revista Pesquisa Fapesp](#) sobre a [importância da Ciência Aberta](#). Esse também foi o assunto de um [webinar da Fiocruz](#), com participação da OKBR. Inclusive, o divulgador científico Átila Iamarino, que já tinha, na época, mais de 1,3 milhão de inscritos em seu canal no YouTube, [falou sobre o Índice](#) em abril, e participou de um [painel do Coda.Br](#), organizado pela Escola de Dados da OKBR, para falar sobre a cobertura da Covid-19. O coletivo de origem espanhola [Kaos en la Red](#) chegou a citar uma edição do ITC-19 ao tratar da necessidade de coletar dados sobre os efeitos da Covid-19 de acordo com raça/cor e pertencimento a grupos étnicos.

Pouco menos de um mês após o [início da vacinação](#) no Brasil, em janeiro de 2021, o Ministério da Saúde passou a disponibilizar os registros da vacinação individualizados no OpenDataSus. Apesar da abertura célere, a atenção recaiu sobre a qualidade dos dados.

Ainda em março, a OKBR apontou, em [nota técnica](#) assinada por mais de seis organizações da sociedade civil, problemas nos dados: as bases disponibilizadas apresentavam quantidade de registros diferente daquela exibida no [painel de doses aplicadas](#), embora a fonte de dados e a periodicidade de atualização indicadas fossem as mesmas. Além disso, havia outras questões de qualidade, como registros repetidos e campos de informação-chave para acompanhar o processo de

imunização não preenchidos ou falhos. Uma das mais graves era a ausência do quesito “raça/cor” em 27% do total de registros, apesar de ser obrigatório de acordo com a [Portaria nº 344/2017](#) do próprio Ministério da Saúde.

Diante da permanência dos problemas, em maio de 2021, a OKBR, com apoio da Lagom Data, desenvolveu um [painel para monitorar](#) a qualidade dos dados da vacinação semanalmente. Um dos problemas observados era a discrepância entre a quantidade de vacinas aplicadas que eram apresentadas no painel oficial do Ministério da Saúde e aquelas registradas nos microdados. Na nota técnica conjunta de março, a diferença identificada era de cerca de 100 mil doses a mais no painel do Ministério. No [lançamento](#) do painel de monitoramento da OKBR, dois meses depois, as duas fontes divergiam em 1,2 milhão de doses. Além do panorama sobre os dados nacionais, o monitor inclui detalhes sobre o preenchimento em estados e municípios. Em 20 de maio, Distrito Federal (43,5%), Rio de Janeiro (39,3%) e São Paulo (36,6%) eram os entes que menos indicavam raça/cor em seus registros.

O desafio de abertura não é menor no nível local. Tanto o [primeiro boletim do ITC-19 3.0 — Estados](#), publicado em junho de 2021, como o [primeiro boletim do ITC-19 3.0 — Capitais](#), de julho, mostram a publicação de microdados da vacinação como um dos cinco critérios menos atendidos. Já na [segunda avaliação de estados e governo federal](#), em agosto, há um salto na divulgação de dados da vacinação. “As primeiras avaliações da terceira fase do ITC-19, que passou a olhar também para indicadores sobre a vacinação, confirmam a importância de monitorar e divulgar as limitações de transparência e qualidade desses dados”, comenta Danielle Bello, coordenadora de Advocacy e Pesquisa da OKBR. “A expectativa é que o mesmo avanço observado entre os estados ocorra com as capitais, como já vimos acontecer ao longo de 2020”, completa.

CONTROLE SOCIAL E GESTÃO PÚBLICA: COMO O ITC-19 TRANSITOU PELO EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

O efeito direto na qualificação e ampliação da abertura de dados sobre a pandemia no Brasil perpassa toda a história do Índice de Transparência da Covid-19 contada nesta publicação. E esse era o principal objetivo do ITC-19, o que já se poderia considerar bastante ambicioso. Mas o impacto não se limitou ao poder Executivo: também se estendeu ao Legislativo e Judiciário.

A OKBR [foi admitida como *amicus curiae*](#) em uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) que teve como objetivo reverter retrocessos de transparência e as falhas de atualização de dados pelo Ministério da Saúde. Esse foi um movimento inédito para a organização, que estrutura sua área de litígio estratégico. Os argumentos técnicos e jurídicos apresentados pela OKBR foram citados como fundamento do voto de Alexandre de Moraes, ministro relator do processo. “Colocar o direito de acesso à informação em risco já é, por si só, uma violação gravíssima. Por outro lado, colocar o direito de acesso à informação em risco durante uma pandemia viola simultaneamente outros direitos fundamentais inalienáveis, inerentes a toda população brasileira, tais como o direito à vida e à saúde, o que torna a violação ainda mais crítica e exige reparação”, diz o texto da peça apresentada pela OKBR, em um dos trechos citados por Moraes em sua [decisão](#) proferida em março de 2021.

Além do episódio na Corte máxima do Judiciário brasileiro, o Índice tem fundamentado ações na justiça a partir de órgãos como a Defensoria Pública e o Ministério Público Federal. Há ações em curso nos estados de [São Paulo](#) (que também inclui a União) e [Amazonas](#), e recomendações formais do Ministério Público no [Acre](#), [Pará](#), [Distrito Federal](#) e [Amapá](#).

Um dos casos mais significativos é o do Amazonas, em que procuradores da República moveram uma [ação civil pública](#), em 14 de abril de 2020, e obtiveram decisão liminar favorável três dias depois, para o estado melhorar a transparência sobre o avanço da Covid-19. “Mostra da insuficiência de transparência nos sítios do Estado do Amazonas é seu posicionamento no ranking estabelecido pela ONG Open Knowledge Brasil (OKBR)”, diz o documento, que reproduz imagens de mapas e quadros do ITC-19. À época, o Amazonas tinha 40 pontos no ranking, limite mínimo para a classificação média do nível de transparência atribuído pelo Índice. Ao final de 2020, o Amazonas era sexto do ranking, em nível alto de transparência, com 92 pontos.

“A transparência de dados de interesse público tem enorme importância para o aperfeiçoamento da democracia. Porém, para que se fomente a transparência, é necessário desenvolver meios de avaliá-la”, diz o procurador da República no Amazonas José Gladston Viana, um dos signatários da ação. “Nesse sentido, levantamentos que quantifiquem o nível de transparência contribuem para que tanto gestores públicos quanto órgãos de controle detectem eventuais falhas e vislumbrem maneiras de superá-las”.

O procurador destaca que somente com acesso facilitado a dados públicos a sociedade pode exercer controle social sobre políticas públicas, acompanhar a destinação de verbas, debater as decisões de quem está na gestão pública e detectar

ou evitar atos ilícitos. Os tribunais de contas estaduais, órgãos de controle externo e de assessoramento do poder legislativo também utilizaram o ITC-19 para cobrar providências, como o [TCE de Tocantins](#).

Para o deputado federal Felipe Rigoni (PSB-ES), a importância do ITC-19 vai além da transparência: “Ele nos ajuda com a padronização dos dados. Infelizmente, o governo federal não deu uma normalização dos dados no país, e só conseguiremos realizar bons projetos com dados”.

[Projetos de Lei na Câmara e no Senado Federal](#) tomaram o Índice como base para propor a obrigatoriedade da divulgação de dados pormenorizados sobre a doença e a infraestrutura de saúde no país. Rigoni assina uma das propostas. “O Índice traz informações cruciais para que possamos avaliar como os recursos de combate à pandemia estão sendo implantados nos estados e municípios, isso é fundamental para fiscalizarmos o que está sendo feito”, diz o parlamentar.

No Executivo, governantes de diversos estados comentaram o Índice em seus perfis nas redes sociais. Em [entrevistas publicadas](#) no site do ITC-19 ao longo do projeto, pessoas atuando nos estados e capitais contaram como o Índice acelerou processos internos de gestão da informação que ainda não tinham o respaldo político necessário para serem colocados em prática. O curso inédito [Publicadores de Dados – da gestão estratégica à abertura](#), fortemente motivado pela experiência do ITC-19, capacitou mais de 250 gestoras e gestores, e [beneficiou 67 organizações](#), muitas delas trabalhando com a abertura de dados da pandemia. O sucesso do curso impulsionou a programação de uma [segunda turma](#) logo na sequência, no começo de 2021, alcançando mais 450 participantes e 270 instituições. Um [e-book](#) reúne os principais conteúdos abordados na formação.

MODELO PARA NOVOS PROJETOS: COMO O ITC-19 INSPIROU OUTRAS AÇÕES

Outras ONGs e redes utilizaram dados do ranking para incidência em políticas públicas. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) fez um [relatório robusto](#) sobre a situação de violação de direitos de indígenas na pandemia, com coleta independente de dados. Entre suas fontes, citou o ITC-19. Em dezembro de 2020, o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas produziu uma [nota técnica](#) e fez uma campanha nas redes sociais para avançar na transparência da Covid-19, e também teve o Índice como uma das referências.

Ter uma metodologia documentada favorece que o estudo seja replicado por outras organizações com finalidades semelhantes em outros focos temáticos, como já vem acontecendo. O Centro de Liderança Pública (CLP) usou o ITC-19 como uma das variáveis para compor seu próprio [ranking de enfrentamento](#) à doença e um grupo de pesquisa da Universidade Federal da Bahia (UFBA) criou um Índice de Transparência da Vacinação contra a Covid-19 no Brasil (ITVC-BR) com forte inspiração no ITC-19.

Uma das pessoas que colaboram para a pesquisa é Fabiano Raupp, doutor em Administração pela UFBA e professor associado da Udesc. Ele conta que não conhecia a OKBR antes do ITC-19 e considera que o trabalho da organização gerou uma base de dados que se tornava cada vez mais completa à medida que se avançava para novos boletins. “Com dados completos e tempestivos, essa base começou a alimentar discussões em diversos estudos, qualitativos e/ou quantitativos”, diz.

Os dados do ITC-19 foram apropriados pelo grupo de pesquisa em artigos científicos publicados em periódicos da área. Num estágio posterior, o Índice serviu como inspiração para avaliar a transparência da vacinação contra a Covid-19 no Brasil, com a elaboração do ITVC-BR. Parte dos achados foi publicada no blog Gestão, Política e Sociedade do [Estadão](#).

Segundo Raupp, a opção pelo ITC-19 como fonte de inspiração se deve ao fato de o Índice ter se consolidado como um mecanismo de abertura de dados sobre o novo coronavírus. Foram mantidas as dimensões Conteúdo, Granularidade e Formato, presentes no ITC-19, com adaptação de critérios para que fosse desenvolvida uma identidade com o fenômeno específico de investigação no ITVC-BR, como população-alvo da vacinação, algo que não estava no escopo do ITC-19.

Outra iniciativa inspirada no ITC-19, e também no [ranking](#) da Transparência Internacional – Brasil sobre contratações e doações relacionadas à Covid-19, é o “[Mostra pra Gente](#)”. O projeto foi desenvolvido pela Abaré, um coletivo de jovens jornalistas do Amazonas, que promove a divulgação de conteúdos consistentes e a educação midiática. Gabriel Veras, cofundador da Abaré, conta que pensou em reproduzir o método para checar a situação dos 62 municípios amazonenses assim que soube do projeto. Para ele, os critérios eram claros e a metodologia adequada para ser replicada em escala estadual e à realidade local.

Após dois meses, o resultado foi uma avaliação sobre a qualidade de dados e informações divulgadas pelas prefeituras e pelo governo do estado em seus portais da transparência e outros meios oficiais de divulgação. No site da iniciativa, é possível conferir as notas obtidas pelas cidades, em uma escala semelhante à categorização desenvolvida pela OKBR, e a nota técnica com o detalhamento da metodologia. “A

gente tinha um parâmetro para avaliar a partir de um trabalho concreto, já feito por outras instituições de renome”, salienta.

O estímulo de Veras para coordenar o projeto veio da constatação de que, se estados e capitais estavam encontrando dificuldades para abastecer a população com informações atualizadas e transparentes, os municípios do Amazonas deveriam estar enfrentando ainda mais problemas. “Com as questões logísticas e de acesso à internet, que são muito pesadas no nosso estado, principalmente no interior, pensei que a gente deveria medir como estava a transparência no âmbito mais local ainda, mais na ponta, onde as pessoas vivem”, explica. O lançamento foi em janeiro de 2021, simultaneamente ao início das gestões municipais — como instrumento para cobrar respostas.

Quando o projeto do ITC-19 começou a ser gestado pela equipe da OKBR, em março de 2020, não se imaginava que iria durar por tanto tempo, nem que teria novas versões e desdobramentos temáticos. “Hoje, percebemos o quanto esse projeto se tornou relevante no ecossistema de transparência, a ponto de servir como inspiração para outras pesquisas”, observa a diretora-executiva da OKBR, Fernanda Campagnucci.

Ao mesmo tempo, ter se afirmado como referência, com reconhecimento de tantos atores envolvidos no processo de abertura de dados, representa uma grande responsabilidade. “Imaginamos que o ranking seria atualizado por alguns meses, acabamos estendendo até o final do ano. Em 2021, continuamos produzindo relatórios especiais com desdobramentos do que acompanhamos no Índice e sabemos que não podemos simplesmente parar o trabalho que fizemos até aqui”, destaca a coordenadora de Advocacy e Pesquisa, Danielle Bello.

E o trabalho não parou. Nos primeiros meses de 2021, com o início da imunização no Brasil, era necessário acompanhar a abertura dos dados novamente de perto. Para denunciar a falta de transparência sobre a vacinação no país, uma articulação formada pela OKBR, Transparência Brasil, Transparência Internacional — Brasil, Observatório Covid-19 BR, Rede de Pesquisa Solidária em Políticas Públicas e Sociedade, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e o Laboratório Anticorrupção da Purpose lançou a campanha [Caixa Aberta](#).

Na [nota técnica](#) já mencionada, publicada em 4 de março de 2021, as organizações concluíram que cerca de 70% das informações que deveriam ser públicas e acessíveis à sociedade estavam incompletas, indisponíveis ou inconsistentes. Posteriormente, um [site](#) para pressionar o Ministério da Saúde por informações precisas sobre a vacinação foi lançado. Além da possibilidade de assinar um pedido de informação conjunto, as pessoas podiam conferir no site quais as informações já conhecidas e

aquelas ainda não divulgadas pelo Ministério. A campanha contou com o apoio de mais de 60 organizações da sociedade civil e angariou cerca de 10.300 assinaturas.

Com o quarto ministro da Saúde no cargo desde o início da pandemia — [Marcelo Queiroga](#) assumiu a vaga deixada por Eduardo Pazuello em março de 2021 —, já próximo de chegar a 400 mil vítimas da Covid-19, com dias de pico superior a 4 mil mortes em 24 horas no país, tudo indicava que a Covid-19 no Brasil seguiria em pauta por mais tempo. E a demanda por informação, inclusive com novos indicadores, continuaria sendo urgente para denunciar o obscurantismo e evitar que novos apagões de dados resultassem no apagamento de uma tragédia sanitária sem precedentes.

Linha do tempo: história, impactos e contextos do ITC-19

Acompanhe a cronologia dos principais marcos da trajetória do Índice de Transparência da Covid-19 e sua relação com o avanço da pandemia do novo coronavírus no Brasil ao longo de 2020

26
FEV
2020

Brasil tem o [primeiro caso confirmado](#) de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-Cov-2), em São Paulo: um homem de 61 anos que havia viajado para a Itália.

06
MAR
2020

Jair Bolsonaro faz o [primeiro pronunciamento](#) em rede nacional de TV sobre a pandemia e diz que “não há motivo para pânico”. No dia seguinte, viaja [aos EUA](#): 23 pessoas da comitiva presidencial testaram positivo para Covid-19 ao retornar ao Brasil.

11
MAR
2020

Organização Mundial da Saúde (OMS) declara o surto de Covid-19 como uma [pandemia](#). São 118 mil casos e 4,2 mil mortes no mundo. O então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, diz que a declaração “[nada muda para o Brasil](#)”, que já contava com um [decreto](#) de emergência sanitária desde o início de fevereiro.

12
MAR
2020

É registrada a [primeira morte](#) causada pela Covid-19 no Brasil: uma mulher de 57 anos, de São Paulo. Governantes de diversos estados começam a recomendar medidas de distanciamento social, como suspensão de aulas em escolas e de eventos sociais, além do fechamento de comércio e serviços não essenciais.

19
MAR
2020

Open Knowledge Brasil (OKBR) publica um [artigo](#) sobre a importância dos dados abertos para dimensionar a extensão da pandemia e aponta os principais problemas de transparência do governo brasileiro.

20
MAR
2020

Publicada no Diário Oficial da União a [Portaria nº 454](#), do Ministério da Saúde, que declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus.

24
MAR
2020

Bolsonaro faz [novo pronunciamento](#) em rede nacional, critica o que chamou de “histeria”, e pede a “volta à normalidade”. Amenizando a pandemia, criticou o fechamento de escolas e do comércio. Mencionou que, em seu caso particular, não precisaria se preocupar devido ao seu “histórico de atleta”, pois teria no máximo uma “gripezinha” se contraísse o vírus.

03
ABR
2020

OKBR lança o [Índice de Transparência da Covid-19](#) (ITC-19) para avaliar conteúdo, formato e nível de detalhamento das informações divulgadas sobre a pandemia nos portais dos governos dos estados e do governo federal. Mais de um mês após o primeiro caso confirmado no país, 90% dos avaliados não publicam dados suficientes para acompanhar a disseminação da doença, conforme [o primeiro boletim](#). Apenas três estados são avaliados com nível de transparência “alto” ou “bom”. O relatório foi noticiado pelo jornal [O Estado de S. Paulo](#).

09
ABR
2020

Publicado o [segundo boletim do ITC-19](#). Em uma semana, passa de três para seis o número de estados com nível “alto” ou “bom”, enquanto os avaliados com nível “opaco” caem de 11 para sete. Um dos avanços é a publicação de dados sobre Síndrome Respiratória Aguda Grave (indicador que ajuda a identificar casos e estimar a subnotificação), verificada em 10 estados — contra quatro na semana anterior. O número de estados que publicam a quantidade de testes já aplicados aumenta em 60% — de 13 para 21, mas somente um publica testes disponíveis, e o governo federal passa a publicar a quantidade de kits de teste distribuídos por estado em um painel. Ainda assim, 78% dos entes avaliados não disponibilizam dados suficientes para monitorar a pandemia. Começam os pagamentos do [auxílio emergencial](#) de R\$ 600 do governo federal e o debate sobre a reabertura da economia se intensifica.

10
ABR
2020

O [telejornal NE2](#), de Pernambuco, destaca a posição do estado no ITC-19 da OKBR: nas duas primeiras edições do ranking, Pernambuco foi o ente mais bem avaliado.

12
ABR
2020

O divulgador científico Átila Iamarino, que tem mais de 1,3 milhão de inscritos em seu canal no YouTube, [menciona o ITC-19](#) em uma live sobre os dados da pandemia.

14
ABR
2020

Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Estado do Amazonas (MP-AM) protocolam [Ação Civil Pública](#) para obrigar o governo do estado a publicar na internet informações atualizadas sobre a pandemia do novo coronavírus. Os procuradores usam dados do ITC-19, inclusive gráficos e mapas, para embasar o pedido, que teria [decisão liminar](#) favorável da Justiça Federal no Amazonas em 17 de abril.

15
ABR
2020

A [Rede de Pesquisa Solidária](#), que reúne mais de 100 cientistas e é coordenada por professores da USP, CEBRAP, Fiocruz, entre outros, [citou o ITC-19](#) para denunciar a opacidade do governo federal. Enquanto isso, o presidente Jair Bolsonaro sofre [revés no STF](#), que deu autonomia a estados e municípios para impor medidas de distanciamento.

16
ABR
2020

Bolsonaro [demite o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta](#). Nelson Teich seria o substituto. O país enfrenta o avanço da pandemia sem saber a real dimensão da pressão no sistema hospitalar: em 78% dos estados, não há informações públicas sobre a disponibilidade de leitos de internação, conforme o [terceiro boletim do ITC-19](#).

17
ABR
2020

A falta de informações sobre a infraestrutura hospitalar salientada pelo ITC-19 é citada em reportagem da [TV Anhanguera](#) sobre a discussão de medidas de flexibilização da quarentena em Goiás. O telejornal [Boa Noite Paraná](#) também destaca o ranking da OKBR, em que o estado paranaense é o terceiro colocado.

20
ABR
2020

O [Ministério Público do Amapá](#) (MP-AP) destaca o avanço do governo no ITC-19: o Amapá saiu da penúltima colocação na primeira avaliação para a quinta posição no ranking mais recente. A análise da OKBR foi usada para embasar pedido de recomendações enviado pelo MP-AP ao governo do estado.

21
ABR
2020

Reportagem no [BA TV](#) destaca a posição da Bahia no ITC-19, a 14ª do ranking, classificada com nível “baixo” de transparência.

22
ABR
2020

A [Defensoria Pública da União](#) (DPU) ajuíza ação civil pública contra a União, o Estado de São Paulo e a Cidade de São Paulo pela abertura de dados e informações sobre a pandemia. A ação tem como referência os parâmetros do ITC-19.

23
ABR
2020

Na semana em que a OMS pede que países das [Américas ampliem a testagem](#), cresce o debate em torno da subnotificação de casos da Covid-19. Sem informações sobre testes no Brasil, população e governos lidam com a pandemia às cegas, de acordo com o [quarto boletim do ITC-19](#): apenas quatro estados (ES, GO, PE e PR) divulgam a quantidade de testes disponíveis e 43% não publicam informação sobre Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) ou outras doenças respiratórias, o que ajudaria a estimar a subnotificação. O portal [Nexo](#) destaca a importância de testar para Covid-19 e cita o Índice da OKBR. Utilizando como base os critérios do ITC-19, os deputados federais Felipe Rigoni (PSB-ES) e Tabata Amaral (PDT-SP) protocolam o [projeto de lei](#) nº 2151/2020, que define parâmetros obrigatórios para a publicação de informações sobre a pandemia por parte do governo federal, estados e municípios.

28
ABR
2020

Ministério Público Federal no Pará (MPF-PA), Ministério Público do Estado do Pará (MP-PA) e Ministério Público do Trabalho no Pará (MPT-PA) publicam [recomendação](#) conjunta pedindo providências quanto à disponibilidade de dados da pandemia no estado, tendo o ITC-19 como uma das referências.

30
ABR
2020

Após um mês de avaliações semanais e inúmeras repercussões pelo país, o [quinto boletim do ITC-19](#) mostra melhora expressiva no panorama de divulgação de informações sobre a pandemia pelos estados. De uma taxa inicial de 90% nas categorias “opaco”, “baixo” e “médio” (de 0 a 59 pontos na escala), o país passa a ter 39% de entes nessa situação, sendo que nenhum se encontra na faixa “opaco” e apenas um está no patamar “baixo”. Mas não há avanço na divulgação de testes disponíveis, ainda restrita a quatro estados.

**02
MAI
2020**

“Apagação de dados no Brasil” é tema de reportagens no jornal [O Globo](#) e no jornal argentino [La Nación](#). Ambas mencionam o Índice da OKBR.

**04
MAI
2020**

O [Ministério Público do Distrito Federal e Territórios](#) (MP-DFT) recomenda à Secretaria de Saúde que divulgue todas as informações referentes às medidas e aos instrumentos utilizados para o combate à Covid-19, tendo como referência o Índice da OKBR. A [Parceria para o Governo Aberto \(OGP\)](#) indica o ITC-19 como um dos exemplos de iniciativas recentes para responder à pandemia pelo mundo.

**05
MAI
2020**

Reportagem do portal [UOL](#) destaca resultados do ITC-19: só 32% dos estados divulgam dados detalhados da Covid-19.

**07
MAI
2020**

Brasil se aproxima da marca de 10 mil mortes por Covid-19. Com metade dos óbitos no país, os estados de RJ e SP perdem pontos no [sexto boletim do ITC-19](#). No até então mais crítico momento da pandemia, RJ deixou de publicar dados sobre doenças preexistentes e SP deixou de publicar dados de ocupação de leitos para toda a rede de saúde. Ao mesmo tempo, o governo federal deixou de atualizar o boletim epidemiológico e o painel sobre vírus respiratórios saiu do ar. Defendida por Bolsonaro, a [cloroquina se mostra ineficaz](#) em estudo científico conduzido pela Universidade Columbia. O presidente pressiona o novo ministro da Saúde, Nelson Teich, que resiste a recomendar o remédio.

**14
MAI
2020**

Proporção de estados que não alcança categorias “bom” ou “alto” no [sétimo boletim do ITC-19](#) cai para 25%. Região Sul tem o pior desempenho: apenas PR está nos níveis mais altos de transparência, enquanto RS e SC estacionam no nível “médio”. A divulgação de testes disponíveis nos estados aumenta, mas ainda é um gargalo, com apenas 11 dos entes (39%) publicando a informação. Taxa total de ocupação de leitos é pior ainda: disponível em apenas cinco estados. Outros 12 divulgam somente ocupação de leitos exclusivos para Covid-19. Artigo de opinião no [Correio Braziliense](#) cita o ITC-19.

**15
MAI
2020**

[Nelson Teich](#) não consegue se firmar como ministro da Saúde e pede demissão menos de um mês após assumir. Com casos e mortes em alta, Brasil vive o até então pior momento da pandemia sem uma pessoa titular no Ministério.

**20
MAI
2020**

[Ministério Público Federal \(MPF\) e Ministério Público do Estado do Acre \(MP-AC\)](#) enviam mais uma recomendação ao governo do Acre sobre a necessidade de transparência das medidas estatais no combate ao coronavírus. Procuradoria foca em dados que tiveram a pior avaliação no ranking da OKBR, como a quantidade de testes disponíveis e os números de outras doenças respiratórias, que ficam com pontuação zerada no [sétimo boletim do ITC-19](#).

**21
MAI
2020**

Pela primeira vez, estados chegam à marca de 100 pontos no ranking da OKBR. No [oitavo boletim](#), Ceará, Goiás e Minas Gerais atingem nota máxima. Mesmo com indícios de ineficácia da cloroquina no tratamento da Covid-19, Ministério da Saúde, com o interino Eduardo Pazuello no comando, publica [protocolo](#) recomendando uso do medicamento. [OMS rebate](#) e reafirma que o remédio não tem eficácia comprovada contra o novo coronavírus.

**26
MAI
2020**

Jornal [Zero Hora](#), de Porto Alegre, publica reportagem apontando problemas de transparência do governo gaúcho, com base no Índice da OKBR e também em dados da Transparência Brasil.

**27
MAI
2020**

O telejornal [RBS Notícias](#), do Rio Grande do Sul, destaca o fraco desempenho do estado nos rankings de transparência, como o Índice da OKBR.

**28
MAI
2020**

Após três meses da confirmação do primeiro caso de Covid-19 no Brasil, alguns estados começam a debater e anunciar medidas para a flexibilização da quarentena e a retomada da economia. Indicador-chave para tomada de decisão sobre reabertura econômica, a ocupação de leitos de toda a rede é divulgada por apenas cinco dos 15 estados que já anunciam medidas para reabertura, conforme o [nono boletim do ITC-19](#).

03
JUN
2020

Reportagem do [G1](#) aborda flexibilização da quarentena em São Paulo e cita análise do ITC-19 quanto à falta de dados sobre testes e estrutura hospitalar no estado.

04
JUN
2020

O Índice de Transparência da Covid-19 chega à sua [décima publicação](#). Após dois meses de avaliações semanais, são 19 os entes classificados com nível “alto” de transparência, cinco com nível “bom” e quatro com nível “médio”. A pontuação média passou de 29 para 84 pontos, em comparação com a primeira avaliação. Avanços foram mais expressivos no formato de publicação, com mais painéis e microdados disponíveis, mas itens importantes, como ocupação de leitos e testes disponíveis, ainda têm baixa taxa de cumprimento. OKBR participa de [painel internacional do Open Data Charter](#) sobre governança de dados da pandemia na América Latina.

05
JUN
2020

O [Jornal Nacional](#), da TV Globo, dá destaque ao Índice da OKBR em reportagem sobre mudanças na dinâmica de divulgação de dados sobre a pandemia impostas pelo governo federal.

09
JUN
2020

Também na TV Globo, [Bom dia Brasil](#) cita reação de organizações quanto à restrição de dados sobre a Covid-19 — entre elas, a OKBR.

11
JUN
2020

Governo de São Paulo anuncia que Instituto Butantan irá testar e produzir a [vacina Coronavac](#), em parceria com laboratório chinês.

12
JUN
2020

Movimentos do governo federal são destacados no [décimo primeiro boletim do ITC-19](#). Ministério da Saúde passa a divulgar apenas casos novos de Covid-19 e retira do ar bases de dados com série histórica, mas recua após forte reação de diversos setores da sociedade. Em meio a essa movimentação, veículos de imprensa criam [consórcio](#) para levantar informações nos portais estaduais. OKBR faz uma pausa nas publicações do ITC-19 para revisar a metodologia da avaliação.

18
JUN
2020

OKBR participa de [webinar](#) promovido pela Fiocruz sobre o papel da Ciência Aberta e Governo Aberto em face à pandemia do novo coronavírus. Revista Fapesp também trata da [importância da Ciência Aberta](#), destacando o trabalho da OKBR.

19
JUN
2020

[Tribunal de Contas do Estado do Tocantins](#) (TCE-TO) aponta falta de transparência do governo estadual e cita como referência o ranking da OKBR.

21
JUN
2020

Reportagem da [Folha de S.Paulo](#) expõe a falta de detalhamento de dados sobre incidência da Covid-19 por raça/cor e menciona o acompanhamento do ITC-19.

25
JUN
2020

Em nova manifestação citando o ITC-19, a Rede de Pesquisa Solidária [chama a atenção](#) para os limites dos dados abertos pelos estados, ainda que tenham avançado no Índice da OKBR.

27
JUN
2020

Fiocruz anuncia que irá testar a [vacina da Universidade de Oxford](#) no Brasil.

10
JUL
2020

OKBR retoma publicações do Índice de Transparência Covid-19 com apoio do Instituto Hivos e da Fiocruz, além de nova metodologia e frequência diferente. Agora, o ITC-19 acompanha também dados de capitais, com atualização a cada duas semanas, intercaladas com a publicação sobre os estados, também quinzenal. No [primeiro boletim do ITC-19 2.0 – Estados](#), metade do país ainda está no escuro com relação ao total de casos suspeitos de Covid-19: apenas 14 dos 28 entes avaliados divulgam essa informação. Com o dobro de indicadores, o novo Índice cobra mais informações sobre aspectos sociodemográficos da população atingida e de infraestrutura das redes de saúde. Apenas 46% dos entes informam sobre o contágio entre a população privada de liberdade e o aspecto de raça/cor da população atingida pela Covid-19 é incluído por 61% dos Estados.

13
JUL
2020

A luta das organizações e coletivos por mais transparência sobre a Covid-19 no Brasil, incluindo a OKBR, é tema de [reportagem](#) no portal de tecnologia “Rest of World”.

17
JUL
2020

Pela primeira vez avaliando as capitais brasileiras, o [primeiro boletim do ITC-19 2.0](#) traz um líder isolado: o município de Macapá (AP), com 91 pontos. Na sequência, Vitória (ES) ocupa o segundo lugar, com 90 pontos. Ambas são as únicas cidades classificadas com nível “alto” de abertura dos dados epidemiológicos. Mais da metade (58%) figuram em categorias insatisfatórias, sendo 19% avaliadas com nível médio, 31% com baixo e 8% com opaco.

24
JUL
2020

Na rodada seguinte de avaliação dos estados, o [segundo boletim do ITC-16 2.0 – Estados](#) destaca melhora em aspectos sociodemográficos: população privada de liberdade (dado publicado por 64%), profissionais de saúde (79%), raça/cor (82%) e etnias indígenas (39%). A divulgação de dados sobre as etnias da população indígena afetada passou a ser feita por 11 entes, ante quatro na primeira rodada. Reportagem do [Valor](#) destaca importância de rankings como o da OKBR para forçar transparência nos governos.

29
JUL
2020

OKBR participa de [painel na RightsCon 2020](#) sobre a situação do Brasil no combate à Covid-19.

30
JUL
2020

Metade das capitais apresenta melhorias na transparência no [segundo boletim do ITC-19 2.0 – Capitais](#). Apesar do incremento, o quadro ainda preocupa: 14 cidades (ou 54%) ainda estão nas categorias “opaco”, “baixo” ou “médio” no ranking. A principal dificuldade das prefeituras ainda está na divulgação de dados sobre a infraestrutura de saúde, como testagem e ocupação de leitos. Apenas 10% das cidades publicam a quantidade de testes disponíveis e 44% apresentam o total já aplicado, enquanto o Ministério da Saúde tem [9,8 milhões de testes parados](#) por falta de insumos para processar os exames.

06
AGO
2020

O [terceiro boletim do ITC-19 2.0 – Estados](#) tem apenas um ente com desempenho abaixo do nível “bom”: Mato Grosso. Quando o quesito avaliado é o grau de detalhamento, no entanto, a situação não é tão positiva. As bases de microdados ainda não são publicadas por 7 entes (25%). Pouco mais da metade dos estados informa a quantidade de leitos operacionais (57%) e de leitos ocupados (53%) de forma geral, e não somente exclusivos para Covid-19.

08
AGO
2020

Brasil atinge a marca de [100 mil mortes](#) por Covid-19.

14
AGO
2020

Metade das capitais ainda não alcançou os níveis “bom” ou “alto” no ranking da OKBR. Conforme o [terceiro boletim do ITC-19 2.0 – Capitais](#), cinco figuram nos níveis “baixo” ou “opaco”. A maior dificuldade está na informação sobre testes disponíveis, que é apresentada por apenas uma a cada quatro capitais.

21
AGO
2020

Passados quase cinco meses da primeira avaliação, a notícia do [quarto boletim do ITC-19 2.0 – Estados](#) é alentadora: todos os estados e o governo federal atingiram o patamar mínimo do nível “bom” (acima de 60 pontos). Três a cada quatro estão na faixa mais elevada da avaliação (“alto”). Também pela primeira vez, a presença de painéis de visualização dos dados foi identificada em todos os entes. A disponibilidade de dados sobre SRAG foi o item que mais avançou na quinzena: com um incremento de 21%, agora o atendimento ao item está em 73%. A abertura de microdados melhorou 8%, mas ainda representa o maior desafio dos estados: metade apresenta bases incompletas, e 25% seguem sem publicar nenhuma.

23
AGO
2020

[Reportagem do NSC TV](#) menciona críticas à forma de divulgar informações sobre vítimas da Covid-19 pelo Estado de Santa Catarina. OKBR é uma das entidades citadas.

28
AGO
2020

No [quarto boletim do ITC-19 2.0 – Capitais](#), Macapá (AP) se junta a Manaus (AM) e é a segunda capital a atingir 100 pontos. Abertura de dados de Síndrome Respiratória Aguda Grave avança, mas mais da metade das capitais (52%) ainda não publica dados sobre a condição. Mais cidades passam a disponibilizar dados de raça/cor (54%) e etnias indígenas (15%). Escola de Dados dá início ao primeiro [curso para publicadores de dados](#).

**07
SET
2020**

No feriado nacional da Independência, o presidente Jair Bolsonaro ignora novos picos de casos e mortes por Covid-19 e participa de [aglomerações sem máscara](#). Em [pronunciamento na TV](#), ignora a pandemia e exalta missões militares, além do Golpe de 64.

**08
SET
2020**

No [quinto boletim do ITC-19 2.0 – Estados](#), o Rio Grande do Sul gabarita o ranking e chega a 100 pontos. Oito estados ainda não publicam microdados ou não atingem o mínimo de cinco variáveis.

**11
SET
2020**

No [quinto boletim do ITC-19 2.0 – Capitais](#), pela primeira vez não há municípios na categoria “opaco”, mas o desempenho ainda está longe do ideal: 50% das capitais não publicam dados suficientes (nível “alto” ou “bom”), mesmo após seis meses do início da pandemia. Microdados seguem indisponíveis em 77% das capitais e apenas três (12%) publicam de forma detalhada.

**16
SET
2020**

Depois de quatro meses como interino, [Eduardo Pazuello](#) é efetivado como ministro da Saúde.

**17
SET
2020**

ITC-19 é tema de [reportagem da Revista Pesquisa Fapesp](#), ao lado do [Ranking criado pela Transparência Internacional – Brasil](#) para aferir a divulgação das compras públicas. OKBR é selecionada pela [Chamada Fundo Aliança de Apoio a Instituições que Fortalecem a Gestão Pública no Enfrentamento dos Impactos da Covid- 19](#) para receber apoio financeiro na realização de atividades relacionadas à abertura de dados da pandemia, com base no ITC-19.

22
SET
2020

Passados mais de seis meses do início da pandemia no Brasil, o país ainda não conhece a real extensão do impacto da Covid-19 entre indígenas. Em mais uma frente de análise, o [primeiro boletim do ITC-19 2.0 – Amazônia](#) aponta os problemas de gestão da informação e de falta de transparência que dificultam o atendimento a essas populações. A série tem apoio da Hivos, por meio de sua iniciativa Todos os Olhos na Amazônia. O estudo identificou que 62% dos óbitos de pessoas identificadas como indígenas nas bases oficiais estão na Amazônia Legal; 82% dos estados são transparentes com relação ao quesito raça/cor, número que cai para 58% nas capitais; se considerada apenas a região da Amazônia Legal, esses valores caem para 78% nos estados e 44% nas capitais. A omissão nos dados é bem maior no indicador etnias indígenas: apenas 57% dos estados divulgam o dado, enquanto 15% das capitais o fazem. Na Amazônia Legal, a média é de 56% e 22%, respectivamente.

07
OUT
2020

O [sexto boletim do ITC-19 2.0 – Estados](#) revela opacidade sobre a situação da pandemia entre a População Privada de Liberdade (PPL). Especialmente vulnerável, esse universo inclui detentos em unidades provisórias, penitenciárias e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Não há nenhuma informação ativamente disponibilizada e atualizada sobre casos confirmados na PPL em 32% dos entes (nove estados). Em 11 (39%), não há informação sobre quantidade de óbitos nas unidades prisionais e 79% não informam quantidade de testes aplicados nessa população.

22
OUT
2020

À medida que a incerteza sobre novas ondas de contágio cresce no Brasil e no mundo, a estratégia de manter ou ampliar os níveis de testagem é apresentada por especialistas como uma das formas mais eficientes de resposta do poder público. Mas o [sexto boletim do ITC-19 2.0 – Capitais](#) mostra que, em 62% das capitais brasileiras, não há informação pública sobre o estoque de testes. Com a campanha eleitoral em andamento nos municípios, algumas capitais mudam seus painéis ou tiram do ar dados sobre a pandemia, perdendo pontos no ranking da OKBR.

03
NOV
2020

67% das capitais localizadas na Amazônia Legal não publicam microdados ou publicam variáveis insuficientes, índice maior quando comparado ao total das capitais brasileiras (58%), conforme o [segundo boletim do ITC-19 2.0 – Amazônia](#). Mais da metade dos Estados (56%) da Amazônia Legal não publica microdados, enquanto a média nacional é de 37%.

04
NOV
2020

OKBR [é admitida como amicus curiae](#) em uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) que tem como objetivo reverter retrocessos de transparência e falhas de atualização de dados pelo Ministério da Saúde. Esse movimento é inédito para a organização.

05
NOV
2020

Ministério da Saúde sofre [ataque cibernético](#). Na sequência, parte do sistema federal é desativada por questões de segurança, segundo o órgão.

12
NOV
2020

Sete das nove capitais da Amazônia têm pelo menos um indicador de infraestrutura de saúde que nunca foi publicado desde o início da avaliação, segundo o [terceiro boletim do ITC-19 2.0 – Amazônia](#). Dois meses depois dessa publicação, Manaus se tornaria o epicentro da pandemia no país, com falta de leitos, escassez de oxigênio nas UTIs e a descoberta de uma nova cepa do coronavírus.

13
NOV
2020

[Reportagem do Deutsche Welle](#) aborda novo apagão de dados sobre a pandemia no Brasil após ataque cibernético no Ministério da Saúde. Índice da OKBR é uma das fontes.

18
NOV
2020

Com pesquisas avançando no país, Anvisa anuncia procedimento para acelerar [aprovação de vacinas](#) contra Covid-19.

22
NOV
2020

Imprensa noticia que Ministério da Saúde pode [descartar 6,8 milhões de testes](#) de Covid-19 que estão prestes a perder a validade.

26
NOV
2020

Reportagem de O Estado de S. Paulo revela [exposição de dados pessoais](#) e senhas devido a falhas de segurança dos sistemas de gestão da pandemia no governo federal. OKBR já acompanhava situações como essa desde junho.

30
NOV
2020

Mapa da transparência da Covid-19 apresenta sombras de opacidade no [sétimo boletim do ITC-19 2.0 – Estados](#). Dois eventos são centrais para piora no desempenho. O primeiro deles é o apagão literal que deixou o Estado do Amapá sem energia elétrica por mais de 20 dias. O estado vinha apresentando alto desempenho na transparência desde julho, mas alguns itens sobre a situação epidemiológica, como os microdados, ficaram desatualizados, fazendo o Amapá despencar no ranking. A segunda ocorrência foi o ataque cibernético sofrido pelo Ministério da Saúde, o que atrasou ou impediu que casos e óbitos fossem atualizados de forma parcial ou completa por pelo menos oito dias, gerando mais nebulosidade no monitoramento da pandemia.

08
DEZ
2020

Britânica de 90 anos é a primeira pessoa a ser [vacinada contra Covid-19](#) no mundo. Reino Unido é a primeira nação a iniciar a vacinação em massa com imunizante da Pfizer/Biontech.

10
DEZ
2020

[Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas](#) divulga nota técnica e faz uma campanha nas redes sociais para avançar na transparência da Covid-19, tendo o Índice da OKBR como uma de suas fontes. Anvisa autoriza laboratórios a pedirem [uso emergencial de vacinas](#) contra Covid-19 no país.

11
DEZ
2020

Ataques cibernéticos ocorridos em novembro novamente fazem cidades despencarem no ranking do [sétimo boletim do ITC-19 2.0 – Capitais](#). Na Prefeitura de Vitória (ES), todos os serviços online saíram do ar em 7 de novembro, e 18 dias depois ainda não haviam sido restabelecidos os canais de acesso à informação sobre a situação epidemiológica no município — que sempre apresentou nível alto de transparência, e agora despencou para a última posição. No total, 12 capitais retrocedem na transparência desde a última avaliação.

16
DEZ
2020

De acordo com dados consolidados pela Universidade Johns Hopkins, Brasil desponta como o segundo país com mais mortes por Covid-19 no mundo e o terceiro em número de casos. País supera 7 milhões de casos e passa de 183 mil mortes, com registros que chegam a mil óbitos em apenas 24 horas. Governo federal anuncia [plano de vacinação](#) após questionamento do STF e críticas de especialistas. Ainda não há imunizantes aprovados no país.

18
DEZ
2020

Brasil chega às festas de fim de ano na iminência de alcançar [200 mil mortes](#) por Covid-19. No [boletim especial do ITC-19 2.0](#), que faz o balanço do ranking atualizado periodicamente ao longo de 10 meses, estados, governo federal e capitais apresentam queda na transparência de dados relacionados à demografia e infraestrutura de saúde. A disponibilização de microdados é o critério avaliado pelo ITC-19 menos atendido entre os entes: as médias de atendimento são de 46% em estados e de apenas 19% em capitais. Monitorados desde abril, os estados tiveram uma melhora global mais expressiva nos indicadores avaliados: no início, 90% não atendiam aos patamares mínimos, enquanto na última avaliação todos estavam nos patamares “alto” ou “bom”. Já as capitais tiveram mais dificuldades em avançar. No [primeiro boletim](#), 58% ficaram em categorias insatisfatórias, abaixo de “bom”, e 50% seguem nessa condição no último relatório de 2020.

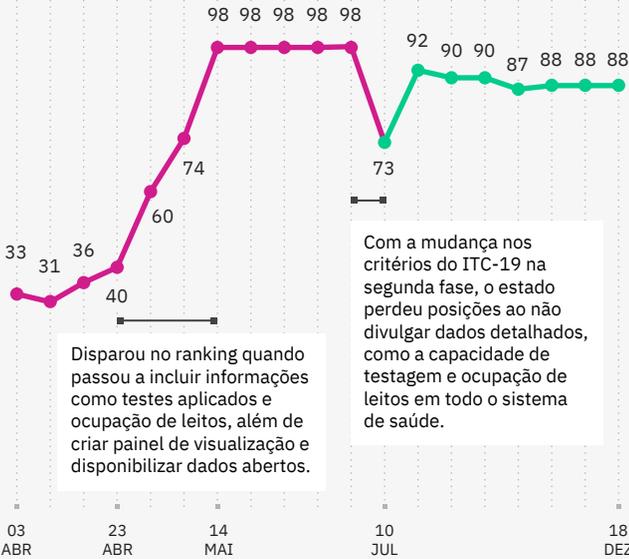


CASOS DE ABERTURA

Conheça alguns dos desafios e boas práticas de órgãos públicos no processo de publicar dados da Covid-19. Todas as entrevistas para esta sistematização foram realizadas em abril de 2021 e tratam de experiências do ano anterior. Para selecionar casos representativos, a equipe da OKBR considerou critérios de diversidade regional, o desempenho geral no ranking e a relevância das adversidades enfrentadas.

ALAGOAS

Estratégia adotada na pandemia já era usada em outras áreas da gestão pública local



RESUMO

Alagoas começou o enfrentamento à pandemia com percalços para reunir dados sobre o cenário. À medida que aprendeu a lidar com a situação, o estado chegou a um ponto de quase excelência nos registros, mesmo com dificuldades para a coleta de informações na ponta, principalmente em municípios menos estruturados. A experiência com a Covid-19 levou, depois, à construção de painéis para outros setores do governo estadual.



ESTADO DA REGIÃO NORDESTE



3,4
MILHÕES DE HABITANTES*

*POPULAÇÃO ESTIMADA (IBGE, 2021)

ENTREVISTADO

Secretário de Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas, Fabrício Marques Santos

ONDE CONSULTAR OS DADOS



INFORMAÇÕES GERAIS:

<http://www.alagoas-contracoronavirus.al.gov.br/>

PAINEL:

<https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/painel-covid-19-em-alagoas>

VISÃO GERAL DO AGREGADOR DE INFORMAÇÕES E IMAGENS DO PAINEL DE DADOS SOBRE A PANDEMIA EM ALAGOAS (ABRIL/2021)



SINTOMAS E
ASSISTÊNCIA

TELEATENDIMENTO
ALÔ SAÚDE

DESPESAS
COVID-19

COVID-19 EM
ALAGOAS

ALAGOAS
SEM FOME

INFORMAÇÕES
SOBRE DOAÇÕES

MEDIDAS DE ESTÍMULO
ECONÔMICO E PROTEÇÃO SOCIAL

CONHEÇA A
LEGISLAÇÃO

CONHEÇA AS
ORIENTAÇÕES

173.121

CASOS
CONFIRMADOS

12.562

CASOS
SUSPEITOS

164.593

PESSOAS
RECUPERADAS

4.200

ÓBITOS

Atualizado em 29 de abril de 2021 às 14:37:49

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO



639.106

POPULAÇÃO VACINADA

Atualizado em 29 de abril de 2021 às 18:43:29

PAINEL INTERATIVO DA COVID-19 EM ALAGOAS

Confira aqui mais informações de saúde, estatísticas e geográficas para o acompanhamento dos casos no estado.

ACOMPANHE AQUI OS DADOS SOBRE A COVID-19 EM ALAGOAS
DESPESAS, BOLETINS EPIDEMIOLÓGICOS E MEDIDAS GOVERNAMENTAIS

PAINEL COVID-19 EM ALAGOAS

Quadro - Resumo casos de Covid-19



Dados sujeitos a revisão.



Atualizado em

29/04/2021 16:07:34



Quadro geral da Covid-19 em Alagoas

LIMPAR

Casos por município de residência

Maceió	68430
Arapiraca	21536
Marechal Deodoro	5067
Santana Do Ipanema	3968
Palmeira Dos Índios	3508
Coruripe	3180
São Miguel Dos Cam...	3133
Penedo	2939
Delmiro Gouveia	2737
Rio Largo	2613
Pilar	2599
Campo Alegre	2458
Girau Do Ponciano	1641
Tootônio Vilela	1626
União Dos Palmares	1620
Boca Da Mata	1578
Otho D'Água Das Fl...	1323
São Sebastião	1296
Matriz De Camaragibe	1271
Vicosa	1271
Maragogi	1245
São José Da Tapera	1166
Anadia	1076
São Luís Do Quitunde	1047
Pão De Açúcar	1042

Município

Todos

Escolha um período

09/03/2020

28/04/2021

Confirmados

173.121

Óbitos

4.200



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas. Elaborado por: SEPLAG/AL.

Pirâmide etária



Dados sujeitos a revisão.



Casos e óbitos por bairro

LIMPAR

Casos confirmados

Maceió Arapiraca Palmeira dos Índios

Óbitos

Maceió Arapiraca Palmeira dos Índios

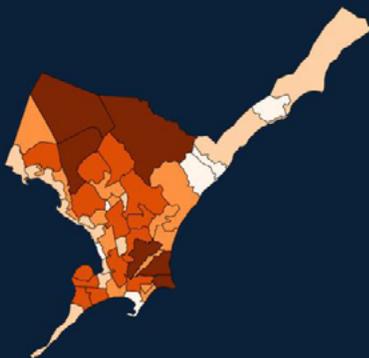
Casos confirmados

68.430

Casos confirmados por bairro em Maceió

Casos confirmados

- 1ª - De 1 a 199 Casos
- 2ª - De 200 a 499 Casos
- 3ª - De 500 a 1199 Casos
- 4ª - De 1200 a 2000 Casos
- 5ª - 2800 ou Mais Casos



Casos confirmados por bairro em Maceió

Cidade Universit...	5.297
Benedito Bentes	5.168
Tabuleiro do Mar...	4.139
Jacintinho	4.130
Ponta Verde	4.012
Jatiúca	3.981
Não informado	2.889
Serraria	2.590
Clima Bom	2.446
Poço	2.011
Feliosa	1.853
Ponta Grossa	1.849
Faiol	1.828
Santa Lúcia	1.800
Antares	1.683
Barro Duro	1.499
Prado	1.467
Trapiche da Barra	1.415
Vergel do Lago	1.408
Gruta de Lourdes	1.378
Petrópolis	1.287
Cruz das Almas	1.072

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas. Elaborado por: SEPLAG/AL.

Dados sujeitos a revisão.

APRESENTAÇÃO

No início do enfrentamento à Covid-19, Alagoas oferecia poucas informações sobre o panorama no estado. As primeiras divulgações do ITC-19, em abril de 2020, resultaram em notas baixas no Índice, na faixa dos 40 entre 100 pontos possíveis. Mas um esforço concentrado de coleta e de apresentação de dados possibilitou que, em cerca de um mês, Alagoas alcançasse o primeiro lugar e se mantivesse nas primeiras posições. Contudo, a partir da mudança nos critérios para o ITC-19 2.0, que exigia maior nível de detalhamento, o estado perdeu a liderança e não mais voltou ao topo. A ausência de algumas informações sobre os casos nos microdados e a falta de divulgação de aspectos da estrutura hospitalar pesaram contra, mas o cumprimento de outros parâmetros permitiu que a posição no Índice se mantivesse boa, com nota acima de 80 pontos.

Secretário de Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas, Fabrício Marques Santos reconhece que houve um relaxamento no esforço de coleta de dados, mas justifica que a situação se deve à necessidade de dar atenção a uma série de demandas que surgiram com o agravamento da crise. O saldo ainda é avaliado como muito positivo pela gestão. Diante das comparações com outros estados e das pressões a partir da divulgação de rankings, Alagoas conseguiu articular diversos setores do governo para melhorar registros e deu um passo à frente para implementar soluções de transparência, governança e otimização envolvendo setores de saúde e educação.

SOLUÇÕES

Anotações em papel. Assim começou o recolhimento de informações sobre a Covid-19 em Alagoas. O secretário explica que a administração estadual não estava preparada para lidar com a demanda. Ele destaca ainda que não havia confiança na integridade dos dados. Assim, por mais rudimentar que pareça, a saída foi organizar os registros escritos à mão enquanto, paralelamente, eram desenvolvidas soluções para, então, passar a divulgar o panorama internamente, para a tomada de decisão, e também ao público em geral. “Em um primeiro momento, nossa linha de trabalho foi de tentar constituir sistemas mínimos e seguros para dar publicidade”, comenta.

Santos admite que levou um tempo para que o básico fosse feito, gerando desconforto. “Então, a gente percebeu o ótimo como inimigo do bom. Não dava para

querer fazer tudo de uma vez”. A forma encontrada foi estabelecer uma metodologia de trocas de informações, padronizadas e tempestivas, entre a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Planejamento. “No início, as equipes criaram rotinas de envio para que a gente, manualmente, colocasse os dados na base”. A checagem acontecia em duas etapas de confirmação. Mas a solução ainda estava longe de ser considerada adequada. “A gente não se sentiu confortável porque os dados ainda estavam entrando por planilha na nossa base e não por um sistema”, diz.

Simultaneamente, Alagoas passou a usar a solução oferecida pelo Ministério da Saúde em conjunto com uma própria, desenvolvida internamente. “Medidas simples, como estabelecer procedimentos e orientações, podem resolver muitos problemas, dispensando grandes investimentos em novos sistemas”, avalia o secretário. Ele aponta que foi necessário aprimorar alguns campos. Por exemplo, a falta de registro de endereços no sistema do governo federal. Sem essa melhoria, a geolocalização não poderia ser usada. Mas, somente depois de implementar processos de automatização da coleta e do tratamento de dados, o estado deu um salto no seu desempenho. Foram quase dois meses de pandemia até que se apresentasse um formato mais adequado. Em meados de maio, Alagoas já se destacava na qualidade das informações apresentadas no painel Covid-19.

DIFICULDADES

Além da falta de um sistema pronto para atender às demandas relacionadas aos dados da Covid-19, Alagoas precisou lidar com a precariedade de gestão da informação ainda presente em muitos municípios, sobretudo de pequeno porte. “Infelizmente, nem todas as unidades de saúde têm entradas automatizadas de dados, e nisso não somos uma exceção no Brasil”, salienta o secretário.

Em um primeiro momento, a coleta de dados em todos os 102 municípios alagoanos foi feita pelo governo estadual. Mas o método era insustentável. Foi preciso sensibilizar sobre a necessidade de haver informações confiáveis e atualizadas para a tomada de decisão, estabelecendo a rotina de preenchimento ágil dos dados, mesmo com as equipes sobrecarregadas de trabalho. Foi escolhida uma pessoa em cada unidade para ficar responsável pela coleta. Devolutivas eram realizadas, em caso de equívocos, para corrigir os problemas de percurso.

Mesmo na área de saúde, em que, segundo Santos, já há muitos registros, não existe a cultura instituída para a sistematização dos dados. “Ainda operamos muito no escuro”, comenta. Em algumas cidades, a barreira das dificuldades técnicas parecia intransponível. Foi aí que o governo estadual, com o apoio da Associação de Municípios, criou suporte financeiro para colaborar na aquisição de equipamentos, visando a suprir alguns obstáculos, como a atualização dos dados de vacinação.

GOVERNANÇA

Como a área de saúde precisou se ocupar prioritariamente da atividade-fim — cuidar das pessoas e ofertar atendimento —, a organização e divulgação dos dados da Covid-19 ficou com a Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio. O trabalho conjunto, na maioria das vezes realizado em parceria com outros setores governamentais, exigiu articulação. “Foi essencial mobilizar energia, pois precisávamos de apoio de diversas áreas”, conta Santos.

O secretário afirma que recebeu a incumbência de colocar Alagoas entre os melhores estados do país em transparência. “Isso virou uma prioridade e passou a mobilizar a governança interna, vinculada diretamente ao governador. Eu reporto os resultados e ele mobiliza os outros secretários”. Foi preciso também vencer resistências. “Nesse momento, o gestor deve puxar a responsabilidade, motivando para o engajamento natural das pessoas envolvidas, normalmente com base em reconhecimento”, acredita.

Para que o trabalho fluísse, houve a interlocução entre secretarias e suas equipes, apoiada em acordos, o que levou ao fortalecimento das relações. Santos comenta ainda que o governo tem dialogado com os municípios por meio de várias reuniões virtuais. O resultado apareceu em forma de apoio e de melhora nos indicadores. “A lição que fica é que o país tenha essa discussão nacional sobre a articulação de políticas em um modelo de governança muito mais adequado do que o que temos hoje. Atualmente, os esforços ainda estão muito focados em gabinete de crise”, analisa.

REPERCUSSÃO

A divulgação mostrando que Alagoas não estava bem posicionado no ranking de transparência da Covid-19, no início do levantamento realizado pela Open Knowledge Brasil, em abril de 2020, serviu de estímulo para que as equipes gestoras se empenhassem em retirar o estado da colocação desconfortável, conta o secretário. Ele afirma que recebeu incentivo do governador para cobrar resultados e implementar medidas que levassem a gestão a ter dados confiáveis para as decisões a serem tomadas. “Tive o patrocínio político em todos os projetos em que a gente conseguia, de fato, ter uma comparação com outros estados do Brasil”, relata.

Para Fabrício Marques Santos, tem sido uma competição bem interessante. “Uma das grandes vantagens da transparência que a gente tem conquistado nesses últimos anos foi construir indicadores comparativos entre os entes da federação. Isso tem mobilizado gestores para terem boas avaliações”, considera. Ele pondera que um dos mais potentes retornos da transparência foi a perspectiva de verificar o que é feito em outros lugares, em busca de boas práticas e da troca de experiências.

O secretário também destaca que os avanços em transparência podem ser usados para estreitar a relação com órgãos de controle e com a sociedade. “Há um grande retorno político para o governante porque ele consegue se comunicar por meio desses rankings. É um meio de dialogar com a população, mostrando que está no caminho certo quando comparado com outros estados”. Santos relata que, quando algum lugar divulgava informações sobre diferenciais que estavam sendo adotados no anúncio de dados da Covid-19, era questionado sobre a possibilidade de aplicar o mesmo modelo e também recebia respaldo para agir.

Os registros disponibilizados no painel alagoano ainda serviram, na visão do secretário, para demonstrar quais eram os parâmetros para as decisões governamentais. “Por exemplo, foi criada uma metodologia que chamamos de matriz de distanciamento social controlado. Quando adotamos alguma medida mais restritiva, a população já sabe de onde partiram os números e os indicadores, que são públicos e transparentes”, aponta. Para ele, o acesso claro às bases também diminuiu a resistência a ações desagradáveis, mas necessárias, como a restrição de atividades.

“

Achei a metodologia adequada, apontando o que é realmente importante. Quando bem feito, um ranking é um instrumento fundamental para a melhoria da gestão pública”

Fabrcio Marques Santos

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO DE ALAGOAS

Por todos esses fatores, ele considera vantajosa a divulgação do levantamento sobre transparência elaborado pela OKBR. “Achei a metodologia adequada, apontando o que é realmente importante. Quando bem feito, um ranking é um instrumento fundamental para a melhoria da gestão pública”, avalia. Santos acredita que a cobrança pela divulgação dos dados ainda levou ao aperfeiçoamento dos serviços públicos, com mais apoio às equipes técnicas e, de quebra, colaborou para uma imagem mais positiva de Alagoas no cenário nacional.

LEGADO

As conquistas com o aprendizado a partir da gestão de coleta e de divulgação de dados da pandemia já extrapolaram para outros temas em Alagoas. O secretário afirma que a experiência com o painel da Covid-19 está sendo reproduzida em áreas como planejamento urbano e educação. Em janeiro de 2021, um portal agregando bases do governo estadual foi lançado. É uma plataforma com acesso facilitado e apresentação mais amigável, a partir de recursos de visualizações interativas. “A gente conseguiu disponibilizar no mesmo formato do painel Covid-19”, exemplifica.

Santos destaca, entre os conteúdos da iniciativa [Alagoas em Dados](#), o projeto Grotas de Maceió. “São aglomerados subnormais, equivalentes a favelas, apresentados com detalhes, como a distribuição dos equipamentos públicos de forma

geolocalizada”. O trabalho foi desenvolvido em parceria com a ONU-Habitat. Outro exemplo é um mapa de empregos mostrando a situação por cidade e setor, traçando comparativos. “A gente fez isso com equipe própria, sem contratação de nenhum consultor, utilizando a aprendizagem do painel Covid-19”, comenta.

Além das informações que passaram a ser acessíveis de forma organizada para a população, o governo também passou a usar mais os dados como ferramentas de gestão. “Fizemos um sistema muito simples para evitar gastos desnecessários com o transporte escolar. Vinculamos a matrícula à localização do aluno, a partir do cruzamento com o endereço da conta de energia elétrica”. Outros projetos também estão em desenvolvimento. “Construímos alguns painéis internos para tomadas de decisão. Indicadores de educação, saúde e assistência social foram associados para uma avaliação das políticas públicas voltadas para a primeira infância nos municípios”, complementa.

O secretário avalia que, além da percepção mais clara sobre a cultura de registros em saúde, ficou evidente como a gestão pública pode ser mais eficiente. “O grande legado é que, com transparência e usando bem a comunicação, a gente consegue mobilizar de forma efetiva os principais atores da transformação das políticas públicas dos estados”. Embora reconheça que os avanços ainda não chegaram ao patamar desejado, ele acredita que o hábito de buscar boas práticas foi incorporado. Santos também defende sistemas de código aberto e iniciativas compartilhadas entre os governos, em arranjos como consórcios, para buscar soluções coletivas.

“

O legado que fica é usar a transparência associada à comunicação para mobilizar os gestores públicos em torno das agendas estratégicas do Estado”

Fabício Marques Santos

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO
E PATRIMÔNIO DE ALAGOAS

Usos e aplicações pela sociedade

As informações divulgadas no painel Covid-19 em Alagoas abasteceram principalmente jornalistas, cientistas, órgãos de controle e entidades de monitoramento da gestão pública. Entre as pessoas que usaram os registros disponibilizados está Lucas Maia, diretor de tecnologia da Agência Tatu, uma startup alagoana de jornalismo de dados. Um sistema automatizado capta informações e alimenta um monitor desenvolvido pela agência.

Apesar de visualmente impactante, o painel é pouco funcional, na opinião do jornalista. “Não acho que seja simples para as pessoas, de maneira geral. E não dá para baixar os dados por ali, embora existam os microdados”, diz. Para usar de maneira eficaz as informações, ele precisa tabular e lançar mão de recursos de programação, habilidades que nem todas as pessoas que entram na página têm. Para Maia, a página poderia passar por ajustes simples, como a inclusão de filtros, que permitiriam a análise sem que fosse necessário baixar arquivos gigantes, difíceis de manusear.

O jornalista destaca que a gestão estadual divulga dados em formato aberto desde o início da pandemia e, em um primeiro momento, a evolução foi rápida, mas depois estacionou, sem melhorias aparentes. “O governo busca passar a imagem de transparente. Eu percebo boa vontade, mas também dificuldade para liberar dados de forma ativa”. Embora tenha queixas, Maia viveu uma experiência que permitiu comparar situações Brasil afora. “Pedi dados para todos os estados. De Alagoas, recebi a resposta no mesmo dia. Outros me responderam depois de três meses, pedindo desculpas”, comenta.

Gabriel Bádue também é usuário frequente dos dados divulgados pelo governo alagoano. Com formação em Matemática, o professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) tem, entre as áreas de atuação, a bioestatística. Ele faz parte do Observatório da Covid-19 da universidade, formado por 17 pessoas, entre docentes e estudantes. Além de pesquisas mais aprofundadas, o grupo publica relatórios semanais, apontando o cenário atual e projeções com base em indicadores sugeridos pelo Comitê de Epidemiologia do Consórcio Nordeste.

O estatístico não usa o painel interativo, pois prefere dados brutos, oferecidos pelo governo estadual em formato aberto. Ele considera boa a qualidade da informação, mas critica a falta de séries históricas, tanto sobre ocupação de leitos hospitalares como de vacinação. Assim, segundo ele, os registros não guardam os acumulados, apresentando apenas a informação mais atualizada. Sobre a realização de testes para confirmar a presença do SARS-CoV-2, o professor afirma que não há detalhamento nem atualização constante.

Apesar das reclamações pontuais, Bádue afirma que percebe o esforço para a disponibilização do conteúdo, principalmente quando compara com governos municipais que não apostam em dados abertos. Para o pesquisador, Alagoas tem um discurso de transparência ligado a algumas medidas efetivas.

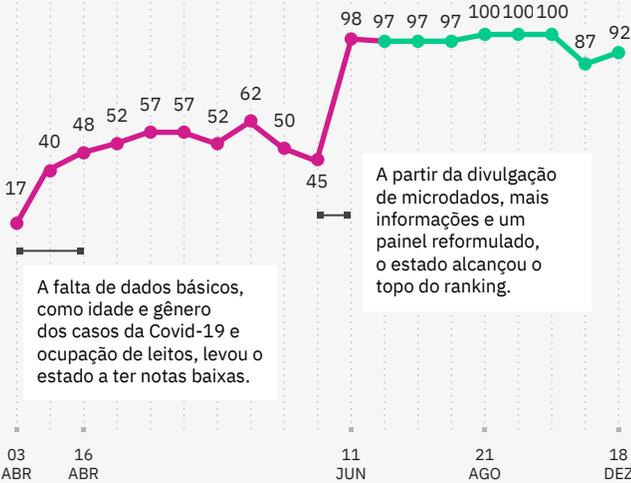
Ambos os entrevistados comentaram que não foram consultados pelo governo estadual para validar o modelo adotado ou para contribuir com críticas e sugestões. Maia lamenta que não exista um canal acessível para reportar problemas ou pedir mais detalhes. Ele alega ter percebido a atuação de ativistas pela transparência e de pessoas da área técnica do próprio governo buscando ampliar os dados disponíveis. Contudo, acredita que a pressão atual por dados está muito ligada ao momento pandêmico. “Para perdurar, precisa de mais energia do estado, no sentido de manter isso funcionando bem”, pondera.



Leia também a [entrevista](#) com o secretário de Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas, Fabrício Marques Santos, realizada em maio de 2020.

AMAZONAS

Um dos epicentros da pandemia no Brasil “patinou” no início, mas conseguiu detalhar dados de casos



RESUMO

As características geográficas e sociais ampliaram o desafio do Amazonas na coleta e na organização de dados de Covid-19. Além de vencer distâncias e a falta de estrutura, o estado enfrentou o desafio de concentrar grande quantidade de casos, sobrecarregando as equipes de saúde. Para prestar atendimento sem deixar de preencher os registros — essenciais para vislumbrar a evolução da pandemia —, foi necessária a articulação entre diversos setores governamentais, inclusive com um "empurrão" da justiça. O resultado do esforço apareceu em formato de nota máxima, preenchendo todos os quesitos do ITC-19.



ESTADO DA REGIÃO NORTE



4,3
MILHÕES DE
HABITANTES*

*POPULAÇÃO ESTIMADA (IBGE, 2021)

ENTREVISTADO

Subcontrolador-Geral de Transparência e Ouvidoria do Amazonas, Rogério de Sá Nogueira

ONDE CONSULTAR OS DADOS



INFORMAÇÕES GERAIS:

<http://coronavirus.amazonas.am.gov.br/>

PAINEL:

<http://www.saude.am.gov.br/painel/corona/>

VISÃO GERAL DO AGREGADOR DE INFORMAÇÕES E IMAGENS DO PAINEL DE DADOS SOBRE A PANDEMIA NO AMAZONAS (ABRIL DE 2021):



INÍCIO VACINAÇÃO FALSA NEWS BOLETIM DIAÇÕES TRANSMISSÃO SINTOMAS ATENDIMENTO PREVENÇÃO FAÇA SUA PARTE INFORMAR SE...

Coronavírus - COVID-19

O Governo do Amazonas criou um Plano de Contingência para Infecção Humana pelo COVID-19. As ações, em sintonia com as autoridades de saúde nacionais e internacionais, são planejadas no âmbito do Comitê Interinstitucional de Gestão de Emergência em Saúde Pública para Resposta Rápida aos Vírus Respiratórios, com ênfase no COVID-19 e outros vírus domésticos que causam Síndromes Respiratórias Graves.

Comitê de Crise

Confira os principais dados de transparência, atualizados diariamente pelo Comitê de Crise Estadual

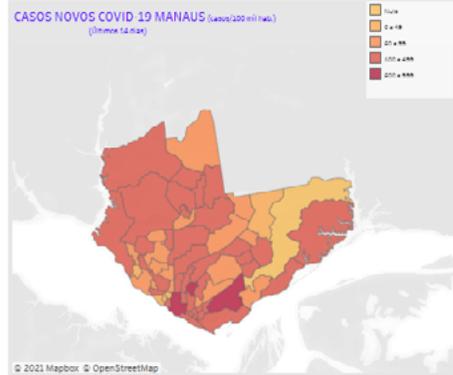
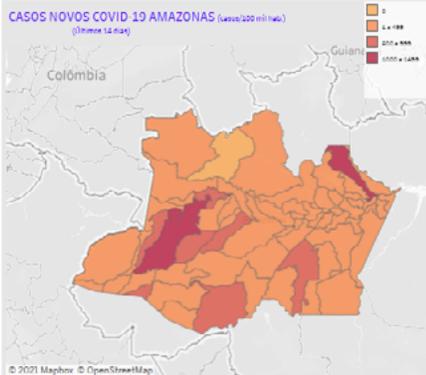


Painel COVID-19 Amazonas

atualizado em 25 de abril de 2021



CONFIRMADOS (últimas 24h)	RECUPERADOS (últimas 24h)	ISOLAMENTO DOMICILIAR	ÓBITOS (últimas 24h)	MORTALIDADE	TAXA DE OCUPAÇÃO	UTI COVID	UTI GERAL
371	324	39.689	11	302,0 óbitos/100 mil	65,1 %		78,7 %
CONFIRMADOS (acumulado)	RECUPERADOS (acumulado)	INTERNADOS com COVID	ÓBITOS (acumulado)	LETALIDADE	LEITO CLÍNICO COVID	LEITO CLÍNICO GERAL	
367.713	315.006	501	12.517	3,4 %	37,3 %	78,0 %	



CASOS CONFIRMADOS DE COVID-19 POR DATA DO DIAGNÓSTICO

Para download de série histórica:

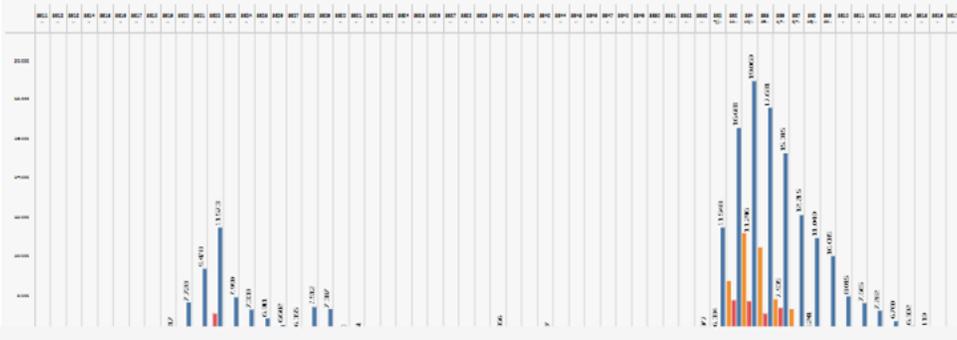
clique na área do gráfico, em seguida, clique no botão de download localizado na parte inferior do painel e selecione "Dados".

Semana



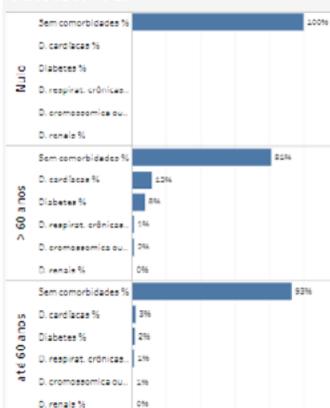
HOSPITALIZADO

INTERIOR

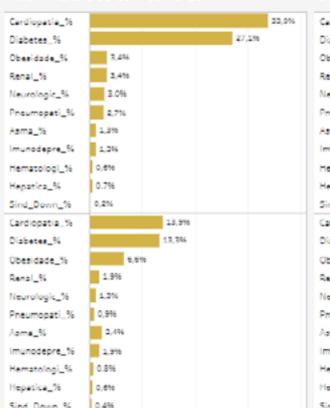


FATORES DE RISCO/COMORBIDADES

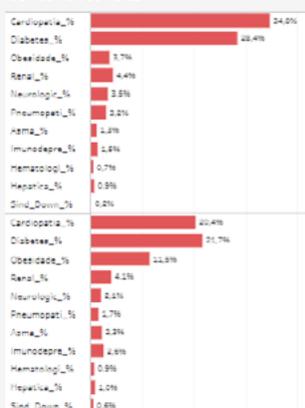
CASOS DE COVID-19



HOSPITALIZADOS COM COVID-19

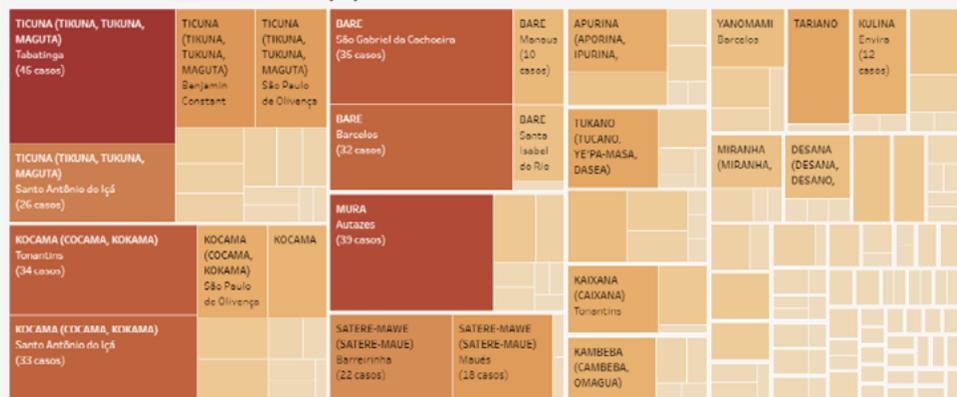


ÓBITOS POR COVID-19



ETNIAS INDÍGENAS

Casos de COVID-19



APRESENTAÇÃO

Um dos primeiros estados brasileiros a ter de lidar com grande número de casos do novo coronavírus, o Amazonas não priorizou, inicialmente, a divulgação de dados detalhados sobre a incidência da doença. No começo da pandemia, havia uma série de lacunas, como falta de estratificação por gênero e idade de pessoas contaminadas. Registros detalhados para pesquisas mais aprofundadas e o panorama da ocupação de leitos demoraram para ser publicados. Apenas em junho de 2020 é que o estado conseguiu dar um salto e, logo depois, chegou a marcar 100 pontos já na fase mais exigente do ITC-19. A dificuldade para manter atualizados os dados, em meio a percalços enfrentados pelo próprio Ministério da Saúde, levou a uma queda no ranking, mas ainda permaneceu com uma nota considerada ótima.

A tarefa de coordenar a organização dos fluxos de informação foi designada para o Subcontrolador-geral de Transparência e Ouvidoria, Rogério de Sá Nogueira. Com mais de uma década de experiência em políticas de gestão de dados, ele passou a desenvolver ações transversais no governo e atuar como mediador. “Não é a Subcontroladoria que produz a maioria das informações, mas monitora a disponibilização e procura orientar os órgãos competentes a ofertá-las da forma devida”, conta.

Cidades muito distantes, com dificuldade de acesso e estrutura precária, tanto nos quadros de profissionais de saúde como na disponibilidade de equipamentos, representaram obstáculos adicionais para o Amazonas. Outro desafio para a gestão é o atendimento a populações indígenas.

SOLUÇÕES

Para coletar e organizar dados, o Amazonas decidiu apostar em soluções “da casa”. As plataformas foram desenvolvidas pela própria equipe, que usou ferramentas gratuitas e também do e-SUS. Os relatórios e as visualizações foram elaborados com Power BI e houve suporte da empresa de processamentos de dados. “Nós precisávamos mostrar que a transparência era essencial para a gestão da saúde. Por isso, fizemos reuniões presenciais e por videoconferência. Com o tempo, o diálogo passou a funcionar por meio de grupos de WhatsApp”, conta o subcontrolador.

O governo estadual centralizou as informações de 62 municípios. “Muitos tinham dificuldade na produção de dados, mas a gente procurou criar as ferramentas para que essas informações pudessem ser disponibilizadas”. O fluxo — da coleta à padronização — envolve acompanhamento e orientações frequentes. “Quando precisamos de uma melhoria, falamos diretamente com as pessoas responsáveis pela tecnologia da informação da Secretaria de Saúde e da Fundação de Vigilância em Saúde. Todo esse diálogo gerou um estreitamento da relação com esses atores a partir do aval da alta gestão desses órgãos”, comenta Nogueira.

DIFICULDADES

A ausência de dados precisos e atualizados, principalmente no começo da pandemia, levou o Amazonas a ser cobrado judicialmente pelo Ministério Público pela falta de transparência. Entre as justificativas para a falha esteve a precariedade de boa parte das cidades — afastadas dos grandes centros e sem estrutura, como equipamentos, acesso à internet e profissionais de saúde. “Mas o importante foi que a alta gestão do governo entendeu a importância desse trabalho e passou a dar respostas mais rápidas e efetivas”, declara o subcontrolador. “Não houve o treinamento na ponta, mas dialogamos sobre a importância de ter essas informações atualizadas, detalhadas e corretas”, diz.

O Amazonas também precisou lidar com outra particularidade de seu território: a maior concentração de povos indígenas do país. Em dados já defasados do último censo demográfico (2010), são mais de 180 mil pessoas de 65 etnias, compondo uma população mais vulnerável aos efeitos de um vírus novo. Elas representam quase 5% do total de amazonenses e a maior parte vive em área rural. O estado precisou considerar tais aspectos nas políticas públicas de enfrentamento.

“Apesar de o campo sobre a etnia indígena não ser obrigatório no sistema e-SUS, em virtude da grande quantidade, resolvemos tratar esses dados como obrigatórios para que pudéssemos ter um melhor acompanhamento da pandemia e traçar estratégias melhores de prevenção e combate”, explica o subcontrolador. Ele garante que o governo entendeu que, “com populações indígenas bastante expressivas, deveria se concentrar na assistência, no atendimento e no monitoramento do novo coronavírus”.

Mas as adversidades não pararam por aí. O ano de 2021 começou tumultuado devido ao aumento exponencial nos casos da Covid-19 e à sobrecarga do sistema de saúde, que ganhou repercussão internacional. Por isso, manter a qualidade do trabalho de divulgação de dados foi mais desafiador. “A partir de janeiro, o trabalho da administração pública ficou focado em contornar a crise”, admite Nogueira. Algumas das fragilidades do sistema ficaram expostas e outras que não estavam no radar acabaram surgindo, revelando os empecilhos locais para lidar com a pandemia.

GOVERNANÇA

A divulgação do ITC-19 foi uma forma de pressão positiva, na visão do subcontrolador, motivando a busca pelo pódio. “Quando os responsáveis entenderam que poderiam contribuir com nosso trabalho, houve todo um esforço conjunto, uma cooperação técnica entre diversos órgãos do governo. E aí se tornou uma espécie de corrida pelo primeiro lugar. O próprio secretário de estado de Saúde, quando passou a participar dos diálogos, pregava que a gente tinha que chegar no primeiro lugar, que era possível. Então, a partir daí, ficou até mais fácil e interessante de trabalhar, porque a gente passou a ter uma interlocução com os órgãos responsáveis pela produção dessas informações”, pontua.

Mesmo com a dificuldade de manter os trabalhos diante dos contratemplos que a pandemia causou, o Amazonas buscou a estabilidade. “A gente orientou para que os mecanismos que foram criados prosseguissem, que esse trabalho de transparência não parasse, já que é contínuo e queremos que não se perca”. Mas houve dificuldades no caminho, devido ao agravamento da crise sanitária. “Com o tempo, surgiram novas demandas que nos forçaram a mudar um pouco a direção de trabalho, como a questão de insumos, de oxigênio e de oferta de leitos”, explica o subcontrolador.

O crescimento da taxa de contaminação no final de 2020 foi notado nos levantamentos e exigiu novos esforços de articulação. “O monitoramento desses dados é feito diariamente pela Secretaria de Saúde, pela Fundação de Vigilância em Saúde e pelo alto comando do governo, por meio de um comitê de crise”. Sobre a participação ativa do Ministério Público, o subcontrolador vê como positiva a interação entre órgãos de controle. “Que bom que temos diversos atores sociais, cada um de sua forma, dentro da sua competência, atuando para resolver o que é necessário. No fim das contas, todos buscamos proteger e salvar mais vidas”, analisa.

REPERCUSSÃO

O impacto dos comparativos sobre a transparência na pandemia demorou a mobilizar o governo do estado. “No início, a repercussão não foi tão grande porque o governo estava muito focado em resolver as demandas de atendimento da Covid-19. As questões relacionadas à gestão pública passaram a ser cobradas pela sociedade. A partir daí, avaliações de transparência, que mostram o nível de compromisso com a disponibilização de informações, passaram a ter uma importância muito grande, até a nortear para uma atuação melhor”, pontua o subcontrolador. Ele vê o ranking como uma estratégia de ganha-ganha. “A gente não encara como um trabalho de exposição de governos ou de gestão, e sim como trabalho de cooperação”.

Mas, quando o topo do ranking veio, a sensação de orgulho foi coletiva. “Para um governo que estava e ainda está bastante demandado pela sociedade, isso é um alento. Gera a oportunidade de o governo também mostrar que está trabalhando para resolver as questões”. O subcontrolador conta que a nota máxima em transparência não paralisou a fiscalização dos órgãos de controle, mas levou a uma mudança de foco, voltado ao serviço prestado à população. “O importante é ter diálogo. Obviamente que, no início da pandemia, no calor das emoções, essa relação ficou um pouco arranhada, por causa da pressão social”, admite.

Nogueira comenta que o ITC-19 reverberou em instituições nacionais de que participa, como o Conselho Nacional de Controle Interno. Na visão dele, o papel de organizações como a OKBR é essencial para fomentar soluções de transparência. Ele ainda destaca que houve abertura para compreender o processo de avaliação. “Foi importante nas tratativas o diálogo que a Open Knowledge Brasil possibilitou, permitindo uma participação

“
Avaliações de
transparência, que
mostram o nível de
compromisso com
a disponibilização
de informações,
passaram a ter
uma importância
muito grande, até
a nortear para uma
atuação melhor”

Rogério de Sá Nogueira

SUBCONTROLADOR-GERAL DE TRANSPARÊNCIA E
OUVIDORIA DO AMAZONAS

“

A gente criou uma cultura interna de diálogo maior, mais estreita e mais efetiva com os órgãos responsáveis pela produção dessas informações”

Rogério de Sá Nogueira

SUBCONTROLADOR-GERAL DE TRANSPARÊNCIA E OUVIDORIA DO AMAZONAS

construtiva, no sentido de a gente entender a metodologia”. Outro ponto de destaque foi a divulgação de informações prévias. “Sempre nos foi ofertada a possibilidade de esclarecer alguns pontos”, pontua o subcontrolador-geral de Transparência e Ouvidoria do Amazonas.

LEGADO

“O acesso à informação e a transparência pública se tornaram vitais durante a pandemia. Então, foi uma grande contribuição que a Open Knowledge Brasil deu ao nosso trabalho e também ao governo, por consequência”, afirma o subcontrolador, mencionando o estímulo gerado pelo ITC-19. Outro ponto de destaque é a facilidade para obter informações a partir de dados abertos, o que aponta como uma tendência ainda mais marcante daqui para frente. “Os critérios do ranking nos ajudaram a criar um padrão a partir de uma metodologia. A gente passou a seguir esse caminho de informações esperadas e de detalhamento necessário. Sem isso, não teria um formato para prestar essas informações”, pondera.

O subcontrolador avalia que o cenário mostra evolução. “A gente criou uma cultura interna de diálogo maior, mais estreita e mais efetiva com os órgãos responsáveis pela produção dessas informações e até o próprio entendimento da alta gestão sobre essa metodologia. Então, por consequência, melhorou a nossa governança da transparência pública, facilitou, fortaleceu e otimizou bastante o nosso trabalho”, finaliza.

Usos e aplicações pela sociedade

O hábito desenvolvido ao longo dos meses de pandemia levou o professor Henrique Pereira a reconhecer as mais sutis variações nos dados da Covid-19 apresentados pelo governo amazonense. Semana a semana, desde o início da crise sanitária, ele prepara relatórios, juntamente com dois colegas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), considerando o cenário atual e também as projeções dos efeitos da doença.

As informações são publicadas no [Atlas ODS Amazonas](#), que originalmente era destinado a oferecer indicadores sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Quando as discussões acadêmicas passaram a girar em torno do novo coronavírus, Pereira decidiu aplicar sua experiência para transformar os dados governamentais em informações mais compreensíveis.

Com base nos registros divulgados pelo governo estadual, o pesquisador projetou, em maio, que o Amazonas seria impactado por uma segunda onda de contaminações — o que realmente aconteceu, com pico quase oito meses depois. Também a partir dos microdados, Pereira alertou sobre o rejuvenescimento da pandemia, atingindo vítimas com menos idade. “As informações já estavam lá. Era preciso analisá-las”, resume. Ele conta que chegou a calcular a curva de mortes em decorrência da sobrecarga nos hospitais. Entre as vítimas, estava a mãe de uma aluna. Ela teve uma crise de vesícula e não conseguiu ser operada.

Em função da confiabilidade dos relatórios, o Atlas passou a colaborar com órgãos de controle, como Ministério Público e Defensoria, redigindo notas técnicas sobre os cenários. Para Pereira, o governo estadual perdeu a oportunidade de estabelecer critérios claros a partir dos dados que a própria gestão divulgava. “Não tivemos o sistema de bandeiras para definir a restrição de atividades. Então, ninguém sabe dizer qual parâmetro foi usado para tomar decisões”, lamenta. Ele ressalta os momentos em que a prefeitura e o governo estadual decretavam medidas contraditórias para o mesmo lugar, como abertura e fechamento de escolas.

Para a jornalista Paula Litaiff, diretora da revista *Cenarium*, o governo amazonense enfrentou um contexto de crise ampliada. Ela cita as dificuldades orçamentárias por causa da queda da arrecadação proveniente da Zona Franca de Manaus. “Sabíamos que o Amazonas não teria condições financeiras para bancar

os gastos dessa situação pandêmica. Então, a partir daí, buscamos saber como é que o governo federal iria se portar”, relata. Boa parte dos esforços na cobertura de transparência foram direcionados para o monitoramento de repasses e despesas. “Foi um trabalho de acompanhamento e de fiscalização”, resume a jornalista. Em determinados momentos, ela percebeu que a população passou a cobrar mais informações e mais respostas sobre a oferta de leitos, por exemplo, ou sobre a destinação que estava sendo dada para o dinheiro dos impostos.

Gabriel Veras, da Abaré, uma iniciativa de mídia independente, também estava de olho na aplicação dos recursos públicos. Ele conta que não encontrou no portal da transparência uma contratação que sabia que tinha sido feita. Pediu o documento, que primeiramente foi negado e entregue apenas depois de apresentar recurso. Mas era uma informação que deveria estar pública, sem nem precisar ser solicitada. “No início da pandemia, o portal não trazia os contratos em PDF para serem consultados na íntegra”, afirma. A lupa da sociedade sobre os gastos públicos levou o governador Wilson Lima (PSC-AM) a ser investigado por supostas irregularidades na compra de respiradores.

O jornalista também pontua que a situação dos povos indígenas não foi divulgada com a qualidade esperada. “Ao considerar somente as pessoas que estão em aldeias, o sistema deixa de fora uma enormidade de indígenas que vivem nas áreas urbanas”. Para Gabriel Veras, os dados relacionados a essas populações são confusos e não coincidem entre os diversos órgãos governamentais. Por isso, muitas comunidades se mobilizaram para fazer levantamentos paralelos. “Algo que para a gente, no Amazonas, é muito caro, ficou perdido, sendo renegado em todos os aspectos, tanto nas prefeituras quanto na gestão estadual ou na federal”, avalia.

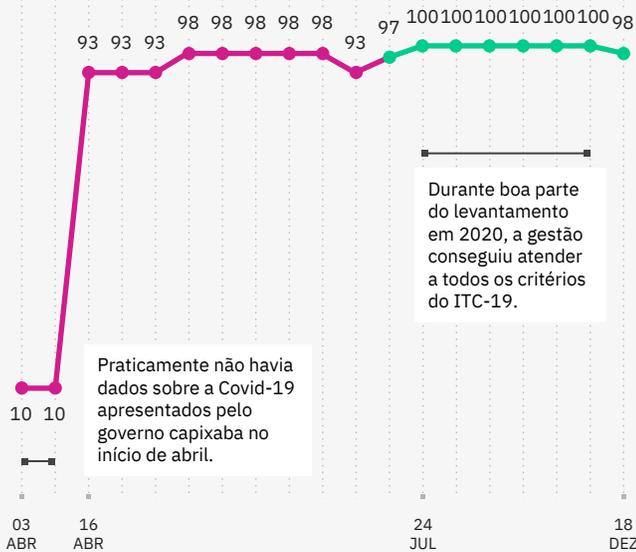
Mesmo com as queixas pontuais, o jornalista reconhece avanços na cultura da transparência. “Houve uma grande cobrança da sociedade. A gente viu um controle social sendo exercido de uma forma bem forte aqui. Vimos denúncias resultando em mecanismos que iam parar no portal da transparência. E os dados estavam sendo colocados de forma mais eficiente”, finaliza.



Leia também a [entrevista](#) com o Subcontrolador-geral de Transparência e Ouvidoria do Amazonas, Rogério de Sá Nogueira, realizada em setembro de 2020.

ESPÍRITO SANTO

Estado tomou a decisão estratégica de adotar todos os critérios do ITC-19 como parâmetros a serem seguidos



RESUMO

Com soluções próprias e elaboradas em pouco tempo, o Espírito Santo desenvolveu um dos mais detalhados painéis da Covid-19 entre os estados. A experiência anterior das pessoas responsáveis por iniciativas de transparência contou pontos para que a política de divulgação dos dados fosse rapidamente incorporada e priorizada. A gestão ainda busca dar mais um salto qualitativo, partindo da transparência para perseguir a aplicabilidade da massa de dados reunida pela administração pública.



ESTADO DA REGIÃO SUDESTE



4,1
MILHÕES DE
HABITANTES*

*POPULAÇÃO ESTIMADA (IBGE, 2021)

ENTREVISTADO

Secretário de Controle e Transparência do Espírito Santo, Edmar Camata

ONDE CONSULTAR OS DADOS



INFORMAÇÕES GERAIS:
<https://coronavirus.es.gov.br/>

PAINEL:
<https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>

VISÃO GERAL DO AGREGADOR DE INFORMAÇÕES E IMAGENS DO PAINEL DE DADOS SOBRE A PANDEMIA NO ESPÍRITO SANTO (ABRIL DE 2021):


[INÍCIO](#)
[O QUE É CORONAVÍRUS](#)
[ES SOLIDÁRIO](#)
[TRANSPARÊNCIA](#)
[NOTÍCIAS](#)
[LEGISLAÇÃO](#)

430.940

Casos Confirmados

403.053

Pacientes Curados

9.320

Óbitos

TRABALHA,
VACINA
E CONFIA.

SITUAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS NO ESPÍRITO SANTO

Doses Recebidas

1.064.020

Doses Distribuídas

1.048.847

Doses Aplicadas (1ª dose)

662.586

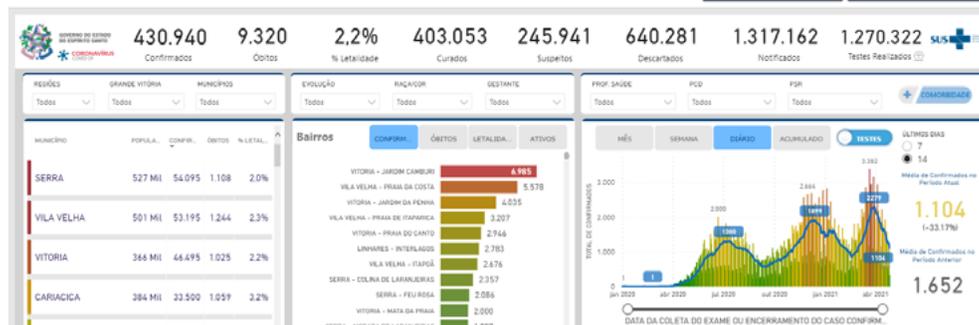
Doses Aplicadas (2ª dose)

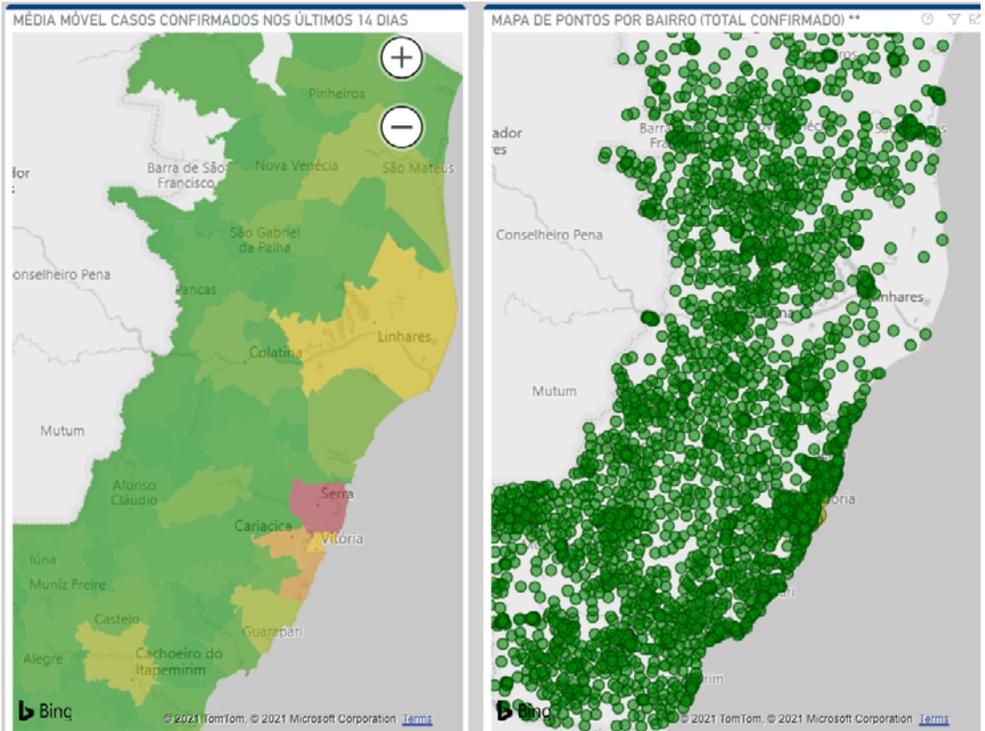
224.675

[Painel COVID-19 do Espírito Santo](#)
[Painel Isolamento Social](#)
[Painel Ocupação de Leitos](#)
[Painel de Vacinação](#)

[INÍCIO](#)
[O QUE É CORONAVÍRUS](#)
[ES SOLIDÁRIO](#)
[TRANSPARÊNCIA](#)
[NOTÍCIAS](#)
[LEGISLAÇÃO](#)

PAINEL COVID-19 - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

[Baixar dados CSV](#)
[Baixar dados Zip](#)






GOVERNO DO ESTADO DE ESPÍRITO SANTO
 SUSCAMPANHA

434.895 Confirmados 9.458 Óbitos 2,2% % Letalidade 407.105 Curados 247.097 Suspeitos 646.440 Descartados 1.328.432 Notificados 1.282.571 Testados

REGIÕES GRANDE VITÓRIA FAIXA POPULAÇÃO MUNICÍPIOS MÉDIA MÓVEL (dias)

Todos Todos Todos Todos 14

MUNICÍPIO DO CIDADÃO	POPULAÇÃO	CONFIRMADOS	ÓBITOS	NOTIFICADOS	CURADOS	TESTE RT-PCR - TESTE ANTICORPO 1.000 hab	MORTALIDADE PESQUISA	LETALIDADE	EQUIPES SAÚDE FAMÍLIA	COBERT. SAÚDE FAMÍLIA	MÉDIA MÓVEL CONFIRMADOS	% VAR. MÊS CONFIRMADOS	MÉDIA MÓVEL ÓBITOS	% VAR. MÊS ÓBITOS
SERRA	527.240	54.683	1.140	180.898	52.051	225,48	21,62	2,1%	23	15,33%	141,14	-37,23 ↓	8,07	-11,02 →
VILA VELHA	501.325	53.649	1.265	158.467	51.078	228,58	25,23	2,4%	38	26,55%	92,21	-42,47 ↓	9,71	-11,11 →
VITÓRIA	365.855	47.074	1.040	157.574	45.648	277,59	28,43	2,2%	76	72,41%	66,14	-53,44 ↓	6,71	-19,66 ↓
CARIACICA	383.917	33.874	1.074	112.900	29.550	209,72	27,97	3,2%	19	17,19%	90,93	-29,90 ↓	6,50	-17,27 ↓
CACHOEIRO DE ITAP...	210.589	22.040	450	58.757	21.133	202,27	21,37	2,0%	52	85,85%	51,07	-15,58 ↓	2,00	-12,50 →
LINHARES	176.688	21.854	306	71.192	21.079	202,36	17,32	1,4%	39	77,53%	62,93	-28,14 ↓	1,36	-24,00 ↓

APRESENTAÇÃO

O Espírito Santo se destacou pela regularidade no ITC-19. Depois de aparecer, bem no início do levantamento, com uma nota muito baixa, o estado saltou para o topo do ranking e lá permaneceu ao longo de 2020. Um dos fatores que pesaram no processo foi ter à frente do processo uma pessoa que já atuou no outro lado, como integrante de organizações que cobram clareza e divulgação ampla. Edmar Camata, atualmente Secretário de Controle e Transparência, foi por 12 anos voluntário na ONG Transparência Capixaba. “Eu passaria muita vergonha se eu não colocasse em prática tudo aquilo que sempre defendi como importante”, brinca.

Apesar dos problemas causados pela pandemia, ele acredita que há alguns pontos a serem celebrados, pois representam avanços na gestão pública. “Eu nunca tinha visto um portal de transparência ser pano de fundo em telejornais. Acabou se transformando em uma ferramenta de consulta em tempo real, levando esses conceitos diretamente para a população”, comemora. Depois de implantar o conceito de ampla divulgação a partir de recursos tecnológicos que otimizam o trabalho, Camata busca dar um passo para levar informações de forma mais funcional e prática, com a inserção na rotina da população capixaba. A meta é viabilizar aplicativos e outros serviços que possam ser usados frequentemente pela sociedade.

SOLUÇÕES

O conjunto de plataformas usadas pelo Governo do Espírito Santo não representou gastos adicionais aos cofres públicos. A equipe técnica usou recursos já disponíveis, inclusive alguns subaproveitados. “Não compramos licenças novas, não contratamos empresas. As ferramentas do painel BI e tudo mais foram desenvolvidas por técnicos, pessoas que estavam em home office”, comenta.

Camata explica os motivos que o fazem defender as soluções internas. “As melhores expertises são dos governos que conseguem desenvolver as suas próprias ferramentas. Quando os governos contratam, a ferramenta até pode ser boa, mas não traz o mesmo resultado. Isso porque os servidores não foram envolvidos no processo e não se apropriaram da construção. Não é possível comprar um planejamento pronto, é preciso participação e envolvimento”, avalia.

O secretário acrescenta que, quando a pandemia chegou, havia um projeto em andamento ligado à segurança pública e que acabou sendo transformado em tecnologia de transparência. “Aí vem a importância do terceiro setor. Tínhamos ótimas ideias, formas de aplicar e vontade de fazer, mas o que nos fez colocar a mão na massa para uma entrega urgente foi a metodologia da Open Knowledge Brasil”, conta.

Outro diferencial do Espírito Santo é o robô Maila — Monitoramento Automático de Informações de Livre Acesso. A solução foi desenvolvida em 2018, mas ganhou outras funcionalidades durante a crise sanitária. Maila busca anomalias e erros nas informações, alterando uma rotina que anteriormente era manual. “Se alguma informação estiver faltando, um e-mail é enviado automaticamente para o responsável”, destaca. Para o secretário, um cenário de boas práticas não leva a respostas prontas, mas a um processo de convencimento e de mudança de cultura, que promove a evolução.

DIFICULDADES

O primeiro empecilho enfrentado pelo governo capixaba para dar visibilidade aos dados foi a falta de confiabilidade dos registros de casos da Covid-19. “Era um link aberto de preenchimento de formulário. Acontecia de ter mais de uma notificação para a mesma pessoa. O laboratório incluía os dados, o hospital também, por exemplo”. O passo inicial foi buscar um sistema de acesso restrito, que não permitisse esse tipo de falha. “Toda vez que você muda um formato para algo mais controlado é também uma alteração de cultura. É um processo trabalhoso”, pondera.

Outra dificuldade foi o embate entre dados públicos e privados. Na área da saúde, a situação é ainda mais sensível, com protocolos médicos e prontuários de pacientes, inclusive com histórico de doenças prévias. Esse costuma ser um conflito em processos de abertura de dados. “Uma dificuldade é a tendência de qualquer profissional, qualquer servidor público, achar que a informação com a qual ele trabalha é restrita”, explica. Foram feitos ajustes para suprir tanto as demandas de privacidade quanto de transparência.

As ferramentas mostraram a necessidade de intervenção. O Espírito Santo chegou a ser o estado do país com movimentação mais intensa, revelando que não havia adesão voluntária ao isolamento, o que motivou medidas mais restritivas de circulação. O governo teve de lidar com uma série de resistências. “As pessoas têm muito medo de transparência. Eu falo que a gente tem a síndrome do prefeito do interior, que acha que tudo que publicar será usado pelo único adversário que tem na cidade”, compara.

GOVERNANÇA

Além de recursos tecnológicos, o Espírito Santo construiu modelos para novas interlocuções. “Os órgãos não estão acostumados a atuar de forma integrada, sem paredes, com os temas sendo tratados de uma vez só. Na saúde, isso acontece ainda menos. A gente teve muitas dificuldades, mas os próprios profissionais nos ajudaram a resolver”, comenta o secretário. Camata admite que conflitos em diversos níveis foram gerados a partir dessa troca forçada entre setores governamentais. “Não tenho dúvida nenhuma de que em vários estados há secretários que não se falam até hoje por causa de divergências na forma de combater a pandemia”.

O secretário destaca ainda que a interação com o público externo também gerou uma série de vantagens. “O governo foi procurado por pesquisadores que faziam análises a partir dos dados, alertando sobre a situação. Se não houvesse transparência e diálogo, a gestão tomaria decisões sozinha”. Em reunião com promotores de Justiça, ele soube que a plataforma de divulgação passou a ser instrumento de uso diário pelos órgãos de controle. Também a interlocução com os municípios foi ampliada. E, como forma de dar suporte, uma ferramenta com mais de 30 funcionalidades foi cedida às prefeituras. O princípio do compartilhamento norteou o caminho, garante o secretário. “A população teve acesso aos mesmos dados, em tempo real, que os gestores analisavam para tomar as decisões”.

Camata defende que, apesar de dar trabalho inicialmente, a política de ampla divulgação poupa tempo e energia. “Uma pergunta que vários gestores fazem é qual o motivo para ser transparente. Explico que, se a gente não tivesse construído, por exemplo, o painel das compras públicas da Covid-19, com todos os contratos e os detalhes, eu teria o esforço para responder cada um dos questionamentos dos cidadãos e do Ministério Público. A transparência passiva acaba sendo o dever de casa de quem não fez a transparência ativa”, avalia.

“
A transparência
passiva acaba
sendo o dever de
casa que quem não
fez a transparência
ativa”

Edmar Camata

SECRETÁRIO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA
DO ESPÍRITO SANTO

REPERCUSSÃO

Quando o assunto é o ITC-19, o governo do Espírito Santo reconhece que escolheu “jogar com o regulamento embaixo do braço”. Na prática, significa que a gestão consultou todos os critérios listados pela Open Knowledge Brasil e decidiu adotá-los como modelo a ser seguido. “Adoro rankings. Estamos liderando em muitos. São feitos para ver quem tem boas práticas”, afirma o secretário.

Mas tudo isso veio depois de um susto inicial. O primeiro levantamento feito pela OKBR mostrava o estado com nota muito baixa (10 de 100 pontos possíveis). A partir de então, tal qual um *checklist*, o governo passou a atender os parâmetros previstos até conseguir a pontuação máxima. “Temos o costume de seguir metodologias que são objetivas e pertinentes”. Para isso, o secretário conta com suporte político. “Hoje os governantes entendem o valor que a transparência tem no momento, por exemplo, de pedir voto. Sabem que muitos falam em transparência, mas não conseguem fazer. Então, um ranking serve de comprovação”. Camata reforça a importância de angariar apoios. “Sem o patrocínio da alta gestão você não chega na esquina”, compara.

Entre os retornos positivos também entra na conta a credibilidade. Ele menciona as doações recebidas durante a pandemia, destacando que, se não houvesse a confiança sobre a destinação adequada, o governo não receberia tantas contribuições. O secretário avalia o modo como o ITC-19 promoveu transformações profundas. “Quando o terceiro setor vem com uma metodologia de boas práticas e um ranqueamento — que é uma ferramenta positiva ou negativa de constrangimento ou de premiação —, acaba sendo uma forma de mudar a cultura, o que é sempre muito difícil. Mas a gente tem se empenhado para seguir o lema da Open Knowledge Brasil, de que dados abertos podem salvar vidas. Eu repito isso muito aqui, porque em alguns países que aplicaram essa regra deu certo”, declara.

“

Hoje o desafio é transformar essa grande massa de dados em utilidade para as pessoas. Transformar a transparência em serviço para a população”

Edmar Camata

SECRETÁRIO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA DO ESPÍRITO SANTO

LEGADO

Os esforços realizados durante a pandemia já começam a gerar resultados em outras áreas. O governo capixaba criou um sistema próprio de notificação de doenças que pode ser usado em crises sanitárias futuras, mas também em casos rotineiros de enfermidades de comunicação obrigatória. Camata também vê avanços no setor de obras públicas. “Atualmente há um descompasso com a transparência que deveria ter. Muitos dos sistemas de gestão são retrabalho. Essa virada digital não vai acontecer do dia para a noite, mas há uma janela de oportunidade, pois as pessoas estão sensibilizadas para o tema”, acredita.

A principal herança que o secretário espera deixar é a percepção da aplicabilidade das informações de que a gestão pública já dispõe. “Hoje o desafio é transformar essa grande massa de dados em utilidade para as pessoas. Transformar a transparência em serviço para a população”. Ele dá o exemplo do sistema de consulta de preços que mostra o panorama do valor de mercado de vários produtos e serviços, construído com base em registros que o governo já tinha, a partir da comunicação fiscal. Agora esses dados estão disponíveis tanto para o público como para o governo, balizando licitações. Aplicativos e outras ferramentas devem ser desenvolvidos seguindo essa lógica de utilidade.

Usos e aplicações pela sociedade

Pesquisador com doutorado em transparência orçamentária, o professor Robson Zuccolotto avalia a política de divulgação de dados pela administração capixaba. Ele representa a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no Conselho de Transparência do Governo do Espírito Santo e, com uma perspectiva interna, pondera que o estado ainda tem pontos para melhorar. “A gente cobra bastante”, assegura.

Como acredita que o governo já deu passos consideráveis, um dos aspectos em que poderia avançar, na opinião do pesquisador, é a busca por uma transparência mais principiológica, que norteasse todas as decisões e que pudesse estabelecer novos paradigmas, até mesmo servir de referência internacional. Para o professor, indicadores são bons, especialmente em situações que exigem respostas em curto prazo, como foi a pandemia, mas ele defende um conceito mais amplo de transparência, não ligado a critérios que mudam de acordo com a organização. Zuccolotto destaca os aspectos motivacionais dos rankings. Quando entrevistou equipes de gestão pública para o doutorado, percebeu que muitas falavam sobre o capital político adquirido a partir de boas colocações em levantamentos. “De alguma forma, gera uma mobilização. É um farol para seguir”, pontua.

O professor avalia como positiva a interlocução que o governo capixaba teve com diversos setores da sociedade, especialmente a comunidade acadêmica. “Os pesquisadores foram chamados para usar os dados, para serem capacitados, para disseminarem o conteúdo”, conta. Neste flanco, ele avalia que a gestão poderia destinar mais esforços, criando competições entre universitários para criar aplicativos a partir dos dados abertos, por exemplo, como forma de melhorar a usabilidade das informações disponíveis no governo.

Rafael Claudio Simões, secretário de Relações Institucionais da ONG Transparência Capixaba, também usa os dados públicos e defende a ampliação da cultura de divulgação. “O nosso objetivo é que a transparência sirva para um processo de amadurecimento dos cidadãos, da sociedade, para que ela possa, com base em dados e fatos que são mais objetivamente mensuráveis,

discutir as políticas públicas, de forma sensível e sensata, usando, inclusive, para questionar as ações governamentais”, define.

O ativista considera adequada a oferta de dados sobre a crise sanitária no Espírito Santo. “O portal é completo e bastante atualizado, todo dia tem informações novas”. A partir dos registros, a ONG posta panoramas no Twitter. “Indicadores são significativos, servem muito bem para apontar caminhos. É positivo ter parâmetros sobre qualquer aspecto relevante da vida política, social, econômica do país”, analisa, completando que enxerga os dados do painel de Covid-19 como um instrumento de luta política, e que serão um patrimônio que vai ficar para a sociedade capixaba.

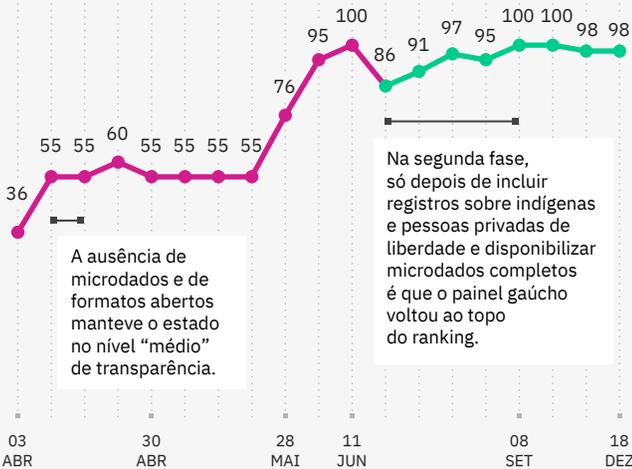
A repórter Aline Nunes, do jornal A Gazeta, está imersa na cobertura da pandemia desde março de 2020 e faz uso recorrente dos dados divulgados pelo governo estadual. Ela considera a interface de fácil navegação para qualquer pessoa e, ao mesmo tempo, permite o detalhamento para quem busca registros mais aprofundados. “É possível fazer filtros por períodos determinados, como diário, semanal e mensal, e também dá para encontrar informações pelo recorte de lugar, como bairro”, comenta. Na opinião da jornalista, o governo capixaba fez movimentações significativas para adotar políticas de transparência.



Leia também a [entrevista](#) com o secretário de Controle e Transparência do Espírito Santo, Edmar Camata, realizada em agosto de 2020.

RIO GRANDE DO SUL

População e equipes da própria gestão pública com acesso aos mesmos dados é um dos diferenciais gaúchos



RESUMO

O governo gaúcho relata que estava em meio a um processo de digitalização da gestão e, quando a pandemia se instalou, essa expertise acabou direcionada para a organização dos dados sobre a doença. O resultado foi o desenvolvimento de soluções internas para gerenciar os registros e dar suporte à tomada de decisão. Inicialmente, esses dados não foram abertos em detalhes, o que acabou refletindo em resultados médios no ITC-19. Após promover abertura mais ampla, o esforço foi premiado com notas mais altas. A governança também é um dos destaques no Rio Grande do Sul, ao articular diversos setores dentro da administração pública, e contando com a participação do público externo, por meio de conselhos e comitês.



**ESTADO DA
REGIÃO SUL**



11,5
MILHÕES DE
HABITANTES*

*POPULAÇÃO ESTIMADA
(IBGE, 2021)

ENTREVISTADO

Secretário de
Planejamento,
Governança e
Gestão Estratégica
do Rio Grande do
Sul, Claudio Gastal

**ONDE
CONSULTAR
OS DADOS**



INFORMAÇÕES GERAIS:

[https://coronavirus.
rs.gov.br/inicial](https://coronavirus.rs.gov.br/inicial)

PAINEL:

[https://ti.saude.rs.gov.
br/covid19/](https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/)

VISÃO GERAL DO AGREGADOR DE INFORMAÇÕES E IMAGENS DO PAINEL DE DADOS SOBRE A PANDEMIA NO RIO GRANDE DO SUL (SETEMBRO DE 2021):

RS SECRETARIA DA SAÚDE

NOTÍCIAS SERVIÇOS CENTRAL DO CIDADÃO TRANSPARÊNCIA SECRETARIAS E ÓRGÃOS DIÁRIO OFICIAL >>> CORONAVÍRUS

Conteúdo [1] Menu [2] Busca [3] Acessibilidade

Contraste Mapa do site

COVID-19 Doença - Orientações Técnicas - Comunicação - Legislações - Programas - Transparência - Q

CORONAVÍRUS

Estamos em alerta máximo.

rs.gov.br Serviços

Disque-Denúncia 181

Leitos de UTI

Regulação de Leitos

RS CORONAVÍRUS COVID-19

Página Inicial Leitos Aquisições EPs Vacinas Sobre

Painel Coronavírus RS

Base de dados: 23/09/21 0:15
Painel atualizado em: 23/09/21 14:30

Botetins - Notificações - Dados CSV

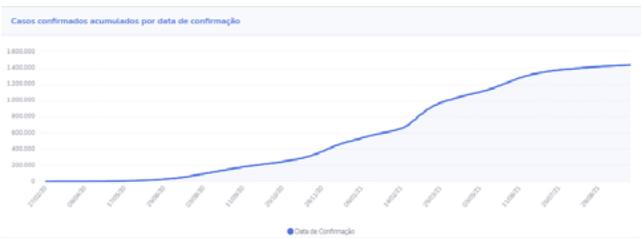
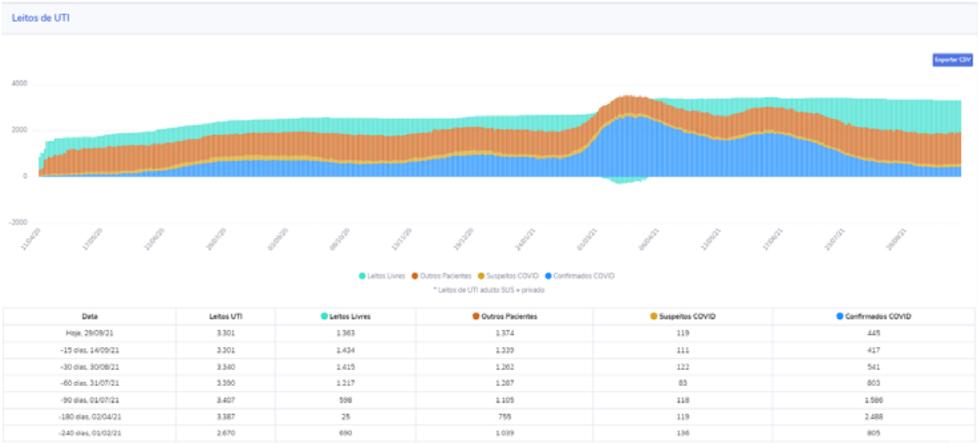
CONFIRMADOS 1.435.929 2608	INCIDÊNCIA 12.621,1 / 100.000 hab	
RECUPERADOS 1.393.630 (97%)	EM ACOMPANHAMENTO 7.376 (1%)	
ÓBITOS 34.827 62	MORTALIDADE 306,1 / 100.000 hab	LETALIDADE APARENTE 2,4 %
TAXA DE OCUPAÇÃO DE LEITOS UTI EM GERAL 58,7% 1.938 pacientes em 3.301 leitos de UTI	HOSPITALIZAÇÕES 109.662 8% de 1.435.929 necessitaram hospitalização por SRAO	
SISTEMA SAS DE MONITORAMENTO Acesso aqui o boletim regional		

Casos confirmados no Rio Grande do Sul

Mapa de casos confirmados no Rio Grande do Sul, colorido por município. Legenda:

- 0-10
- 11-50
- 51-100
- 101-250
- 251-500
- 501-1000
- 1001-5000
- 5000+

Leite! © Oper@rne@rs | S@S-RS-G@V@S-D@T@



APRESENTAÇÃO

A estreia do Rio Grande do Sul no ITC-19 foi com nota mediana. Um dos principais motivos para o desempenho insatisfatório foi a ausência de dados sobre a realização e disponibilidade de testes para a Covid-19, assim como a falta de informações sobre a ocupação de leitos. Além disso, dois pilares da difusão de conhecimento — a oferta de microdados e o formato aberto — estavam sendo negligenciados. Levou mais de dois meses de avaliações semanais para que o estado alcançasse um nível de transparência considerado alto. Depois, mais ajustes foram feitos, incluindo o acréscimo de registros sobre populações indígenas e pessoas privadas de liberdade. A partir daí, o Rio Grande do Sul se manteve nas primeiras colocações no ranking da Open Knowledge Brasil até o final de 2020.

Desde o início da pandemia, um dos diferenciais da administração gaúcha foi o Comitê de Dados. O grupo, formado por integrantes do governo e também da sociedade civil, tem por objetivo apoiar a gestão pública a construir o caminho da coleta e da organização dos registros e também a tomar decisões. A gestora que ficou à frente do Comitê de Dados no Rio Grande do Sul, no começo do processo, passou a presidir uma instituição financeira pública. Então Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão, Leany Lemos foi indicada para o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Em meio à crise sanitária, o governo gaúcho fez modificações administrativas e a responsabilidade sobre os processos de transparência de dados passou para a recém-criada Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão Estratégica, comandada por Claudio Gastal.

SOLUÇÕES

Para agir rapidamente, apresentando uma plataforma no menor prazo possível diante da necessidade de informações sobre a Covid-19, o governo gaúcho mobilizou sua própria equipe para desenvolver os sistemas para registro de casos. “Não tínhamos tempo para chamar empresas”, resume o secretário. Contudo, ele destaca que houve suporte técnico, por meio de parcerias, para que o projeto ganhasse forma e recebesse melhorias. Segundo Gastal, a trajetória recente de priorização de tecnologia criou condições internas para desenvolvimento de soluções próprias. “Temos como meta digitalizar 100% dos serviços públicos. Esse processo já estava acontecendo antes da pandemia e foi impulsionado”, comenta Gastal.

O estado escolheu começar com a visualização de dados. “Criamos *dashboards* para leitos, *dashboards* para compra de insumos e assim por diante”, destaca. Os painéis passaram a ser o conteúdo introdutório de todas as reuniões governamentais e também foram disponibilizados à população. “O público tem acesso aos mesmos painéis que a gestão utiliza”. O secretário acrescenta que, no decorrer dos meses, todos os processos foram revisados e um roteiro foi elaborado para cobrar os setores responsáveis por atualizar o sistema.

DIFICULDADES

Além de lidar com as incertezas relacionadas à Covid-19 e com a sobrecarga nas unidades de saúde, o governo gaúcho precisou superar alguns obstáculos para divulgar os dados. Um problema típico de processos como esse é a falta de adesão de quem está na ponta e precisa alimentar os sistemas. Para diminuir os atrasos no preenchimento de registros de hospitais e dar mais transparência às lacunas de informação, o estado resolveu expor a lista de estabelecimentos que estavam falhando no processo de atualização.

Para sensibilizar a população sobre as medidas restritivas necessárias, foram elaboradas estratégias de comunicação para tornar compreensível uma série de informações complexas. Pensando nisso, o governo priorizou os *dashboards*, acreditando que são intuitivos, além de estabelecer fluxos de comunicados frequentes nas redes sociais. Porém, se não acompanhada da publicação de dados abertos, a estratégia de transparência por painéis e a comunicação nas redes é bastante limitada. Ela priva quaisquer pessoas interessadas de fazer análises mais complexas, ou mesmo de checar o que está sendo divulgado. Por isso, enquanto não avançou nessa frente, o estado estagnou no nível mediano do ITC-19 e chegou a ser criticado por isso na imprensa regional.

GOVERNANÇA

De acordo com Gastal, o tema da governança sempre foi importante à gestão. “Como nós temos o modelo implantado no estado desde o primeiro momento, esses contatos periódicos, o acompanhamento de metas e de indicadores, a realização de projetos estratégicos, tudo isso ficou mais fácil de fazer porque já existia uma cultura de governança”, avalia. Mas a experiência anterior não foi suficiente para assegurar que não haveria conflitos. “Pode dar luz ou choque, mas gera esse curto-circuito”. Contudo, o secretário considera que a governança instituída permitiu que fluxos e rumos fossem traçados, estabelecendo o diálogo entre as partes envolvidas. O processo contou com uma divisão para atuações em áreas específicas, como a criação de uma linha de governança de dados, garantindo a interação necessária e alimentando os sistemas.

Em entrevista realizada em outubro de 2020, a então secretária Leany Lemos detalhou a criação de um amplo conselho, que contava com a participação de representantes dos outros poderes, da academia e da sociedade civil, além de um gabinete de crise e diversos comitês temáticos, entre eles, o de Dados. Sob coordenação do governo, o Comitê constituiu vários grupos de trabalho para levantar dados e analisá-los. Participavam pessoas das áreas técnicas e de gestão, além de especialistas de fora do governo.

REPERCUSSÃO

Sem cultura de dados e indicadores, a gestão pública no Brasil costuma recorrer ao que Gastal chama de “chutômetro, achômetro e tirômetro”. Daí a importância de ter parâmetros para comparação, como o ITC-19. Ele afirma que a metodologia forneceu subsídios para que governantes tivessem um modelo no qual se inspirar. “O ranking da Open Knowledge Brasil nos permitiu ter um instrumento de desafio interno. Foi como o atleta contra o cronômetro.

“
O ranking da Open Knowledge Brasil nos permitiu ter um instrumento de desafio interno. Foi como o atleta contra o cronômetro”

Claudio Gastal

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA DO RIO GRANDE DO SUL

Para nós, foi a oportunidade de melhorar cada vez mais”, avalia. O secretário acredita que os critérios objetivos estabelecidos na metodologia da OKBR combinaram com os anseios do governo gaúcho de buscar respostas para medir eficiência. “Temos uma gestão baseada em evidências e queremos usar indicadores que sejam consistentes e que demonstrem, com capacidade de análise crítica, como estão os nossos processos”, pontua.

Apesar de servir como baliza, Gastal afirma que a meta não foi atender aos critérios do ITC-19 apenas para ficar bem colocado no ranking. “Ter uma boa posição no índice foi um efeito e não um objetivo. É um resultado secundário que nos permite comemorar e também motivar as nossas equipes”. Ele ainda destaca que é importante ter um agente externo com credibilidade e com método consistente. “Esse indicador veio ao encontro do que a gente acredita, que é dar total transparência aos fatos e aos dados para informar a população”, declara.

LEGADO

A atuação estratégica é a herança que o secretário espera que resulte dos aprendizados forçados pela pandemia. O Rio Grande do Sul preparou um documento — que carrega semelhança com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU) — estabelecendo metas para o funcionamento da gestão pública. O mapa estratégico, na visão de Gastal, já é resultado dos esforços realizados durante a crise sanitária. Algumas soluções desenvolvidas pelo governo estadual também foram repassadas às prefeituras.

“Outro efeito colateral interessante é de as instituições acordarem para a necessidade de se basear em evidências”, pondera. A cobrança social por dados também seria uma nova realidade instituída para governantes, que passaram a ter a seu favor uma percepção, na opinião do secretário, de mais credibilidade das informações públicas. “Ninguém precisa concordar com tudo que fazemos, mas, para discordar, tem que ser baseado em dados e ter consistência”, finaliza.

Usos e aplicações pela sociedade

O matemático Álvaro Ramos é o que se pode chamar de um *heavy user* do painel da Covid-19 do Rio Grande do Sul. Rigorosamente uma vez por semana, desde o início da pandemia, ele entra nos sistemas gaúchos, baixa os dados, faz cálculos e análises e divulga o conteúdo em um vídeo no YouTube e em postagens no Twitter. O acompanhamento que o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) faz há tanto tempo permite que ele indique os pontos positivos e negativos do processo de divulgação feito pelo governo estadual.

“A minha impressão geral é de que o painel é muito bom. Até agosto do ano passado, eu fazia também análises de outros estados e tinha uma noção comparativa”. Ele complementa: “Os dados do Rio Grande do Sul estão entre os melhores que eu encontrei. São transparentes, com grande quantidade de informações e claramente disponível”. Entre as melhorias feitas ao longo do tempo, Álvaro Ramos destaca um painel exclusivamente para leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Mas há pontos a aperfeiçoar. A principal queixa do matemático é o representamento dos registros. Ele comenta que só consegue ter confiança em algumas das informações lançadas pelo governo estadual seis semanas depois da ocorrência. Assim, resultados positivos de Covid-19 continuam sendo adicionados, e relacionados a certo período, um mês e meio depois da primeira publicação. Às vezes, a diferença é pequena. Mas acontece de um dado divulgado — e, portanto, datado no tempo — sofrer alterações bruscas. Nos primeiros dias de abril de 2021, conta o professor, foram incluídos mil casos referentes ao ano passado.

Para quem trabalha com estatísticas e projeções, essa defasagem é um grande problema. Álvaro Ramos conta que faz ajustes e aplica margens de segurança, baseado na experiência adquirida ao longo de tanto tempo de contato com os dados, mas questiona se a distorção temporal não está levando o governo gaúcho a tomar algumas decisões equivocadas, como a adoção de medidas restritivas. Outra dificuldade é o fato de os sistemas do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre “não conversarem”. “Em um ano dava para ter resolvido isso”, lamenta.

Quem também consegue avaliar o modelo gaúcho a partir da comparação com outros painéis é a repórter Naira Hofmeister. Tanto na iniciativa Matinal Jornalismo como em atuações como *freelancer* ela já precisou recorrer aos registros divulgados pelo governo estadual. “Em uma visão geral, tenho a impressão de que o Rio Grande do Sul foi mais organizado. Por exemplo, eu fiz uma reportagem que precisava de levantamento de dados dos três estados do Sul, e achei as informações do Rio Grande do Sul mais completas”, conta.

A jornalista reconhece que o contato mais próximo com o sistema gaúcho pode ter pesado na avaliação, mas ainda observa vantagens. “É mais fácil navegar e encontrar o que procura. A interface é mais simples, mais intuitiva. Nos painéis dos outros estados, eu fiquei um pouco confusa”, alega. Ela ainda comenta que a valorização dos dados ficou bem evidente, citando que o governador do estado faz transmissões periódicas em redes sociais mostrando o painel para dialogar com a população sobre o cenário da pandemia e as decisões do governo.

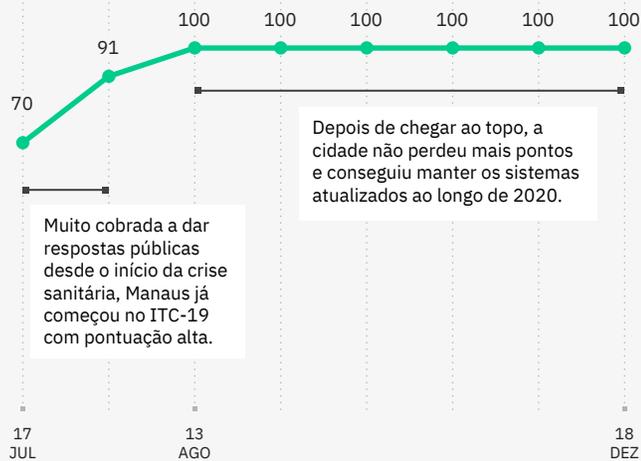
Entre os avanços identificados a partir da política de transparência no Rio Grande do Sul, o professor Álvaro Ramos destaca o Comitê de Dados. Embora seja governamental, tem membros da sociedade civil e comunidade acadêmica, conferindo uma atuação mais independente. “Os membros cobram muito para que os dados estejam tão atualizados quanto possível”, comenta. Sobre o legado, o matemático avalia como positiva a maior participação de cientistas nas redes sociais, especialmente no Twitter, levando o conhecimento da universidade para a população. Ele acredita que a mensagem da defesa à ciência e ao Sistema Único de Saúde (SUS) seja outro legado importante.



Leia também a [entrevista](#) com a então coordenadora do Comitê de Dados do Gabinete de Crise e ex-secretária do Planejamento, Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul, Leany Lemos, realizada em outubro de 2020.

MANAUS

Uma das cidades que mais sofreram na pandemia, Manaus (AM) tem a maior quantidade de notas máximas entre as capitais no ITC-19 em 2020



RESUMO

A regularidade marcou a participação de Manaus no ITC-19, com a permanência no mais alto patamar do levantamento entre as capitais. Essa posição foi alcançada graças à decisão de apresentar informações completas e detalhadas em 2020. A experiência precoce com os efeitos danosos da pandemia e a pressão dos órgãos de controle levaram as equipes gestoras locais a buscar soluções adequadas para a divulgação de dados da Covid-19. Um dos resultados foi o fortalecimento da cultura da transparência na gestão. Também ganha destaque o papel da sociedade civil que, diante de recuos causados pela transição de governo na virada do ano, pressionou pela continuidade da política de transparência.



**CAPITAL NA
REGIÃO NORTE**



2,25
MILHÕES DE
HABITANTES*

*POPULAÇÃO ESTIMADA
(IBGE, 2021)

ENTREVISTADO

Subsecretário
de Gestão da Saúde
de Manaus, Djalma
Coelho

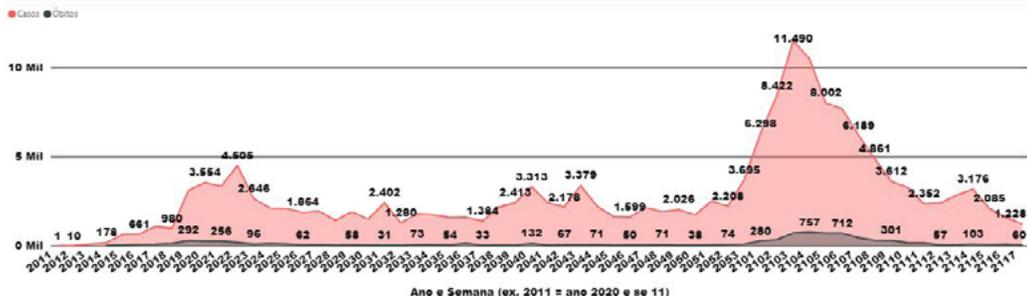
**ONDE
CONSULTAR
OS DADOS**



INFORMAÇÕES GERAIS:
<https://covid19.manaus.am.gov.br/>

PAINEL:
<https://covid19.manaus.am.gov.br/monitoramento/>

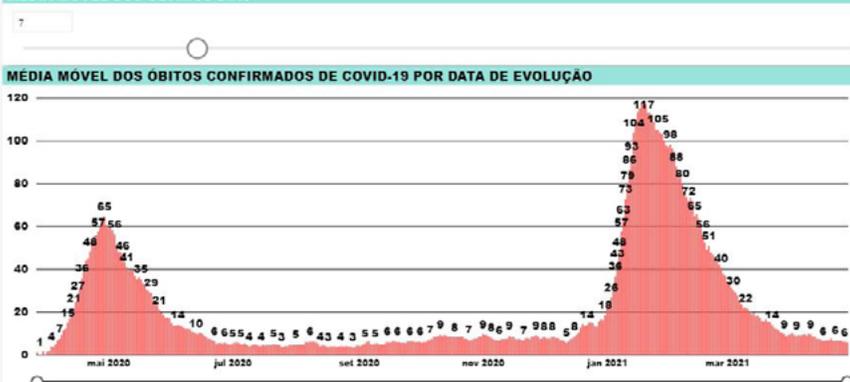
HISTÓRICO DOS CASOS CONFIRMADOS POR SEMANA EPIDEMIOLÓGICA



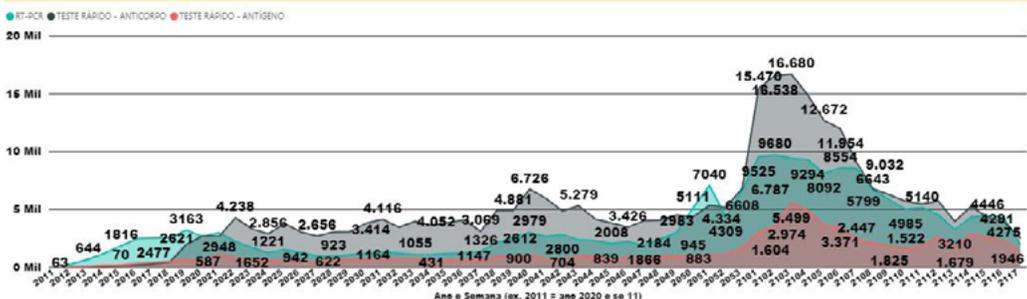
MÉDIA MOVEL

Data de Evolução	Média Móvel
29-04-2021	6
28-04-2021	6
27-04-2021	6
26-04-2021	6
25-04-2021	6
24-04-2021	7
23-04-2021	6
22-04-2021	6
21-04-2021	7
20-04-2021	7
19-04-2021	7
18-04-2021	6
17-04-2021	6
16-04-2021	7
Total	6

MÉDIA MOVEL DOS ÚLTIMOS DIAS

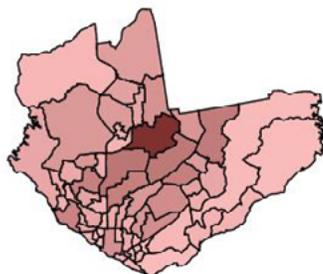


TIPOS DE TESTE POR SEMANA EPIDEMIOLÓGICA

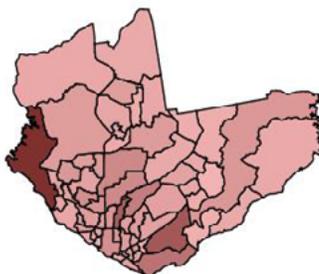


MAPAS

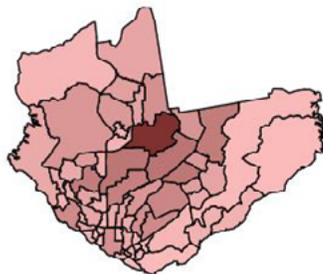
CASOS DE COVID-19 POR BAIRRO - MANAUS



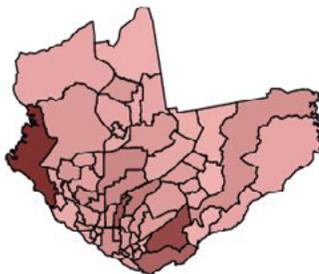
TAXA POR 10MIL HAB. DE COVID-19 POR BAIRRO - MANAUS



CASOS CONFIRMADOS POR BAIRRO - MANAUS



TAXA POR 10MIL HAB. DE CONFIRMADOS POR BAIRRO - MANAUS



Bairro	Casos	Taxa
PONTA NEGRA	5.813	9.584,50
DISTRITO INDUSTRIAL I	2.767	6.927,75
ADRIANOPOLIS	6.595	6.592,16
VILA BURITI	1.040	5.098,04
ALEXO	9.914	4.403,05
FLORES	18.308	3.630,59
PARRÓQUIA 10 DE NOVEMBRO	11.516	3.441,71
CENTRO	11.433	3.256,62
DOM PEDRO	6.678	3.250,16
CHAPADA	3.751	2.962,88
PRAÇA 14 DE JANEIRO	3.216	2.771,94
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	4.706	2.750,58
PLANALTO	3.309	2.691,79
DISTRITO INDUSTRIAL II	1.269	2.688,85
SANTO ANTONIO	6.967	2.483,42
BETÂNIA	3.107	2.456,58
PETROPOLIS	10.427	2.428,95
DA PAZ	4.413	2.397,98
CIDADE NOVA	55.159	2.356,17
CACHOEIRINHA	4.835	2.338,23
IBARUA	9.882	2.251,14
SÃO JOSÉ	9.125	2.233,90
SANTA ESTEVANIA	7.549	2.207,48
REDECAO	9.816	2.204,44
SÃO LAZARO	3.000	2.244,53
SÃO FRANCISCO	3.959	2.158,20
RAZ	3.304	2.148,80
SÃO GERALDO	1.744	2.145,87
JAPIM	11.990	2.084,51
COLÔNIA OLIVEIRA MACHADO	1.847	2.048,72
SANTA LUZIA	1.482	2.030,97
CORDADO	12.624	2.029,42
NOVA ESPERANCA	4.274	1.991,94
AVOIRADA	15.442	1.972,79
SÃO JOSÉ OPERARIO	15.546	1.959,51
RIO NEGRO	674	1.928,47
PREZIDENTE VARGAS	1.706	1.871,28
LÍRIO DO VALE	4.820	1.847,88
MORRO DA LIBERDADE	2.442	1.841,99
BR 174	800	1.801,90
SANTO AGOSTINHO	4.814	1.768,24
VILA DA PRATA	2.312	1.728,73
COLÔNIA TERRA NOVA	9.204	1.665,71
SÃO RAIMUNDO	5.119	1.672,97
ZUMBI DOS PALMARES	6.879	1.615,24
COMPENSA	14.733	1.604,16
ESCALVADOS	2.844	1.569,62

APRESENTAÇÃO

Apesar da intensidade local da crise sanitária, Manaus conseguiu cumprir com os principais requisitos de transparência sobre a Covid-19, alcançando a nota mais alta na segunda fase do ITC-19. Como foi uma das primeiras cidades a sentir os impactos da pandemia — e foi muito cobrada para dar respostas —, precisou se organizar na divulgação de dados. Assim, quando a nova versão do ITC-19 foi lançada, em julho de 2020, incluindo as capitais, Manaus já começou com 70 dos 100 pontos possíveis. Com alguns ajustes, logo cumpriu todos os critérios e alcançou o mais alto patamar até o final do ano, quando a última rodada de avaliações dessa fase foi realizada.

Em 2020, a responsabilidade sobre o programa de divulgação dos dados estava centralizada na Controladoria Geral do Município. Os processos internos foram reconfigurados a partir da troca de gestão, em consequência do processo eleitoral, e a missão de organizar os sistemas de transparência foi redistribuída em várias áreas. Uma delas é a Subsecretaria de Gestão da Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus. Em abril de 2021, quem tentou acessar os dados notou uma descontinuidade na divulgação, indicando que a transição de gestão pode ter afetado as rotinas de publicação.

SOLUÇÕES

O portal geral de transparência do município funcionou, em um primeiro momento, como um agregador das informações sobre Covid-19, mas ficou evidente que a plataforma não tinha todas as funcionalidades para dar conta das demandas específicas. Então, a gestão decidiu contratar uma empresa para desenvolver uma solução. Pessoas atuando nas secretarias de Finanças, de Comunicação, de Saúde e da Controladoria elaboraram, conjuntamente, planos de ação, definindo prazos e responsáveis. Os dados que alimentariam o novo portal passaram a ser baixados dos sistemas do Ministério da Saúde: e-SUS Notifica (notificações de casos leves), SIVEP-Gripe (casos graves, com internação) e GAL (para registros laboratoriais). Esses dados também alimentavam o serviço de teleatendimento da saúde, para triagem de pacientes e busca de informações, interligado com um prontuário eletrônico.

DIFICULDADES

Em entrevista realizada em agosto de 2020, durante a gestão anterior, o então controlador Arnaldo Gomes Flores destacou que formulários improvisados foram usados no início do enfrentamento à pandemia, até que o governo municipal decidiu adotar o e-SUS Notifica para a coleta de dados, além dos demais sistemas do Ministério da Saúde. Para evitar duplicidades, a Secretaria de Saúde afirma que verificava todas as informações. Manaus também precisou pensar em estratégias para as populações indígenas: a partir das primeiras notificações entre elas, a Secretaria de Saúde alega que passou a mapear os casos, identificando os povos afetados.

Quando começou a vacinação, já na atual gestão, problema semelhante surgiu: o sistema disponível era o mesmo usado na pandemia de H1N1, de 2009, e que não atendia às especificações exigidas para o registro sobre a Covid-19. As dificuldades em criar um banco de dados foram grandes, pois o município encontrou problemas para acessar o Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI), da Central de Dados do Sistema Único de Saúde (SUS) naquele período. E, em meio a esse contexto, a capital foi obrigada, por determinação judicial, a fazer uma atualização diária da gestão de crise da Covid-19 e encaminhar para o Tribunal de Justiça (TJ).

A saída encontrada foi fazer o registro manual até que as adequações na plataforma existente fossem concluídas dentro dos parâmetros do Programa Nacional de Imunização (PNI). A partir do momento em que a base começou a ser alimentada com mais agilidade, foi possível criar um link de acesso para que a população pudesse se cadastrar para as fases de imunização. “Assim, os riscos de erros foram minimizados”, afirma Djalma Coelho.

GOVERNANÇA

Sem o trabalho em conjunto, organizado em vários níveis, Manaus não teria conseguido realizar as atividades necessárias para promover a transparência no enfrentamento à crise. O desafio acabou sendo um elemento de aproximação entre setores distintos, a partir de reuniões virtuais, uma vez que a maior parte das equipes técnicas desempenhava funções em regime de teletrabalho.

Na divisão de responsabilidades, estabeleceu-se que a área de saúde ficaria encarregada de produzir, qualificar, atualizar e publicar as informações no portal. Já o setor de finanças cedeu a equipe de tecnologia da informação e a área de comunicação passou a administrar o contrato do portal, passando as especificações e os ajustes necessários. Todo o trabalho de transparência foi coordenado inicialmente pela Controladoria Geral do Município.

REPERCUSSÃO

O anúncio de que Manaus não estava entre os primeiros lugares no ranking promovido pela OKBR, no início do levantamento, levou algumas pessoas a escreverem e-mails para a prefeitura, cobrando explicações. Esse tipo de controle social motivou a busca de melhorias. Outro efeito da divulgação do ITC-19 foi o estímulo para a equipe, que se sentiu desafiada — primeiro para alcançar o topo e depois para se manter lá.

Desde o início da pandemia, Manaus também se viu em meio a uma crise de imagem. A gestão local foi bastante pressionada a prestar informações para os mais diversos setores. Assim, quando o ranking da OKBR passou a ser divulgado, mostrando que a transparência dos dados da Covid-19 estava em níveis altos, a gestão viu nisso um respaldo. O desempenho no ranking também ajudou nas respostas aos órgãos de controle.

“

A gestão que tiver a tecnologia a seu favor vai direcionar recursos de forma correta. Vai deixar de apagar incêndios e fazer um melhor planejamento e evitar uma série de transtornos”

Djalma Coelho

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO DA SAÚDE DE MANAUS

LEGADO

Uma das consequências positivas da ampla divulgação de dados da Covid-19 em Manaus foi a facilidade de acesso para pesquisadores, que passaram a encontrar as informações diretamente no painel, sem precisar pedir algum tipo de permissão. A transparência foi aprimorada a partir das metodologias propostas por organizações como a Open Knowledge Brasil.

Djalma Coelho acredita que será difícil dissociar o serviço de saúde das soluções digitais. “A gestão que tiver a tecnologia a seu favor vai direcionar recursos de forma correta. Vai deixar de apagar incêndios e fazer um melhor planejamento e evitar uma série de transtornos”, avalia o Subsecretário de Gestão da Saúde.

Usos e aplicações pela sociedade

O nível de detalhamento das informações divulgadas pela Prefeitura de Manaus, em alguns momentos da pandemia, chegou a impressionar até mesmo algumas pessoas acostumadas com a rotina da coleta de dados, como o professor Henrique Pereira, integrante do Atlas ODS Amazonas e docente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Contudo, ele avalia que o cenário era melhor em 2020, antes da transição de gestão. “A mudança é brutal, porque o município, na gestão anterior, dava acesso a planilhas com dados completos, diariamente e atualizados”, comenta.

Pereira precisa dos registros para construir panoramas e projeções futuras da doença. Mas ele afirma que teve o trabalho prejudicado nos primeiros meses de 2021. Por não obter facilmente o mesmo tipo de informação que estava acostumado a usar, formalizou uma reclamação na Ouvidoria.

A impressão de que Manaus, no início da pandemia, foi mais transparente também é corroborada por Gabriel Veras, cofundador da Abaré, uma organização voltada à produção de conteúdos jornalísticos e à educação midiática. Para o jornalista, a gestão buscou passar uma imagem positiva e o esforço acabou se refletindo em melhorias. Ele considera que alguns atos da prefeitura, como despesas e decisões, “estavam até bem completos no portal”, mas avalia que os dados epidemiológicos não estavam suficientemente detalhados.

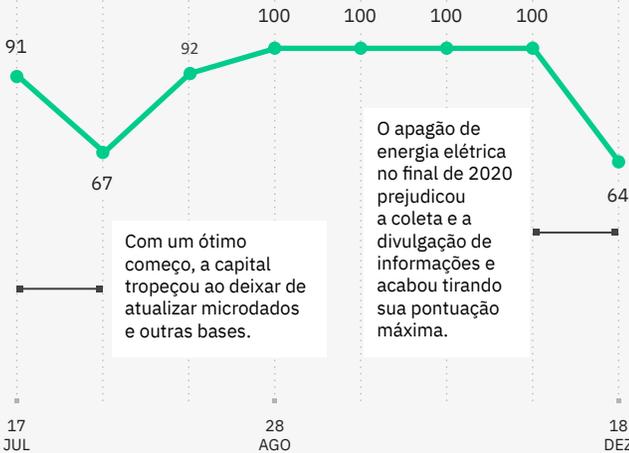
A população, em parte, se apropriou da política de ampla divulgação. “As pessoas começaram a prestar mais atenção no diário oficial e nos portais. No Twitter e em outras redes sociais foi possível perceber isso”, destaca. O jornalista comenta que o assunto transparência até entrou em pauta na eleição municipal. “Aos poucos, estamos conseguindo avançar nessa cultura de transparência. Não vejo isso como iniciativa livre do poder público. É muito penoso e vem da insistência para que os dados sejam divulgados. Eu acredito que a própria percepção sobre a importância das informações faz essa pressão popular aumentar”, pondera.



Leia também a [entrevista](#) com o então Controlador-Geral do Município de Manaus, Arnaldo Gomes Flores, realizada em agosto de 2020.

MACAPÁ

Dificuldades técnicas impediram que a cidade ficasse no topo do ranking por mais tempo



RESUMO

Macapá teve altos e baixos na divulgação de dados sobre a Covid-19: um dos destaques da primeira avaliação, começou ocupando a primeira colocação no ranking, mas acabou despencando na rodada seguinte ao deixar de atualizar sua base de microdados, com o detalhamento dos casos de Covid-19, e outras informações básicas, como as de infraestrutura de saúde. A capital retomou a dianteira mas, no fim de 2020, voltou a perder pontos por causa da desatualização dos registros. A queda aconteceu em um momento complexo, com apagão elétrico e eleição municipal conturbada. A partir de então, a cidade passou a reconstituir os fluxos de coleta e organização dos dados.



**CAPITAL NA
REGIÃO NORTE**



522

MIL
HABITANTES*

*POPULAÇÃO ESTIMADA
(IBGE, 2021)

ENTREVISTADA

Secretária de
Transparência e
Controladoria de
Macapá, Eerlandia
Pimentel

**ONDE
CONSULTAR
OS DADOS**



INFORMAÇÕES GERAIS:
[https://coronavirus.
macapa.ap.gov.br/](https://coronavirus.macapa.ap.gov.br/)

PAINEL:
[https://coronavirus.
macapa.ap.gov.br/
painel/](https://coronavirus.macapa.ap.gov.br/painel/)

VISÃO GERAL DO AGREGADOR DE INFORMAÇÕES E IMAGENS DO PAINEL DE DADOS SOBRE A PANDEMIA EM MACAPÁ (ABRIL DE 2021):



INÍCIO PAINEL TRANSPARÊNCIA - GESTÃO LINKS IMPORTANTES - DOAÇÕES NOTÍCIAS

CORONA VÍRUS



INÍCIO PAINEL TRANSPARÊNCIA - GESTÃO LINKS IMPORTANTES - DOAÇÕES NOTÍCIAS

Painel Epidemiológico - DADOS E-SUS-VE



DATA DA NOTIFICAÇÃO

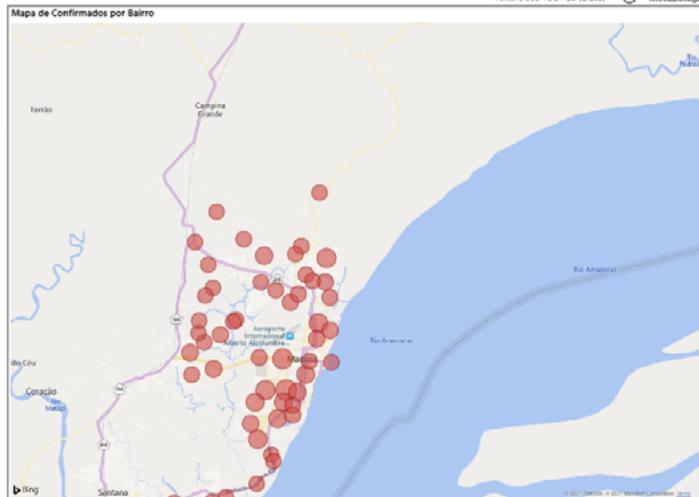
01/01/2020 - 28/02/2021

Bairro	Confirmados
BURITIZAL	1.847
CENTRAL	1.586
SANTA RITA	1.525
NOVO BURITIZAL	1.315
NOVO HORIZONTE	1.248
RACIOCIAL	1.095
UNIVERSIDADE	1.015
CONGOS	895
MUCA	834
JARDIM MARCO ZERO	805
TRILM	790
BEIROL	762
BRASIL NOVO	719
PERPETUO SOCORRO	712
O	470
CABRALZINHO	407
MARABÁDIO	454
Jesus da Inscare	391
ZERÃO	385
CIDADE NOVA	381
LASQUINHO	358
RENASCER	345
P. A. L. A. T. A. D. O.	341
Total	31.204

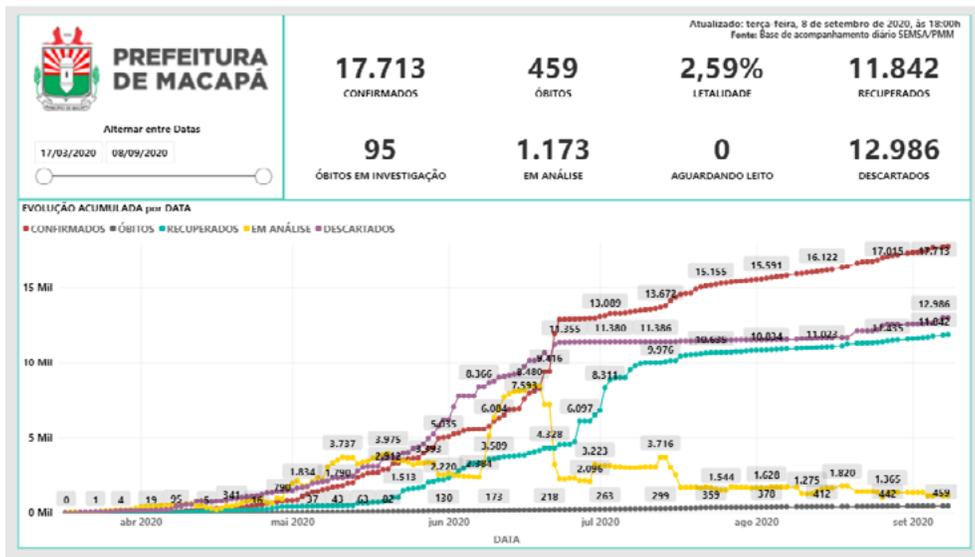
Mapa de Confirmados por Bairro

Fonte: E-SUS-VE em 20/02/2021

Metodologia

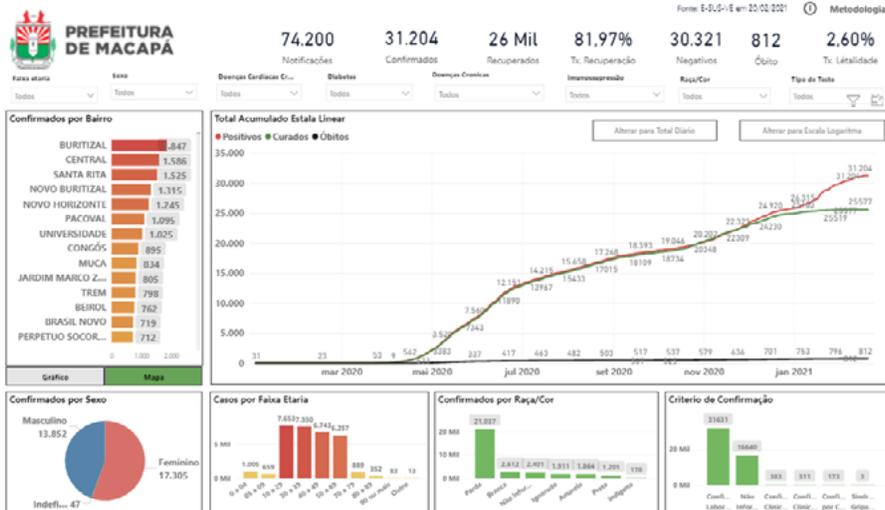


Painel Epidemiológico - DADOS SECRETARIA DE SAÚDE DE MACAPÁ

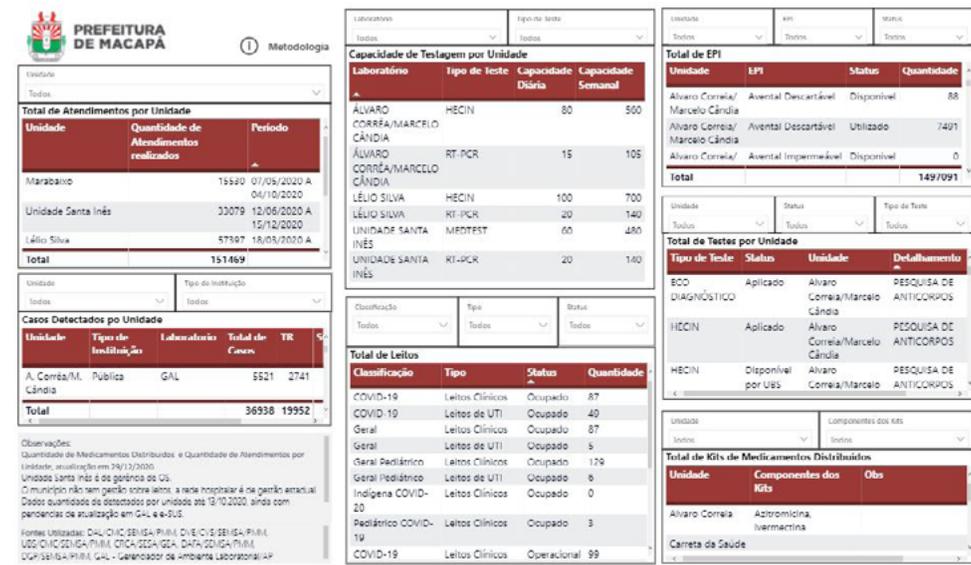


INÍCIO **PAINEL** TRANSPARÊNCIA - GESTÃO LINKS IMPORTANTES - DOAÇÕES NOTÍCIAS

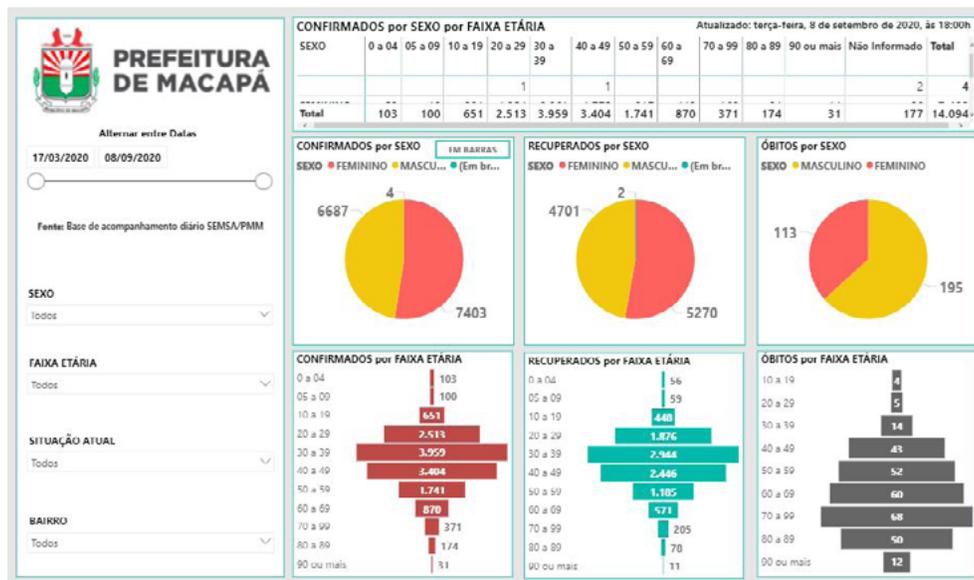
Painel Epidemiológico - DADOS E-SUS-VE



Painel Epidemiológico - DADOS E-SUS-VE



Painel Epidemiológico - DADOS SECRETARIA DE SAÚDE DE MACAPÁ



APRESENTAÇÃO

Situações externas à pandemia interferiram no processo de coleta e divulgação dos dados da Covid-19 em Macapá. A cidade registrava índice de excelência no ITC-19 quando um apagão de energia elétrica, que perdurou por três semanas, comprometeu todas as atividades — entre elas, a eleição municipal, que foi protelada.

Com a mudança no comando da prefeitura, a gestão passou por uma fase de transição, em que as equipes trocaram informações sobre os procedimentos que estavam sendo tomados para os registros relacionados ao combate ao novo coronavírus. A responsabilidade passou a ser da Secretária de Transparência e Controladora, Erlandia Pimentel. Ela relata que a metodologia para organização dos dados foi reconfigurada, aplicando parâmetros sugeridos pela Controladoria Geral da União, pela Transparência Internacional – Brasil e pela Open Knowledge Brasil.

SOLUÇÕES

No início, por causa do volume de informações e da lentidão no sistema do Ministério da Saúde, as equipes recorreram a uma planilha suplementar para coletar os dados, que depois eram transferidos para o e-SUS, conforme contou a equipe gestora responsável na administração anterior, em entrevista realizada em setembro de 2020. Essa alternativa foi abandonada após a incorporação de processos mais estruturados para a gestão dos dados.

Para alcançar bons resultados, a capital concentrou seus esforços em estabelecer papéis, rotinas e fluxos claros para os processos de produção, coleta, alimentação de sistemas e divulgação de dados. O trabalho intersecretarial também foi estimulado, o que motivou posturas mais ativas entre os órgãos.

DIFICULDADES

Um dos principais desafios apontados pela equipe da gestão anterior foi a resistência interna em relação à divulgação de informações à sociedade — havia uma cultura de fechamento que precisava ser enfrentada continuamente. Já na atual gestão, a controladora aponta a sobrecarga de trabalho das equipes da área da saúde como o principal entrave para garantir a agilidade no abastecimento dos sistemas. Ela avalia que a plataforma não é complexa, mas mesmo assim acaba sendo relegada em alguns momentos diante da necessidade de priorizar os atendimentos à população. O esgotamento físico e psicológico dos profissionais da linha de frente também conta nas eventuais demoras de cadastrar os dados.

Em outros setores que não estão ligados diretamente à saúde, mas que também trabalham no combate à pandemia, foram registrados atrasos na coleta de dados porque muitas pessoas ficaram em home office, outras foram contaminadas pelo coronavírus e alguns, morreram. Vários trabalhadores e trabalhadoras do sistema público estão em depressão, comenta Pimentel.

GOVERNANÇA

Para superar a dita cultura do fechamento, a antiga gestão afirmou ter sido importante fortalecer a Secretaria de Transparência e Controladoria. A ideia era dar às ações de transparência o mesmo peso daquelas focadas em correção e controle interno. Para estimular o trabalho intersecretarial, optaram por um modelo de gestão com núcleos, abarcando diferentes serviços e áreas de políticas públicas.

O processo contou com uma etapa de capacitação voltada para as pessoas responsáveis pelo preenchimento das planilhas, como forma de sensibilizar para a importância do serviço e também padronizar o formato de inclusão de dados. A gestão destaca que buscou a construção de um sistema que fosse de fácil preenchimento. Uma atitude inovadora nessa etapa de coordenação foi uma espécie de imersão na realidade de profissionais de saúde, para que quem esperava os dados numa ponta entendesse a realidade de profissionais que estavam na linha de frente e, assim, fosse possível fazer ajustes nos protocolos e procedimentos.

REPERCUSSÃO

A divulgação dos dados sobre o enfrentamento da Covid-19 teve reflexo em outras áreas. A base de dados tem facilitado o trabalho da Controladoria, principalmente para dirimir dúvidas ou encaminhar respostas para o Tribunal de Contas do Estado (TCE). Além disso, as informações coletadas estão ajudando as equipes gestoras a tomarem decisões mais rapidamente para a implantação de novas estratégias no combate à pandemia. Inclusive, o processo de controlar e planejar a compra de insumos, como equipamentos de proteção individual (EPI) para os profissionais da linha de frente, tem sido monitorado a partir do portal. Erlandia Pimentel acredita que os ganhos a partir da transparência se refletem de várias formas, trazendo muitos benefícios para a cidade.

LEGADO

Ouvidor-geral do Município na gestão anterior, Magdiel Eliton Ayres do Couto, em entrevista realizada em setembro de 2020, considera que a pandemia levou a cidade a alcançar maior capacidade de coleta, tratamento e disponibilização de dados. “O padrão de transparência da Covid-19 virou o padrão da política de transparência da prefeitura”, afirma.

A experiência provocada pela forma de publicar os dados relacionados à Covid-19 deverá mudar o conceito de transparência em Macapá, na opinião da atual Secretária de Transparência e Controladoria. Segundo ela, a alimentação dos sistemas motivou a população a acompanhar as informações. Entre os fenômenos observados está a checagem, num claro exemplo do controle social. Ela relata que, quando as redes sociais da prefeitura divulgam dados, muitas vezes há interações e comentários questionando a origem das informações e o eventual atraso na publicação. Para Pimentel, a partir de agora, as próximas equipes gestoras se verão obrigadas a manter a política de transparência. “Esse comprometimento é o maior legado”, resume.

“
O padrão de
transparência da
Covid-19 virou o
padrão da política
de transparência
da prefeitura”

Magdiel Eliton Ayres do Couto

OUVIDOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ
EM 2020

Usos e aplicações pela sociedade

A transparência dos dados sobre Covid-19 em Macapá serviu para esclarecer a população e também como fonte para conteúdos mais aprofundados, principalmente na comunidade acadêmica. O artigo “Caracterização clínica e epidemiologia de 1560 casos de COVID-19 em Macapá/AP” — produzido por profissionais de saúde e pesquisadores da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e publicado na revista *Research, Society and Development* — foi elaborado a partir de dados disponibilizados pela prefeitura. Docentes da mesma instituição desenvolveram o levantamento “Predição da propagação do SARS-CoV-2 no Estado do Amapá, por modelagem matemática”, divulgado pelo *Multidisciplinary Scientific Journal*, também a partir de dados públicos.

A jornalista Alcinea Cavalcante administra um portal com informações locais e conta que fez uso recorrente do painel apresentado pela gestão municipal, principalmente em 2020. Na opinião dela, os dados eram mais claros e atualizados na administração anterior. “Havia sim um rigor e tudo era fácil de encontrar”, comenta. Com a eleição municipal e a troca dos gestores, Macapá teve a política de transparência abalada. Mas Cavalcante acredita que não foi algo intencional — apenas uma dificuldade de lidar com as demandas iniciais do governo.



Leia também a [entrevista](#) com a antiga equipe de gestão do município de Macapá — a Secretária de Transparência e Controladoria, Nair Mota Dias; o Secretário de Planejamento, Orçamento e Tecnologia da Informação, Paulo Sérgio Abreu Mendes; o Ouvidor-Geral, Magdiel Eliton Ayres do Couto; a Secretária Municipal de Saúde, Gisela Cezimbra; o Gestor do Grupo de Monitoramento e Controle, Cirilo Simões Filho; e o Prefeito Clécio Luís; realizada em setembro de 2020.

Recomendações e aprendizados

Há uma série de intersecções nos relatos apresentados nesta publicação, assim como nas inúmeras mensagens trocadas, reuniões e diálogos realizados entre a equipe da OKBR e gestores e gestoras de todo o Brasil ao longo da pandemia. Em todas essas experiências, identificamos desafios comuns e também soluções semelhantes para superá-los. A partir delas, listamos algumas recomendações para a abertura de dados e a manutenção e ampliação contínua da transparência.

SOLUÇÕES

- Priorizar o **desenvolvimento interno** de tecnologias e a adoção de softwares gratuitos e abertos, ainda que com colaboração externa. Isso contribui para a redução de custos, além de valorizar o conhecimento das equipes e garantir que tenham autonomia para sustentar e expandir as soluções no futuro.
- Adotar **ferramentas abertas** também facilita sua replicabilidade por outros órgãos públicos, do próprio governo ou de outros entes. Nas experiências, o reaproveitamento aconteceu também para outras políticas públicas de uma mesma administração.
- Soluções inovadoras não precisam ser caras, nem complexas. Uma boa solução, na verdade, responde aos desafios rapidamente, usando **recursos já disponíveis** — especialmente em um contexto de crise, quando eles se tornam ainda mais escassos.
- A falta de capacidade técnica costuma ser apontada como uma barreira para o desenvolvimento interno de ferramentas. Mas as experiências relatadas nesta publicação apontam para outra direção: o fator decisivo para o sucesso é o **patrocínio político**. Se recebem o “sinal verde” da alta administração, as equipes gestoras conseguem entregar boas soluções — que podem começar de forma mais simples e ser aperfeiçoadas ao longo do tempo. Com uma grande vantagem em relação a consultorias externas: conhecem, melhor que ninguém, os desafios vividos no dia a dia, economizando tempo de aprendizagem.

GOVERNANÇA

- O **envolvimento da alta gestão** no acompanhamento da execução das políticas de transparência também se mostrou fundamental para o sucesso da estratégia de abertura. Estados e municípios fizeram isso de diferentes formas: reuniões remotas semanais articuladas com o órgão responsável pela supervisão (ex.: controladorias), comitês e grupos de trabalho sob coordenação de pessoas com acesso aos gabinetes, organização de núcleos para lidar com a gestão da crise.
- Um procedimento básico, mas que faz toda a diferença: definir de forma explícita **fluxos, prazos, ferramentas e responsáveis** ao longo de todo o processo de coleta e publicação de dados. Gestões que já tinham instituído alguma instância de governança de dados antes da pandemia puderam responder mais rapidamente aos desafios. Por outro lado, governos que não tinham procedimentos instituídos tiveram dificuldades que refletiram na qualidade dos dados, tais como falta de padronização, problemas de integração e falhas na atualização.
- Promover o **trabalho conjunto** de diferentes áreas do governo, que não necessariamente dialogam no dia a dia, mas lidam com políticas e serviços em comum. As controladorias, muitas vezes responsáveis pela política de transparência de estados e municípios, acabam focando em dados mais transversais de gestão (despesas, contratos etc.) e têm dificuldade para promover a abertura de dados sobre atividades-fim como saúde, educação e outros temas.
- Recorrer ao **ecossistema de dados** foi a saída encontrada por gestões que tiveram bons resultados de transparência. É importante identificar agentes que também podem contribuir para o processo, para além de entidades públicas, como organizações, grupos de pesquisa e empresas, e estabelecer diálogo contínuo com esses diferentes setores da sociedade.
- Localizar **referências** nacionais e internacionais, com orientações, padrões e boas práticas para abrir e tornar dados e informações mais acessíveis. Sobre esse tema, além da [nota metodológica](#) construída para o Índice de Transparência da Covid-19, a OKBR publicou o [Toolkit #1 – Publicação de microdados de casos de Covid-19](#).

- Prever etapas de **validação dos dados**, com equipes diferentes das responsáveis pela primeira etapa de organização e coleta, para minimizar inconsistências e identificar possíveis falhas de preenchimento. A validação deve ser um procedimento de rotina bem documentado, para que as mesmas verificações sejam feitas de forma consistente ao longo do tempo.
- O trabalho de validação deve estar conectado ao processo de **coleta de dados na ponta**, por isso a visão geral proporcionada pela governança é tão relevante. Quando falhas de preenchimento são constatadas nas bases de dados (por exemplo, a ausência de raça/cor nos registros), essa informação deve servir para reorientar o trabalho de profissionais que alimentam os sistemas, além do de responsáveis pelo desenvolvimento de formulários. Esse trabalho também requer a produção de materiais informativos sobre a coleta de dados e o uso de sistemas, com instruções objetivas sobre o preenchimento, para guiar o trabalho na ponta e mantê-lo em operação mesmo se as equipes mudarem.
- A **transparência do processo** de coleta e publicação de dados também é um ponto positivo, que permite o envolvimento da sociedade na melhoria das informações. Por exemplo, divulgar a porcentagem de estabelecimentos de saúde que estão há mais de 48h sem preencher o sistema de ocupação de leitos tem uma dupla utilidade. A prática permite à sociedade compreender os limites de análise dos dados, enquanto dá às equipes da ponta uma visão sobre seu papel fundamental na transparência pública. Também identificamos casos menos frequentes de **abertura de algoritmos** de análise e de projeção de cenários. Esse recurso deveria ser mais utilizado, pois permite conhecer os critérios adotados por governantes para a tomada de decisões baseadas em evidências.

COMUNICAÇÃO

- Publicar dados em redes sociais faz parte de uma política de comunicação e de disseminação rápida de informações, mas a atividade **não é sinônimo de transparência**. São ações complementares. É importante que as pessoas tenham canais oficiais confiáveis para checar a veracidade dos dados que circulam nas redes. As equipes gestoras de redes sociais devem ser instruídas, sempre que publicarem dados sobre a Covid-19 ou quaisquer outras políticas, a indicar a página de consulta aos dados completos.
- Investir em um canal que **centralize informações completas**, em vez de múltiplos canais com informações fragmentadas, facilita o acesso da população e diminui o esforço interno de atualização. Durante a pandemia, encontramos diversos casos em que departamentos distintos, num mesmo órgão, mantinham canais diferentes — muitas vezes, com informações contraditórias entre si.
- Não havendo a possibilidade de manter todas as informações em um só lugar, uma boa prática é ter uma página inicial simples e direta, que reúna todas as fontes de informação existentes sobre o tema. Para apoiar nessa organização, a OKBR elaborou o [Toolkit #2 – Navegação: Boas práticas de comunicação dos dados da Covid-19](#).
- Se as pessoas tiverem dificuldade de encontrar o que buscam, ou se os dados ainda não estiverem abertos, farão os pedidos via **Lei de Acesso à Informação**. É um direito que deve ser assegurado, mantendo-se os prazos da legislação. No contexto de uma crise, a sobrecarga das equipes pode prejudicar esse fluxo, acumular pedidos nos e-SICs e deixar solicitantes sem resposta. Isso só reforça a importância da transparência ativa e da boa governança de dados. Para apoiar no tema, a OKBR publicou o [Toolkit #3 – Atendendo a pedidos de acesso à informação no contexto da Covid-19](#).

CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE

A gestão pública brasileira tem muito a ganhar se a abertura de dados impulsionada pela situação de emergência e pela demanda social por transparência na pandemia virar o “novo normal”. Os vários relatos registrados nesta publicação apontam para essa direção. Pessoas de dentro e de fora da administração pública expressaram o desejo geral de que o esforço inédito promovido na saúde deixe um legado de governos mais abertos, inclusive em outras áreas.

Mas, para que o desejo se concretize, todos esses aprendizados e recomendações listadas aqui precisam fazer parte de uma **visão estratégica mais ampla e enraizada** nos diferentes níveis de gestão. Estado e sociedade precisam construir, juntos, uma estratégia de **governo aberto** que institucionalize essas boas práticas e oriente novos processos de transformação.

Alguns instrumentos, apesar de estruturantes, ainda são pouco frequentes em estados e municípios. O primeiro deles são as **políticas de transparência e dados abertos**, que estabelecem, em normativo local, as diretrizes de um processo permanente de publicação de dados. Dessa política decorrem outras ferramentas igualmente importantes, como os planos setoriais de dados abertos, que priorizam e detalham as bases de dados a serem publicadas e atualizadas periodicamente; **inventários ou catálogos de dados**, que mapeiam, documentam e dão transparência a todas as bases de dados sob guarda dos órgãos públicos, ainda que não publicadas; e **repositórios e plataformas de dados abertos**, que organizam os dados disponíveis.

Um programa de **formação contínua** também é fundamental para garantir que as pessoas envolvidas estejam sintonizadas com os valores de governo aberto: transparência, participação, integridade e uso inovador e colaborativo de tecnologias. Para contribuir com essa construção e ajudar a acelerar os processos de abertura, a OKBR desenvolveu, ao longo dos últimos dois anos, **cursos e materiais** sobre o tema. A formação “Publicadores de dados: da gestão estratégica à abertura” deu origem a um [guia](#) com o mesmo nome, que resume as principais etapas da divulgação de dados abertos e pode ser acessado gratuitamente.

Em maio de 2022, a [Lei de Acesso à Informação](#) completa dez anos de vigência. Na última década, ela contribuiu para muitos avanços na gestão pública Brasil afora, promovendo uma verdadeira mudança de paradigma. Mas também há preocupações: tanto tempo se passou, e ainda são frequentes os casos de descumprimento. Temos observado um abuso crescente da figura do sigilo — que deveria ser exceção. E a recente entrada em vigor da [Lei Geral de Proteção de Dados](#) pode aprofundar mais

esse problema, caso não haja uma **integração séria entre as políticas de transparência e de proteção de dados**.

Os órgãos públicos que investirem numa governança íntegra e aberta terão mais condições de resolver os problemas, cada vez mais complexos, que emergem na sociedade. Os dados públicos, se encarados como um bem comum a ser compartilhado, fazem parte das soluções. Buscamos mostrar, com esta publicação, que esta é uma tarefa possível e necessária.

Conheça outras publicações da Open Knowledge Brasil



Publicadores de dados: da gestão estratégica à abertura é um guia sintético para a abertura de dados no setor público. Suas páginas conduzem leitores(as), passo a passo, por uma trilha que começa no pensamento estratégico e termina com a abertura de dados e sua inserção e engajamento no ecossistema dos dados abertos. Seu conteúdo sintetiza os principais conceitos e tecnologias envolvidos no processo de abertura de dados, além de apontar exemplos reais e referências sobre o tema.



Fluxo do trabalho com dados: do zero à prática é um guia prático destinado a profissionais e estudantes com interesse em trabalhar com dados no campo da comunicação, em especial no jornalismo e na produção de conteúdos para organizações da sociedade civil. O guia é baseado no fluxo de trabalho com dados (data pipeline), uma metodologia desenvolvida pela rede da Escola de Dados internacionalmente, que aborda todas as etapas do trabalho, da definição das questões à visualização dos dados.

[Clique aqui](#) para baixar os e-books em diferentes formatos ou acesse pelo QRCode ao lado:



